

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**CAIO COBIANCHI DA SILVA**

**O MUNDO DOS NEGÓCIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA NO INÍCIO DO  
SÉCULO XVIII: ANTONIL E FRANCISCO PINHEIRO**

MARINGÁ

2017

**CAIO COBIANCHI DA SILVA**

**O MUNDO DOS NEGÓCIOS NA AMÉRICA PORTUGUESA NO INÍCIO DO  
SÉCULO XVIII: ANTONIL E FRANCISCO PINHEIRO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Dr. Sezinando Luiz Menezes.

MARINGÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

Silva, Caio Cobianchi da, 1993-  
S586m O mundo dos negócios na América portuguesa no início do  
século XVIII : Antonil e Francisco Pinheiro / Caio Cobianchi da  
Silva. – 2017.  
105 f.

Orientador: Sezinando Luiz Menezes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual  
de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

1. Colônias – Comércio. 2. Cultura. 3. Riqueza. 4. Mercados.  
5. Negócios. 6. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. 7.  
Portugal – História. I. Menezes, Sezinando Luiz, 1958-. II.  
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas,  
Letras e Artes. III. Título.

CDU: 93/99

---

**Banca examinadora:**

Prof. Dr. Claudinei Magno Magre Mendes.

Profa. Dra. Karla Maria Silva.

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes.

“Eu aqui fiquo purgando meus pecados nesta cidade ou neste degredo” – Manoel de Almeida Soares (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. CV).

“Não há coisa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela” (ANTONIL, 2007, p. 283).

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao professor Sezinando Luiz Menezes, a quem passei admirar como orientador, historiador e, sobretudo, como ser humano.

Aos professores Claudinei Magno Magre Mendes e Karla Maria Silva, pelas críticas que realizaram durante a banca de qualificação, tirando-me da zona de conforto e levando-me a estudar ainda mais.

Especialmente à professora Karla Maria Silva, por ter sido minha primeira orientadora na iniciação científica, me apresentando com mais profundidade o mundo colonial, pelo qual me apaixonei.

Ao Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP), encabeçado pelos professores Sezinando Luiz Menezes e Célio Juvenal Costa, o qual me proporcionou ricos e estimulantes debates.

Aos professores da graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, campus de Ivaiporã, que me ensinaram a levar os estudos com seriedade e ética.

Aos professores da pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, pelas valiosas discussões sobre o trabalho historiográfico.

Aos colegas de turma, que compartilharam comigo valiosas experiências durante a realização das disciplinas de mestrado.

Aos amigos e familiares que me apoiam e me dão forças.

Aos meus pais, Celso José da Silva e Celina de Fátima Cobianchi da Silva, a quem devo todas as minhas conquistas.

## RESUMO:

Nesse trabalho, buscamos analisar o mundo dos negócios na América portuguesa no início do século XVIII. Pretendemos compreender a dinâmica da atividade mercantil, as exigências e os obstáculos a serem enfrentados pelos produtores de açúcar e pelos comerciantes. Melhor dizendo, analisamos o que era preciso para se obter êxito no mercado de acordo com o jesuíta André João Antonil e o comerciante Francisco Pinheiro. Nossas fontes tratam-se da obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de Antonil; e das cartas trocadas entre o comerciante português Francisco Pinheiro e seus emissários, que encontram-se reunidas na obra *Negócios Coloniais*, organizada por Luís Lisanti Filho. Tanto Antonil quanto Pinheiro buscaram, entre outras coisas, orientar indivíduos que envolver-se-iam em atividades mercantis no Brasil. O primeiro destinou-se àqueles que desejavam tornar-se senhores de engenho e o segundo a seus representantes comerciais, que vieram estabelecer negócios na colônia. A nossa hipótese é a de que a busca por produção de riqueza por meio do trabalho era um ideal comum entre Antonil e Francisco Pinheiro. Desse modo, a percepção desses sujeitos sobre os negócios e as orientações a seus destinatários teriam por base essa busca. Por meio do estudo de Antonil e Pinheiro, observamos que determinadas relações sociais, naquele contexto, eram também pautadas em uma ética de cunho mercantil. No decorrer da dissertação analisamos ainda algumas questões, tais quais: a) influência da religião católica na vida e na percepção dos sujeitos analisados sobre os negócios; b) a inserção desses sujeitos em uma sociedade hierarquizada e aristocratizada; c) a inter-relação entre o mercado e a política; d) a presença de uma moralidade burguesa em seus ideais; e) a relação do comércio com a civilidade e a cordialidade. Como aportes teóricos utilizamos Jacques Le Goff, segundo o qual o documento não se trata de uma simples fonte de informação, mas é imbuído das intencionalidades daqueles que o produziram; e Norbert Elias, para quem as ações e comportamentos humanos precisam ser entendidos a partir do conjunto de relações estabelecidas entre os indivíduos.

**Palavras-chave:** Brasil colonial. Comércio. Cultura e Opulência. Império português. Mercado. Negócios Coloniais.

## ABSTRACT:

In this work, we analyze the business world in the Portuguese America in the early 18th century. We intend to understand the dynamics of mercantile activity, the demands and obstacles that traders and sugar producers faced. In other words, we studied what the Jesuit André João Antonil and the merchant Francisco Pinheiro considered being necessary to succeed in the market. Our sources are the work *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, by Antonil; and the letters exchanged between the Portuguese merchant Francisco Pinheiro and his emissaries, who are gathered in the book *Negócios Coloniais*, organized by Luis Lisanti Filho. Both, Antonil and Pinheiro, sought, among other things, to guide individuals who would become involved in commercial activities in Brazil. Antonil wrote to those who wished to become masters of sugar mills and Pinheiro to their commercial representatives, who came to establish business in the colony. Our hypothesis is that the search for wealth production through labor was a common ideal between Antonil and Francisco Pinheiro. In this way, this search based the perception of these subjects on the business and the orientations to their receivers. Through the study of Antonil and Pinheiro, we observed that an ethic of mercantile character based certain social relations in that context. In the course of the dissertation, we investigated some questions, such as: A) the influence of the Catholic religion on the life and perception of the subjects analyzed about the business. B) The insertion of these subjects into a hierarchical and aristocratic society. C) The interrelationship between the market and politics. D) The presence of a bourgeois morality in their ideals. D) The relationship of commerce with civility and cordiality. As theoretical contributions, we use Jacques Le Goff. According to him, a document is not a simple source of information, but it is imbued with the intentionalities of those who produced it; and Norbert Elias, for whom human actions and behaviors need to be understood from the set of relationships established between individuals.

**Keywords:** Colonial Brazil. Trade. Cultura e Opulência. Portuguese Empire. Marketplace. Negócios Coloniais.



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	09
<b>1) João Antônio Andreoni (Antonil)</b> .....	17
1.1) Antonil e a Companhia de Jesus .....	17
1.2) Antonil, Vieira e os Bandeirantes .....	19
1.3) Religião e Economia em Antonil.....	22
1.4) Nobilitação e Economia em Antonil .....	30
<b>2) Francisco Pinheiro</b> .....	40
2.1) Negócios Coloniais.....	40
2.2) Problemas na Alfândega .....	44
2.3) As Redes Clientelares .....	49
2.4) Interdependência e Afetividade .....	52
2.5) Quando o Assunto é Dinheiro .....	58
<b>3) A Moralidade Burguesa</b> .....	71
<b>4) O Mercado entre a Civilidade e a Cordialidade</b> .....	81
<b>Conclusão</b> .....	93
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	100

## INTRODUÇÃO.

Nesse trabalho, buscamos analisar o mundo dos negócios no Império português no início do século XVIII, a partir de escritos do jesuíta André João Antonil e do comerciante Francisco Pinheiro. Ambos buscaram, entre outras coisas, orientar indivíduos que envolver-se-iam em atividades mercantis no Brasil. O primeiro destinou-se àqueles que desejavam tornar-se senhores de engenho e o segundo a seus representantes comerciais, que vieram estabelecer negócios na colônia.

Por meio dos escritos analisados, buscamos compreender a dinâmica da atividade mercantil, as exigências e os obstáculos a serem enfrentados pelos produtores de açúcar e pelos comerciantes. Melhor dizendo, discorreremos sobre o que era preciso para se obter êxito no mercado de acordo com Antonil e Francisco Pinheiro.

Vale ressaltar que os relatos legados por tais sujeitos não constituem-se de simples fontes de informação. Como observou Le Goff (2003), todo documento é produzido a partir de uma intencionalidade, de uma tentativa de intervenção do sujeito histórico em sua realidade. Dessa maneira, entendemos que os escritos analisados estão carregados de intencionalidades e de valores que guiaram as percepções dos sujeitos em questão. Nosso objetivo é compreender as concepções de Antonil e de Francisco Pinheiro acerca do mundo dos negócios.

A nossa hipótese é a de que a produção de riqueza era um objetivo comum entre Antonil e Francisco Pinheiro. Baseados nessa busca, tais sujeitos teriam realizado a análise e sistematização das relações sociais presentes no engenho e no comércio e procurado orientar seus destinatários a adotarem certas condutas.

Para a compreensão dos sujeitos analisados, consideramos necessário analisá-los não enquanto indivíduos isolados dos meios em que circularam, nem enquanto determinados pelo seu contexto, mas por meio das relações que estabeleceram. Segundo Norbert Elias, as cadeias formadas pelo conjunto de relações estabelecidas entre os seres humanos “não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais” (1994, p. 23).

De acordo com Elias (1994), todo indivíduo ao nascer está inserido num complexo funcional de estrutura bem definida. É uma ordem invisível de determinada forma de vida em comum que lhe oferece uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis. Nessa ordem, cada pessoa ocupa uma função que só é formada e mantida em relação a outras pessoas e por isso elas vivem em permanente

interdependência. A essência pessoal do indivíduo traz a marca de seus relacionamentos, formando-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, desejos e realizações.

Dessa forma, propomos identificar quais relações permeavam o mundo dos negócios, investigando de que maneira essas relações interferiam no trato mercantil e no comportamento dos sujeitos envolvidos nesse meio.

Francisco Pinheiro era um experiente mercador português que angariou fortuna e alta posição social e procurou, estando em Portugal, orientar seus representantes comerciais quanto às oportunidades de negócio e a melhor maneira de administrá-lo. Além da relação estabelecida com seus emissários, Pinheiro procurou estabelecer contato com investidores e pessoas influentes na corte portuguesa que poderiam lhe auxiliar de alguma forma no mercado.

Os emissários, por sua vez, compunham um quadro variado de mercadores, experientes e inexperientes, que arriscaram a vida pela aventura comercial e puderam acompanhar de perto o cotidiano na colônia. Eles precisavam agir de acordo com as orientações de Pinheiro ou pelo menos convencê-lo de que assim o faziam. Precisavam ainda trabalhar conjuntamente, conquistar fregueses e lidar com a administração colonial.

Diferentemente desses, Antonil não era alguém envolvido diretamente com o mundo dos negócios. Tratava-se na verdade de um membro da Igreja, um jesuíta, que buscou analisar as riquezas do Brasil. Sua posição inseria-se num conjunto de discussões que envolviam leigos e religiosos acerca das relações sociais e das transformações na colônia.

Uma vez que Pinheiro e Antonil discorreram sobre algumas atividades econômicas, faz parte de nossa problemática refletir sobre em que medida a busca por produção e acúmulo de riqueza estava na ordem do dia para ambos, indagando-nos sobre como o interesse econômico se inter-relacionava com as demais preocupações comuns aos homens daquele contexto, tais quais: a salvação da alma e a busca por prestígio social. Afinal, quais eram as preocupações de um homem de negócios?

Se um documento é constituído de intencionalidades (LE GOFF, 2003), que precisam ser compreendidas à luz das relações humanas (ELIAS, 1994), não podemos ignorar ainda a historicidade desse documento e, portanto, dessas intencionalidades e relações. Acreditamos que para compreendermos de que forma os sujeitos analisados intervinham em sua realidade, expressando sinais de mudança ou de permanência, precisamos situá-los nessa mesma realidade. Como ressalta Elias, “as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são

indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto” (1994, p. 38).

Dito isso, observaremos a seguir o que a historiografia tem ressaltado sobre as raízes e as transformações que marcaram a economia e a cultura no Brasil, na passagem do século XVII para o XVIII.

Desde muito cedo, implantou-se no Brasil o cultivo da cana de açúcar. Mesmo havendo relatos anteriores, podemos considerar que, oficialmente, as primeiras mudas foram trazidas por Martim Afonso de Souza para a instalação do primeiro engenho em São Vicente, na década de 1530. A economia açucareira ganhou impulso com a instituição do governo geral e, entre os anos de 1580 e 1680, o Brasil tornou-se o maior produtor e exportador mundial dessa cultura (MENDES, 2011).

Na primeira metade do século XX, em busca da compreensão dos elementos formadores da nação, clássicos da historiografia brasileira como *Casa-grande e senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda; e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, não deixaram de discorrer sobre a relação entre o açúcar e nossa cultura, sociedade e economia.

De acordo com Freyre (2003), com a instalação do primeiro engenho no Brasil, em 1532, teria se iniciado a organização econômica e civil que viria caracterizar a sociedade brasileira: agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida de índio e negro na composição. De acordo com o autor, a forma de vida que se ergueu em torno dos canaviais ofereceu o modelo ideal para a compreensão da vida íntima de todo brasileiro: o da casa-grande. Esse modelo caracterizar-se-ia pelo patriarcalismo escravocrata e polígamo dos senhores de engenho e pela religião familiar, influenciada pelas credices da senzala.

Holanda (1995) também entendeu que nosso modelo de organização teve raízes no meio rural<sup>1</sup>, onde predominava a figura dos senhores de engenho. A seu ver, estes exerciam uma autoridade despótica e caprichosa em seu círculo familiar, que dilatava-se ao abranger escravos e agregados. A esfera da vida doméstica teria se tornado submetida a essa autoridade e imune a qualquer ameaça ou pressão que viesse de fora. Além disso,

---

<sup>1</sup> No entanto, ao ver de Holanda, não foi uma civilização tipicamente agrícola a instaurada pelos portugueses no Brasil. Primeiro, porque o trabalho exigido por esse empreendimento não seria compatível com o espírito aventureiro do português; segundo por causa da escassez da população do reino, que não permitiria uma emigração em larga escala de trabalhadores rurais; terceiro porque a atividade agrícola não ocupava posição de primeira grandeza em Portugal. Devido a isso, Holanda afirma que a produção cedeu às sugestões da terra e dos primeiros habitantes. Não teriam sido modificados os rudes processos indígenas na lavoura. Esse suposto espírito desleixado e *aventureiro* do colonizador observaremos em outro momento.

o quadro familiar perseguia os indivíduos mesmo fora do ambiente doméstico. “O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82).

Caio Prado (1961), por sua vez, entendeu a produção do açúcar à luz da ideia de *sentido da colonização*, segundo a qual o açúcar foi cultivado com o mesmo objetivo do cultivo das demais culturas e da extração do ouro, a saber, o atendimento às necessidades do mercado externo. Para este autor, o maior problema da produção desenvolvida no Brasil era que ela não se voltava para o mercado interno e, por conseguinte, não possibilitou o desenvolvimento de um mercado “nacional”. Assim, o resultado dessa forma de organização econômica teria sido o de um comércio instável, irracional e precário, que não conseguiu estabelecer uma base sólida e duradoura para o atendimento das reais necessidades da colônia. Em sua concepção, as pequenas propriedades e a produção de subsistência existiam apenas para dar suporte à agroexportação e, por isso, não alcançaram posição econômica relevante.

Há algum tempo, contudo, estudos vêm desconstruindo a noção de que a produção agroexportadora/latifundiária/monocultora/escravista seria a única viável para o entendimento da sociedade colonial.

Como aponta Mendes (2011), sabemos hoje que, mesmo a produção de açúcar tendo sido o nervo de nossa economia, o engenho não era autossuficiente e, por isso, exigia e fomentava outras atividades que alcançaram posição relevante economicamente. Podemos elencar a pecuária, o pescado, a carne seca, a produção de farinha de mandioca, de alimentares em geral e, ainda, de bens como tijolos, lenhas e a própria cana fornecida por lavradores, grandes ou pequenos.

De acordo com Mendes, “o estabelecimento dos engenhos formou uma rede de produção e comércio que não envolveu apenas diferentes produtos como diferentes formas de produção e distintos tamanhos de propriedade” (2011, p. 21). Ressaltamos como elementos que escapam à caracterização mais clássica: a) as pequenas propriedades que cultivavam produtos alimentícios, ou mesmo o açúcar, voltadas para o mercado externo ou interno; b) a utilização de mão de obra escrava nessas pequenas propriedades; c) a relevância da participação dos pequenos produtores e de extratos médios na sociedade colonial.

Mas, mesmo entre as críticas mais incisivas ao caráter agroexportador da economia colonial, os reflexos dessa forma de produção em nossa cultura não foram

descartados, mas revistos e realçados. João Fragoso (1998), por exemplo, demonstrou que no final do século XVIII, no Rio de Janeiro, muitos procuravam abandonar outras atividades econômicas e tornarem-se senhores de engenho, o que, a seu ver, se dava por causa do prestígio que os mesmos desfrutavam naquela sociedade. Antonil, por sua vez, no início do mesmo século, também ressaltou tal prestígio<sup>2</sup>. Torna-se, assim, inegável o legado da sociedade açucareira não só para a formação de nossa economia, mas também de nossa cultura.

Mas, se é verdade que os reflexos da organização agroexportadora se fizeram presentes ainda em finais do século XVIII, devemos considerar que aquela sociedade já não era a mesma. Na verdade, a colônia vivia mudanças econômicas consideráveis desde o início do século. Se, como dito, a relação entre a produção de açúcar e as mais variadas atividades era de dependência e de favorecimento mútuo, as descobertas do ouro nas Minas Gerais provocariam um certo desequilíbrio, tanto econômico quanto moral.

A sede por ouro levou muitos habitantes de Portugal e do Brasil a deixarem suas terras e atividades econômicas para se encaminharem às Minas. A busca por ouro não foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma produção agrícola. A escassez de oferta em uma região que vivia um aumento da procura promoveu um grande aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade. Além disso, a escassez de oferta fez com que, em determinadas situações, mesmo aqueles que dispunham de ouro não tivessem como adquirir alimentos. Sendo assim, nos primeiros tempos da mineração a fome e a miséria disseminaram-se em meio à riqueza do ouro.

Na perspectiva de Antonil (2007), esse processo trouxe prejuízos econômicos e também morais para a colônia. Do lado econômico, a mineração significou um afluxo de pessoas e mão de obra provenientes das regiões produtoras de açúcar, prejudicando essa atividade que, a seu ver, era a verdadeira fonte de riqueza do Brasil. Além disso, a ausência da justiça teria tornado o local violento:

Sobre essa gente, quanto ao temporal, não houve até ao presente coação ou governo algum bem ordenado; e apenas se guardam algumas leis que pertencem às datas e repartições dos ribeiros. No mais, não há ministros nem justiças que tratem do castigo dos crimes que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos (ANTONIL, 2007, p. 228).

---

<sup>2</sup> As intenções de Antonil com essa afirmação são objeto de estudo do presente trabalho e serão apresentadas posteriormente.

Do lado moral e religioso, o ouro teria incitado a cobiça dos homens desviando-os do caminho da salvação. E, uma vez que o poder espiritual ainda não estava bem organizado na região das minas, ficava difícil o trabalho missionário:

Quanto ao espiritual, havendo até agora dúvidas entre os prelados acerca da jurisdição, os mandados de uma e outra parte, ou como curas ou como visitantes, se acharam bastante embaraçados. E não pouco embaraçarão a outros que não acabam de saber a que pastor pertencem aqueles novos rebanhos. E quando se averígue o direito do provimento dos párocos, pouco hão de ser temidos e respeitados naquelas freguesias móveis de um lugar para outro como os filhos de Israel no deserto (ANTONIL, 2007, p. 228-229).

Entretanto, se a busca por ouro nas minas foi grande, decerto que nem tudo era males. Tais descobertas permitiram o desenvolvimento de novas atividades e profissões, aumentaram a proporção de trabalhadores livres, incentivaram novos tipos de produção e novos mercados para suprir as necessidades dos exploradores e, ainda, possibilitaram que bem-aventurados se tornassem ricos do dia para a noite, o que atraiu a atenção de muitos que largaram suas antigas vidas em busca de novas oportunidades, como fizeram os emissários de Francisco Pinheiro.

Chegou-se a afirmar que o ouro separou a história do Brasil em duas partes, marcando o início da relevante ocupação de vastas áreas do interior, da formação de núcleos populacionais compostos pelos exploradores do minério e da conexão entre esses núcleos. Como lembrado por Pécora, “os aventureiros se fixavam numa região aurífera, apareciam os arraiais que, crescendo, davam lugar a vilas, como tantas em Minas Gerais” (1973, p. XV).

Pécora observou (1973) que - até o momento em que escreveu - os investigadores do período em questão puderam contar sobretudo com documentos de origem administrativa ou então relatos de viagens ocasionais. Exceções a esses tipos de documentos foram as obras dos jesuítas Jorge Benci e Antonil.

Alguns anos se passaram e as investigações têm avançado na exploração dos mais diversos tipos de fonte provenientes desse período. Todavia, o trabalho historiográfico não cessa de revisitar os documentos já analisados e, dessa maneira, de trazer novas perspectivas.

Nosso estudo propõe utilizar-se tanto do material introduzido por Pécora (1973) quanto dos escritos de Antonil. No primeiro caso, trata-se de um conjunto de cartas

trocadas entre Pinheiro e seus emissários, organizado por Luís Lisanti Filho (1973) e reunido na obra *Negócios Coloniais*. No segundo caso, trata-se da obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, que traz reflexões do jesuíta acerca das transformações socioeconômicas que vinham atingindo o Brasil.

No primeiro capítulo, analisamos a figura de Antonil. No tópico “Antonil e a Companhia de Jesus”, apresentamos uma breve biografia a respeito do jesuíta e a história da ordem da qual ele fez parte: a Companhia de Jesus. Uma vez que, mesmo sendo membro da igreja, Antonil dedicou a analisar as riquezas coloniais, pretendemos investigar a relação entre a Companhia e o mundo os negócios.

Estando Antonil interessado em discutir acerca da produtividade de determinadas atividades econômicas, ele não poderia ignorar a mão de obra a ser utilizada nessas atividades. Daí que, no tópico “Antonil, Vieira e os Bandeirantes”, analisamos sua posição acerca da utilização da mão de obra indígena, comparando-a com a posição do padre Antônio Vieira. O objetivo é demonstrar que os membros da companhia possuíam diferentes posicionamentos quanto às relações sociais.

No terceiro tópico, “Religião e Economia em Antonil”, analisamos o espaço que a religião devia ocupar no mundo do engenho, segundo o jesuíta. Investigamos, assim, qual a relação entre a religião e o interesse material em Antonil.

Ainda neste capítulo, no tópico “Nobilitação e Economia em Antonil”, procuraremos entender o modo de vida daqueles que Antonil buscou orientar - os senhores de engenho - e o posicionamento do jesuíta perante o mesmo. Nesse tópico, dialogamos com autores como Freyre (2003), Holanda (1995), Caio Prado (1961), Schwartz (1988), Fragoso (1998) e Vainfas (1986). Analisando as relações sociais desenvolvidas durante o processo de colonização, tais historiadores salientaram questões como o patriarcalismo, o paternalismo escravocrata e o ideal aristocrático. Em nosso trabalho, procuramos apresentar uma análise alternativa que englobe também a importância dos negócios para configuração das relações sociais.

No segundo capítulo, analisamos o comércio no mundo colonial a partir dos escritos de Francisco Pinheiro e de seus emissários. Pretendemos elencar algumas das inúmeras relações em que estavam envolvidos os comerciantes no exercício de sua função e refletir sobre como essas relações interferiam no trato mercantil e em seus comportamentos. O capítulo subdivide-se em quatro partes.

Em “Problemas na Alfândega” demonstramos a importância que a influência política tinha, naquele momento, para os negócios coloniais. Problemas como o de



taxações inesperadas ou de burocracia poderiam aborrecer os comerciantes. Apresentamos uma discussão sobre quem estava incumbido de regulamentar as atividades econômicas e depois situamos a posição dos comerciantes perante tais regulamentações.

No segundo tópico, “As Redes Clientelares”, procuramos entender melhor a relação entre a política e a economia, entre o público e o privado, e como tudo isso se refletia na construção das redes mercantis.

No terceiro tópico, “Interdependência e Afetividade”, refletimos acerca de algumas relações estabelecidas no mercado, apontando quais valores eram observados pelos comerciantes para a consolidação e prosperidade dessas relações.

No quarto tópico, “Quando o Assunto é Dinheiro”, analisamos a importância da riqueza para os comerciantes em meio a outras preocupações como os laços de afetividade e a religião.

No terceiro capítulo, “A Moralidade Burguesa” reunimos um conjunto de características que Max Weber (2003) e Sérgio Buarque de Holanda entendem enquanto específicas da burguesia para analisarmos as ideias de Antonil e dos comerciantes portugueses.

No último capítulo, “O Mercado Entre a Civilidade e a Cordialidade”, refletimos sobre qual tipo de comportamento as relações mercantis pressionavam os indivíduos nelas envolvidos a adotarem. Utilizamos na discussão o conceito de *civilidade* de Norbert Elias (1993) e de *cordialidade* de Sérgio Buarque de Holanda (1995).

## CAPÍTULO I: JOÃO ANTÔNIO ANDREONI (ANTONIL).

### 1.1) ANTONIL E A COMPANHIA DE JESUS.

João Antônio Andreoni, autoidentificado pelo pseudônimo de Antonil, natural de Luca (Toscana), cedo ingressou para a vida religiosa, sendo admitido na Companhia de Jesus. Formou-se em Direito e exerceu o cargo de professor de humanidades e explicador de retórica e filosofia no seminário. Em 1681, veio ao Brasil, a convite do Padre Antônio Vieira, onde trabalhou como mestre de noviços, professor e Reitor no Colégio da Bahia, secretário de vários provinciais, inclusive do próprio Vieira e, enfim, provincial, o posto máximo da Companhia alcançado no Brasil (BOSI, 1992; SILVA, 2007).

Durante sua estadia no Brasil, Antonil dedicou um tempo a observar as atividades do engenho de açúcar Sergipe do Conde<sup>3</sup>. O resultado das observações foi a composição de uma obra relativa à economia açucareira, incluindo orientações acerca da administração de engenhos, que discorrem acerca da relação entre senhor e escravos, funcionários assalariados e familiares, além de trazerem informações técnicas exigidas pelo empreendimento. Segundo Silva (2007), a intenção inicial do autor era compor uma obra relativa apenas ao açúcar, mas posteriormente ele incorporou reflexões sobre as demais riquezas do Brasil (tabaco, minas de ouro, gado e comércio de couros), formulando *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*<sup>4</sup>.

Três dias após sua edição, a obra acabou sendo confiscada por conter informações precisas acerca das fontes de riqueza no Brasil, além do itinerário dos caminhos para as

---

<sup>3</sup> Inicialmente denominado Engenho de Sergipe, localizado nos arredores da Bahia e à beira do rio Sergipe, o engenho foi fundado pelo governador geral Mem de Sá. Com a morte de sua herdeira, Filipa de Sá, a propriedade, por disposição testamentária, foi parar nas mãos dos jesuítas do Colégio Santo Antônio de Lisboa, em 1618. Todavia, em razão de uma cláusula do testamento de Mem de Sá, acabou sendo contestado por três entidades: a Misericórdia da Bahia, o Colégio dos Jesuítas da Bahia e o Provincial dos jesuítas. O litígio prolongou-se por quase meio século até que, por meio de indenizações, a moenda e dois canaviais couberam ao Colégio Santo Antônio e o resto da propriedade ao Colégio da Bahia (SILVA, 2007).

<sup>4</sup> A observação de que o prefácio da obra de Antonil refere-se apenas à primeira parte, concernente à produção de açúcar, e não à obra em seu conjunto, como se costuma ser, e de que apenas a primeira parte possui uma página de título própria e um breve sumário levou Silva (2007) a entender que Antonil concebeu essa parte como uma obra autônoma. A ideia se reforça pelo fato de que essa parte compõe metade da obra e é recheada de imagens, metáforas e alegorias barrocas, enquanto as outras são muito mais simples. Por esses e outros indícios, Silva (2007) chega à conclusão que Antonil escreveu a primeira parte entre os anos de 1693 e 1698, a atualizou com novos preços de açúcar entre 1704 e 1707 e, após essa data, redigiu as demais.

minas. A Coroa portuguesa temia que tais informações pudessem cair em mãos estrangeiras (AMBIRES, 2008; SILVA, 2007).

A preocupação de um membro da Companhia de Jesus em analisar a vida e a produção no engenho nos levou a questionar suas reais intenções. Estariam as percepções de Antonil acerca daquele espaço marcadas por uma linha de raciocínio baseada nos preceitos cristãos? Ou então a preocupação com a produção em si, com o próprio lucro, é que estava na ordem do dia para o jesuíta? Se observarmos a história da Companhia de Jesus entenderemos que, na verdade, a relação entre o temporal e o espiritual nunca lhe foi estranha. Vejamos.

A origem da Companhia remonta ao século XVI, quando a Igreja Católica passava por um momento de renovação. Além das críticas realizadas pelos protestantes, a Igreja deparava-se com o fortalecimento das monarquias nacionais que tornavam-se capazes de desafiá-la. Como forma de encarar tais desafios, a Igreja respondeu tomando algumas atitudes, dentre elas a criação da Companhia de Jesus (COSTA; MENEZES, 2012).

Fundada em Paris, em 1534, e oficializada em Roma, em 1540, a Companhia surge com a preocupação de superar os antigos erros da Igreja e para atender aqueles que clamavam por uma reforma eclesial vinda de Roma. “Diferentemente, no entanto, de outras ordens religiosas criadas também no espírito da reforma católica, os jesuítas se caracterizaram por sua atividade extramuros de conventos, mosteiros e abadias” (COSTA; MENEZES, 2012, p. 168).

A Ordem espalhou-se pelo mundo, levando sua obra de catequização para a Ásia, África e América. Em 1549, chegou ao Brasil o primeiro grupo de missionários, encabeçado por Manuel da Nóbrega. A atuação da Companhia em terras brasileiras se estendeu até 1759, quando foram expulsos por determinação de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal.

Estando na América portuguesa, os jesuítas precisaram encontrar meios de subsistir e de se adaptar àquela realidade cultural e econômica. Por um lado, em razão do Padroado Régio, contavam com o subsídio do Estado, reivindicavam terras com a justificativa de realizar a doutrinação indígena e captavam recursos para a construção de edificações e para as suas despesas mais essenciais; por outro, contudo, precisavam envolver-se com os negócios coloniais para terem recursos suficientes para a manutenção de sua organização (ALEXANDRE, 2009).

Segundo Assunção (*apud* ALEXANDRE, 2009), os jesuítas ao se envolverem com a produção tiveram que atentar a preocupações como: a falta de liquidez, a

dependência de crédito, a manutenção dos meios de produção, o transporte e encargos da distribuição e etc. Além disso, relacionaram-se com outros produtores, como os senhores de engenho, o que lhes permitiu a aprendizagem de certas práticas administrativas. Entende-se, assim, que as necessidades práticas exigidas pelo trabalho missionário obrigavam os jesuítas a se envolverem com o mundo dos negócios, inter-relacionando o mundo material e espiritual.

Na verdade, Costa e Menezes (2012) notaram que, desde a sua gênese, no século XVI, a Companhia de Jesus confluía, em sua atuação catequética, a mentalidade escolástica com a mentalidade mercantil. De acordo com eles, o próprio nome original dos jesuítas, *Societas Iesu*, ou seja, Sociedade de Jesus, remete à constituição de uma organização feita para agir no mundo, onde fosse necessário, seja nas missões, na educação ou junto aos reis para aconselhá-los. Sociedades eram as companhias criadas para o comércio no Oriente. A empresa religiosa teria assumido, assim, traços próprios do período em que foi fundada, a saber, o caráter comercial na organização e comunicação.

Ainda segundo Costa e Menezes (2012), no epistolário evidenciava-se um complexo sistema de informações e de decisões que incluía a quantificação de suas atividades. Podemos citar como exemplo a contabilização dos sacramentos realizados com os indígenas brasileiros a fim de avaliar o sucesso e os percalços das missões. Seria, portanto, no cálculo que se expressava a mentalidade mercantil. Calculava-se a própria atuação.

Do exposto, vê-se que, desde sua origem, esteve presente na Companhia a confluência entre as preocupações com o mundo material e espiritual. Nosso objetivo é entender essa relação no século XVIII, mais especificamente em Antonil, membro da ordem. Como veremos, a Companhia era múltipla, compunha-se de indivíduos que não compartilhavam as mesmas posições. No próximo tópico, abordamos o posicionamento de Antonil acerca da mão de obra a ser utilizada nos negócios coloniais, comparando-o com o posicionamento do padre Antônio Vieira.

## **1.2) ANTONIL, VIEIRA E OS BANDEIRANTES.**

Como dito, Antonil veio ao Brasil a convite de Antônio Vieira. Mas, o que foi a princípio uma convivência harmoniosa acabou tornando-se indisposição mútua. Os jesuítas possuíam opiniões opostas quanto o que era concebível na relação entre colonos

e indígenas (BOSI, 1992; AMBIRES, 2008). Para compreendermos ambas as posições, analisemos um pouco da história.

Nos primeiros cem anos de colonização, em razão dos limites materiais e populacionais - e não por desinteresse como a tradição historiográfica estabeleceu -, a colonização concentrou-se nas faixas litorâneas. Sinal disso é que as “entradas” – expedições comandadas pela Coroa – desde cedo penetraram o território em busca de riquezas e de reconhecimento do território. Contudo, foi apenas em finais do século XVII que os bandeirantes – exploradores autônomos - encontraram a tão desejada quantia de ouro na região central do território e avançaram significativamente com a interiorização da colonização (MENEZES, 2011).

Era da vila de São Paulo de Piratininga que irradiava a maior parte das bandeiras. A Capitania de São Vicente não apresentava grande desenvolvimento econômico e caracterizava-se por uma agricultura de subsistência, do cultivo do trigo, algodão, frutíferas e etc. Dessa forma, os moradores de Piratininga precisaram encontrar formas de se integrar ao mercado e o fizeram por meio do fornecimento de alguns produtos, como as marmeladas, e sobretudo pelo fornecimento dos escravos indígenas que eram vendidos como mercadoria (MENEZES, 2011).

A escravização dos indígenas chegou a ser proibida em 1570. No entanto, o direito português da “guerra justa” abria uma brecha na legislação e acabava legitimando essa ação. Uma vez que os jesuítas foram sempre veementes em condenar tal escravização, a brecha nas leis não evitaria os conflitos constantes entre eles, interessados na catequização dos nativos, e os bandeirantes (MENEZES, 2011). Os padres Antonil e Vieira se posicionaram sobre a relação entre colonos e nativos.

Segundo Bosi (1992), desde cedo Antônio Vieira esteve disposto a denunciar os abusos praticados pelos colonos e sertanistas contra os índios. Tanta era a defesa aos nativos que ele chegou a oferecer-se para abandonar sua comodidade e tornar-se missionário na Amazônia. Além disso, na posição de visitador, Vieira chegou a proibir que os reitores dos colégios se utilizassem do trabalho indígena, ainda que remunerado.

Mas, a sorte teria pendido para o lado dos paulistas, pois se a Coroa sempre incentivou os achamentos com patentes e honrarias, agora que o tão procurado ouro fora encontrado não teria porque comprometê-los e colocar-se contra os bandeirantes. Pelo contrário (BOSI, 1992).

Se não bastasse, o próprio Antonil apoiou as pretensões dos produtores de riqueza. De acordo com Bosi, “Andreoni, legalista, pleiteava a generalização do trabalho indígena,

quer em condições de escravatura regulada por Administrações, quer em regime de assalariado semi-servil” (1992, p. 154). Com anuência do Padre Alexandre de Gusmão e apoio de Antonil, redigiu-se as “Administrações dos Índios”. Vieira se colocou contra o documento, pois para ele a “administração” nada mais era do que a permanência da escravidão indígena. Vieira não foi ouvido.

Bosi (1992) chega a considerar Antonil um traidor. Para ele, o italiano sabotava os projetos daquele que deveria honrar, o doente e isolado Vieira. Inclusive, após a morte de Vieira, o jesuíta italiano assumiu a posição de provincial, em 1698, e revogou o antigo dispositivo que proibia a utilização do trabalho indígena pelos reitores.

De fato, a oposição entre os ideias de Vieira e Antonil é inegável. Mas, Ambires (2008) considera que a análise de Bosi é demasiado partidária. Segundo Ambires, Bosi teria colocado Vieira em um pedestal, enquanto aquele imbuído de humanidade, e Antonil teria sido condenado enquanto aquele que negava o ser humano em detrimento da produção. Para Ambires, a melhor forma de compreender o jesuíta italiano seria resgatando sua dimensão histórica.

Tal dimensão histórica, ao ver de Ambires (2008), se circunscreve ao já mencionado contexto de exploração mineral, no qual a colônia passa a receber a atenção central da Coroa que, por sua vez, passa a ver o paulista como fiel vassalo. Para o autor, as posições de Antonil estariam em sintonia com as políticas portuguesas e, portanto, refletiam esse momento de mudanças, no qual a busca pela riqueza material ganhava cada vez mais legitimidade.

Posteriormente, analisaremos o posicionamento de Antonil sobre a mineração e a legitimidade, para ele, da busca por produção de riqueza. Entretanto, consideramos, assim como Ambires (2008), que julgar Antonil pela falta de humanidade não seria o melhor caminho para compreendê-lo.

Como mencionado por Menezes (2011), é comum na historiografia a utilização de uma explicação unilateral para se combater outra visão considerada demasiado parcial. No caso dos bandeirantes, por exemplo, muitos os classificaram como heróis, mas muitos os julgaram como assassinos cruéis e sanguinários. Para Menezes, precisamos compreender que os bandeirantes estavam presos à sua historicidade, viviam em uma região onde a violência estava presente no cotidiano, onde a segurança pública não havia se consolidado e onde a crença no sobrenatural poderia levá-los a atos de desprendimento, mas também de crueldade.

Dessa forma, também para a análise de Antonil, precisamos considerar sua inserção em outro contexto, no qual ideias e ações que atualmente consideramos ilegítimas e imorais eram perfeitamente cabíveis. Naquele momento, Antonil considerava legítimo o uso da mão de obra indígena e a escravidão africana, o que não significa dizer que apoiava toda e qualquer forma de tratamento para com eles. Antonil possuía seus próprios interesses, mas muitos de seus parâmetros na análise do que era legítimo eram comuns àquele contexto. Inclusive, as ideias que possuía acerca da relação entre senhores e escravos eram legitimadas pela própria Igreja católica. A seguir, observamos que Antonil utilizou a linguagem religiosa em sua análise das relações de produção no engenho, inclusive, para orientar os senhores no trato com os escravos.

### 1.3) RELIGIÃO E ECONOMIA EM ANTONIL.

O índice de *Cultura e Opulência* é bastante elucidativo quanto ao interesse de Antonil em escrever a obra. Estão entre os subtítulos: “do cabedal<sup>5</sup> que há de ter o senhor de um engenho real”; “como se há de haver o senhor do engenho na compra e conservação das terras”; “como se há de haver o senhor do engenho com os lavradores e outros vizinhos, e estes com o senhor”; “como se há de haver o senhor de engenho na eleição das pessoas e oficiais que admitir ao seu serviço, e primeiramente, da eleição do capelão” (2007, p. 305).

Embora a obra não se restrinja a isso, a intenção de Antonil em orientar quanto a melhor forma de se administrar o engenho tanto em relação ao meio natural quanto aos recursos humanos é clara. Seria estranho imaginar que um documento desta espécie não estivesse voltado para os interesses materiais. Tanto é que, para além dos conselhos aos senhores, o jesuíta tratou de esclarecer as obrigações dos profissionais envolvidos nas mais diversas etapas da produção do açúcar, inclusive informando quanto ao pagamento devido a cada um. Mas, por estar inserido em uma sociedade essencialmente católica e em se tratando de um jesuíta, suas orientações e suas preocupações com o material poderiam ignorar as questões religiosas?

---

<sup>5</sup> Segundo Vainfas, para Antonil, *cabedal* inclui “desde terras e máquinas até os escravos, os oficiais e os lavradores arrendatários. A noção de *cabedal* significa, portanto, dinheiro, bens e pessoas” (1986, p. 135).

A historiografia tem oscilado em seu entendimento, afirmando que as orientações de Antonil acerca da administração dos engenhos teriam sido predominantemente marcadas por preocupações de cunho religioso ou material.

Apesar de reconhecer que o discurso de Antonil era em vários aspectos secularizado, Marquese afirma que, assim como em Benci, sua base era a moralidade cristã, não havendo qualquer análise de cunho econômico. Segundo ele, “ao prescreverem os padrões ideais de comportamento a serem observados pelos senhores no governo de seus escravos e de suas propriedades rurais, autores como Benci e Antonil não se furtaram em seguir as linhas clássicas do projeto missionário inaciano” (2004, p. 49). Silva expôs uma posição similar, ao afirmar que “Antonil encontra-se exatamente na linha das preocupações de outros jesuítas que escreveram na mesma época – o Pe. Antônio Vieira e o Pe. Jorge Benci” (2007, p. 35-36).

De fato, em várias passagens de sua obra, Antonil demonstrou sua preocupação com a religião ao orientar os senhores e seus funcionários a não ignorarem a moral cristã. Ao elencar os profissionais dos quais o engenho necessita, por exemplo, não esqueceu-se do capelão. De acordo com ele:

O primeiro que se há de escolher com circunspecção e informação secreta do seu procedimento e saber é o capelão, a quem se há de encomendar o ensino de tudo o que pertence à vida cristã, para desta sorte satisfazer a maior das obrigações que tem, a qual é doutrinar ou mandar doutrinar a família e escravos (ANTONIL, 2007, p. 87).

Se a preocupação do jesuíta era tão somente com a administração das riquezas provenientes do açúcar decerto que, à primeira vista, um capelão não o ajudaria. Pelo contrário, ele representava custos, pois para além de seu salário, o senhor haveria que se atentar às moradas do capelão e com “uma capela decente com seus ornamentos e todo o aparelho do altar” (ANTONIL, 2007, p. 80). Além do que “se for necessário dar ao capelão alguma coisa mais do que se costuma, entenda que este será o melhor dinheiro que se dará em boa mão” (ANTONIL, 2007, 87).

Concebendo o engenho enquanto uma unidade produtiva, na qual estavam presentes relações profissionais e sobretudo humanas, Antonil entendeu que tal espaço não devia estar alheio aos preceitos de uma sociedade moldada pela religião. Daí que, para ele, tais preceitos deviam orientar os comportamentos individuais. Cabia ao capelão, por exemplo, ensinar que se deve abominar, “os que dão peçonha ou bebidas (como



dizem), para abrandar e inclinar as vontades; os borrachos, os amancebados, os ladrões, os vingativos, os murmuradores e os que juram falso ou por malignidade ou por interesse” (2007, p. 88). E que não consinta “risadas, nem conversações e práticas indecentes, não só na capela, mas nem ainda no copiar<sup>6</sup>, particularmente quando se celebra o santo sacrifício da missa” (2007, p. 89).

Antonil queixava-se ainda da falta de educação religiosa dada pelo senhores aos seus escravos:

[...] são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho sem batismo. E dos batizados muitos não sabem quem é o seu Criador; o que hão de crer; que lei hão de guardar; como se hão de encomendar a Deus; a que vão os cristãos à igreja; porque adoram a hóstia consagrada; que vão a dizer ao Padre quando ajoelham e lhe falam aos ouvidos; se têm alma e se ela morre, e para onde vai se apara do corpo (ANTONIL, 2007, p. 100).

Perante o argumento dos senhores de que os escravos seriam boçais a ponto de não estarem aptos a serem catequizados, Antonil (2007) explicou que, sabendo um escravo todas as suas obrigações quanto à plantação de mandioca e à produção de açúcar, por exemplo, e sabendo pedir perdão ao senhor quando não fazia as suas obrigações, podia muito bem conhecer a lei divina e os sacramentos. Mas, somente por falta de ensino e por não saberem os senhores a conta que haveriam de prestar a Deus por tal negligência é que os escravos não aprendiam os dogmas da Igreja.

Para além da obrigação de garantir aos escravos o entendimento das leis divinas, Antonil demonstrou que a ética cristã também tinha que estar presente no trato destes pelo senhor. O jesuíta afirmou, por exemplo, que alguns senhores costumavam dar um dia da semana para os escravos plantarem para si e condenou quem assim não o fazia. Nesse sentido, indagou-se: “porém não lhes dar farinha nem dia para plantarem, e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite com pouco descanso no engenho, como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?” (2007, p. 102).

Também os feitores, responsáveis diretos pelo controle do trabalho escravo, não deviam estar desobrigados de observarem as leis cristãs. Antonil não deixou de alertá-los que “adoecendo qualquer escravo, deve livrá-lo do trabalho e pôr outro em seu lugar, e dar parte ao senhor para que trate de o mandar curar, e ao capelão para que ouça de

---

<sup>6</sup> Copiar refere-se à varanda coberta contígua à casa, ou alpendre (SILVA, 2007, p. 89 - nota 27).

confissão e disponha, crescendo a doença, com os mais sacramentos para morrer” (2007, p. 91). Cabia, portanto, ao feitor dar parte ao capelão para que fosse permitido ao escravo o sacramento da confissão antes da hora da morte. Também nos momentos de castigo, haveria que se ter limites, pois “castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis, e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre bárbaros, **muito menos entre cristãos católicos**” (2007, p. 102 – *grifos nossos*).

Discutindo acerca da origem dos discursos relativos à administração de escravos nas colônias francesas, inglesas, espanholas e na América portuguesa, Marquese (2004) afirma que até 1620 ninguém se preocupou em escrever sobre o governo de escravos no Brasil. Para o historiador, a escravidão era entendida como uma esfera circunscrita à soberania doméstica e cabia a cada senhor a decisão sobre a forma de organizá-la. Contudo, para Marquese, uma reflexão mais consistente a esse respeito teria começado a ganhar força na passagem do século XVII para o XVIII. Essa reflexão teria sido elaborada pelos inicianos, que constituíram o principal núcleo de letrados da América portuguesa, até a expulsão da Companhia de Jesus no século XVIII.

De acordo com Marquese (2004), a construção de uma reflexão sobre a escravidão no Brasil teria sido motivada, primeiramente, em razão das revoltas de escravos que vinham assolando a colônia naquele momento, de modo que as atenções se voltaram para a escravidão. Exemplo disso é que legislações específicas precisaram ser criadas, já que as Ordenações eram rasas a esse respeito. Além disso, os jesuítas teriam escrito sobre a administração de escravos em resposta aos ataques que vinham recebendo dos colonos. Estes não concordavam com a posse de vastas propriedades, com a isenção de dízimos e com o controle dos índios por parte dos jesuítas. Desse modo, figuras como Antonil e Benci resolveram contra-atacar condenando a maneira com que os senhores comandavam seus escravos e acusando-os de se afastarem da moralidade católica (MARQUESE, 2004).

Encontramos uma explicação alternativa à de Marquese na obra *Ideologia e Escravidão*, de Ronaldo Vainfas (1986). O historiador também procurou entender os motivos que levaram os jesuítas a construir uma reflexão acerca da escravidão, a partir do século XVII. A seu ver, o amadurecimento das contradições sociais, ocasionado pelo domínio holandês, pela expansão da escravidão africana até as Gerais e pelas rebeliões de escravos, fez com que o espírito de abundância dos letrados cedesse lugar a um sentimento de mal-estar e desconfiança quanto ao estado da colônia.

Segundo Vainfas, tendo os jesuítas a plena consciência da importância da escravidão para a prosperidade da colônia, buscaram legitimá-la e normatizá-la a fim de torná-la mais duradoura e produtiva. “Assim, construíram um *projeto que não dava espaços às contradições sociais*, submetendo as relações de classes a um acordo prévio e inquestionável, cujos termos derivavam de um universo simbólico comum a senhores e escravos” (1986, p. 157-158).

A construção desse projeto passava, de acordo com Vainfas (1986), pelo convencimento de que os senhores de engenho eram os verdadeiros ministros da fé e de que os escravos eram “negros herdeiros de Cam”. A escravidão seria, pois, a punição necessária à salvação de suas almas. A sociedade colonial devia, assim, se transformar numa grande família cristã.

De fato, como temos exposto, é evidente a forte presença do caráter religioso em Antonil, inclusive, em suas orientações acerca do trato com os escravos. No entanto, não podemos desconsiderar que *Cultura e Opulência* apresentava também uma análise econômica. Algumas passagens da obra nos indicam, inclusive, que sua intenção ao escrevê-la não era exclusivamente e nem principalmente religiosa.

É certo que a questão religiosa era inerente à historicidade de Antonil, ou seja, era o “cenário” no qual os atores atuavam. Todavia, para além dos aspectos transcendentais, Antonil tinha como objetivo discutir a “cultura e opulência do Brasil”. Conforme afirma no prólogo de sua obra, Antonil escreve:

[...] **para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar** a quem o lavra, o conheçam, e sintam menos dar por ele o preço que vale, **e quem de novo entrar na administração de algum engenho**, tenha estas notícias práticas, dirigidas a obrar com acerto, que é o que em toda a ocupação se deve desejar e intentar (ANTONIL, 2007, p. 75 – *grifos nossos*).

Dessa forma, observamos que o objetivo do jesuíta era, concomitantemente, orientar aqueles que se iniciavam na produção colonial e promover uma valorização do açúcar, tentando fazer que “aqueles que não sabem o que custa a doçura do açúcar” paguem pelo produto “o preço que vale”. Ambas as preocupações atendem a interesses econômicos.

No trecho a seguir, Antonil demonstra sua preocupação com a lucratividade do engenho ao repreender a forma com que os feitores castigavam os escravos:

Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir o dar coices, principalmente nas barrigas das mulheres que andam pejadas, nem dar com pau nos escravos, porque na cólera se não medem os golpes, e podem ferir mortalmente na cabeça a um escravo de muito préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreendê-los e chegar-lhes com um cipó às costas com algumas varancadas, é o que se lhes pode e deve permitir para ensino (ANTONIL, 2007, p. 90-91).

Nesse excerto, podemos verificar que Antonil questionava o exagero nos castigos, mas não os castigos de fato. Entendendo que permitir castigos em demasia seria o mesmo que ter “um lobo carniceiro e não um feitor moderado e cristão (2007, p. 91), o jesuíta entendeu também que ao utilizar formas brutais de castigo haveria o risco de se perder um escravo de muito préstimo e, portanto, perder dinheiro.

Observamos, assim, que ao mesmo tempo em que Antonil preocupava-se com os preceitos cristãos, analisava economicamente as relações no engenho. Além disso, as questões transcendentais permeavam seu entendimento acerca das questões socioeconômicas. Isso ocorreu, por exemplo, na análise da economia mineradora que, naquele momento, estava em efervescência. O jesuíta chegou a associar a descoberta das minas de ouro a um castigo divino: “nem há pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas Minas tanto ouro para castigar com ele ao Brasil, assim como está castigando no mesmo tempo tão abundante de guerras aos europeus com o ferro” (2007, p. 284). Entretanto, tal associação não pode nos levar a crer que Antonil fosse contrário à mineração. Segundo ele:

Não há coisa tão boa que não possa ser ocasião de muitos males, por culpa de quem não usa bem dela. E até nas sagradas se cometem os maiores sacrilégios. Que maravilha, pois, que sendo o ouro tão formoso e tão precioso metal, tão útil para o comércio humano e tão digno de sem empregar nos vasos e ornamentos dos templos para o culto divino, seja pela insaciável cobiça dos homens contínuo instrumentos e causa de muitos danos (ANTONIL, 2007, p. 283).

O jesuíta apreciava a utilidade do ouro para o comércio e para a glorificação do sagrado. A condenação não se dava pela exploração do ouro, mas pela maneira como ela vinha sendo realizada. De acordo com ele:

O irem também às Minas os melhores gêneros de tudo o que se pode desejar, foi causa que crescessem de tal sorte os preços de tudo o que se vende, que os senhores de engenhos e os lavradores se achem grandemente empenhados, e que por falta de negros não possam tratar do açúcar nem do tabaco, como faziam folgadoamente nos tempos passados, que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal. E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para o Reinos estranhos, e a menor é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil, salvo o que se gasta em cordões, arrecadas e outros brincos, dos quais se vêem hoje carregadas as mulatas de mau viver e as negras, muito mais que as senhores (ANTONIL, 2007, p. 284).

O aumento dos preços das mercadorias e a falta de mão de obra escrava disponível para culturas como o açúcar e o tabaco foram salientados pelo jesuíta. Portanto, a posição de Antonil sobre a mineração se relacionava a questões econômicas. Sua visão negativa acerca da mineração decorre justamente do fato de que, a seu ver, a forma como vinha se organizando esta atividade não era vantajosa para o açúcar e o tabaco “que eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal”.

O trecho a seguir demonstra ainda que mesmo preocupando-se com a religião, esta não podia ser onerosa à vida no engenho. Segundo Antonil.

Dar esmolas é dar juro a Deus, que paga cento por um. Mas, em primeiro lugar está a pagar o que se deve de justiça, e depois estender-se piamente as esmolas **conforme o cabedal e o rendimento dos anos**. E nesta parte nunca se arrependerá o senhor de engenho de ser esmoler, e aprenderão os filhos a imitar ao pai. E deixando-os inclinados às obras de misericórdia, os deixará muito ricos, e com riquezas seguras (ANTONIL, 2007, p. 107 - grifos nossos).

Pode-se observar que mesmo quando Antonil tratou da obrigação de dar esmolas, prática cristã, não se esqueceu das preocupações temporais. Primeiramente, observou que o senhor precisava atentar-se ao que se devia à justiça. Depois, orientou que a esmola precisava ser praticada *conforme* o cabedal, de maneira a ensinar os filhos a serem inclinados às obras de misericórdia, mas também às riquezas seguras.

A questão aqui é que, em nosso entendimento, as preocupações de Antonil com a religião e com a economia amalgamavam-se, de modo que os problemas trazidos por uma indicavam problemas trazidos por outra. Ao ressaltar a capacidade e a prudência com que o senhor devia eleger seus empregados, por exemplo, Antonil recusou, na mesma frase,

tanto aqueles que adotavam atitudes prejudiciais à fazenda quanto aqueles que adotavam posturas mal vistas por Deus: “e claro está que uns com ruim vida desagradarão a Deus e aos homens e serão causa de muitos e bem pesados desgostos, e outros com a inaptidão causarão dano não ordinário à fazenda” (2007, p. 87).

Quando vimos, no início do tópico, a importância, para Antonil, de se ter um capelão no engenho e dos gastos com ele, em nenhum momento o jesuíta pensou que seriam prejudiciais àquela economia, pelo contrário, a religião seria vantajosa aos interesses econômicos, sendo utilizada para abençoar a produção de riqueza: “no dia em que se bota a cana a moer, se o senhor do engenho não convidar ao vigário, o capelão benzerá o engenho e pedirá a Deus que dê bom rendimento e livre aos que nele trabalham de todo o desastre” (2007, p. 89).

E, se por um lado, a atenção para com o sagrado favoreceria o engenho, a desatenção o levaria ao fracasso. Questionando o excesso de castigo sobre os escravos, Antonil afirma que esses “clamarão de tal sorte a Deus que os ouvirá e fará aos senhores o que já fez aos egípcios quando vexavam com extraordinário trabalho aos hebreus, mandando as pragas terríveis contra suas fazendas e filhos que leem na Sagrada Escritura”<sup>7</sup> (2007, p. 102).

Portanto, Antonil considerou que aquilo que era mal visto por Deus não poderia dar frutos, mas apenas trazer prejuízos à fazenda. Como visto, ambas as linguagens, a religiosa e a dos negócios, estão presentes em seus escritos e são utilizadas como fundamentos para as orientações aos senhores de engenho. Apesar de recusarmos alguns pressupostos de Bosi<sup>8</sup>, concordamos com o entendimento de que “a tradição cristã ministra-lhe o fio da narrativa” (BOSI, 1992, p. 172). Entendemos que a experiência religiosa e o vínculo com a ordem forneceram a Antonil a linguagem e os preceitos utilizados para sistematizar as relações sociais e orientar os senhores de engenho. Mas, se a tradição religiosa em algum momento foi contrária ao mundo dos negócios, em Antonil ela não o era.

---

<sup>7</sup> O excerto a seguir também confirma a possibilidade, segundo Antonil, de Deus castigar o engenho. Para ele: “As inclemências do céu são o principal inimigo que têm as canas, assim como os outros frutos e novidades da terra, querendo Deus com muita razão que se armem contra nós os elementos por castigo das nossas culpas ou para exercício da paciência ou para que nos lembremos que ele é o autor e o conservador de todas as coisas, e ele recorramos em semelhantes apertos” (2007, p. 117).

<sup>8</sup> Suas críticas a Antonil foram apresentadas no tópico “Antonil, Vieira e os bandeirantes”.

A nosso ver, o viés econômico da análise de Antonil evidencia-se em alguns momentos. Quando informou os danos causados pela mineração à economia colonial, quando preocupou-se com o prejuízo financeiro causado pelo tratamento agressivo praticado pelos feitores em relação aos escravos e no momento em que subordinou a prática da caridade aos rendimentos do engenho. Além disso, o próprio próêmio de sua obra deixou claro seus interesses: considerando o açúcar a verdadeira riqueza do Brasil, buscou defender o seu preço e orientar os produtores à “obrar[em] com acerto” a fim de produzirem mais fortuna. Nesse propósito, considerou que observar os preceitos religiosos só traria benefícios.

#### **1.4) NOBILITAÇÃO E ECONOMIA EM ANTONIL.**

Como visto, historiadores têm discutido se a percepção de Antonil acerca da administração de engenhos foi marcada predominantemente pelo caráter religioso ou não. Outras questões também são debatidas. O excerto a seguir é utilizado por diversos historiadores para defenderem diferentes teses acerca da nobilitação na sociedade colonial. Dizia Antonil:

O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos. E se for, qual deve ser, homem de cabedal e governo, bem se pode estimar no Brasil o ser senhor de Engenho, quanto proporcionadamente se estimam os títulos entre os fidalgos do Reino (ANTONIL, 2007, p. 79).

No caso de Fragoso (1998), esse trecho é reproduzido na “introdução” de sua obra *Homens de Grossa Aventura* e é utilizado para ressaltar a tese de que a busca por aristocratizar-se foi objetivo recorrente entre os residentes na colônia. Nesse sentido, para este historiador, a opinião de Antonil referir-se-ia à equivalência entre ser senhor de engenho no Brasil e ser nobre em Portugal, afinal, nas duas regiões a busca por prestígio social era essencial como guia das ações humanas.

Outro historiador que fez uso desse excerto foi Stuart Schwartz (1988), para quem a concepção de Antonil coincidia com o modo de vida adotado pelos senhores de engenho na colônia. Segundo ele, esses senhores ocupavam o ápice da hierarquia social e

sustentavam uma imagem de nobreza por meio do controle de terras e escravos<sup>9</sup> e do domínio político e das armas. Essas eram formas tradicionais de legitimação social na Europa e os senhores, uma vez que em grande parte eram nativos de lá, buscaram reproduzi-la no Brasil. Nesse sentido, afirma Schwartz que “a posse de vastas extensões de terra, apoiada no controle de numerosos dependentes, caracterizara a nobreza em Portugal, e os colonizadores do Brasil que estabelecem propriedades açucareiras consideravam-se a nobreza da colônia” (1988, p. 224).

É verdade que Schwartz entende que a situação dos nobres em Portugal era diferente dos senhores de engenho no Brasil. Segundo ele, as oportunidades de lucro oferecidas pelo engenho de açúcar chamavam a atenção dos colonos, pois representavam uma possibilidade maior de ascensão social. A primeira geração de senhores de engenho da Bahia, por exemplo, tinha origens sociais pouco ilustres, sendo que muitos foram (ou continuavam sendo) comerciantes<sup>10</sup> ou cristãos-novos. Apesar disso – de serem estigmatizados nos dois lados do Atlântico – Schwartz entende que o Brasil “oferecia uma situação em certa medida de menor vigilância, além de uma estrutura mais aberta à ascensão social” (1988, p. 226). Portanto, grupos marginalizados em Portugal poderiam enriquecer mais facilmente no Brasil a partir do empreendimento em um setor produtivo como o engenho.

Ainda de acordo com Schwartz (1988), os senhores de engenho nunca teriam formado um estado de bases hereditárias no Brasil. Apesar da prática real de outorgar títulos e honrarias em recompensa por serviços prestados, eles não eram herdados, ou seja, se uma pessoa conquistasse terras das mãos de índios e fosse recompensada por isso, por exemplo, as concessões reais não seriam repassadas para os filhos desta pessoa. Além disso, muitos senhores de engenho não preenchiam os pré-requisitos exigidos para tais concessões, já que tinham origens em ofícios mecânicos ou na heterodoxia religiosa. Na verdade, a Coroa teria sido muito reticente em conceder títulos a qualquer residente da

---

<sup>9</sup> De acordo com Vainfas, a posse de escravos era sinal de honra. Honrado era o homem que sustentava sua família sem desempenhar qualquer trabalho. A seu ver, “honra e riquezas (fazendas) eram privilégios garantidos aos que ingressassem na classe senhorial. [...] observa-se a valorização do princípio aristocrático, herdado da metrópole e adaptado à colônia” (1986, p. 70).

<sup>10</sup> Historiadores como Caio Prado e Charles Boxer observaram o preconceito que havia em relação aos comerciantes na sociedade colonial. Enquanto o primeiro considera que “o trato de negócios não se via com bons olhos e trazia mesmo um certo desabono aos indivíduos nêle metidos” (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 293); o segundo observa que “o desprezo pelo comerciante e por sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa [...] [e] a natureza persistente desse preconceito antimerchantil evidenciava-se no ultramar” (BOXER, 2002, p. 331-2).



colônia. Nota-se ainda que a má administração, os casamentos infecundos entre filhos e filhas de pessoas abastadas e as mortes acidentais podiam impedir a continuidade das linhagens de sucesso.

No entanto, para Schwartz (1988), é por causa dessas dificuldades que os senhores de engenho buscavam adquirir *status*. Como forma de se legitimar, levavam uma vida senhorial por meio da aquisição de grandes quantidades de terras, escravos e agregados, do exercício do poder local ou da defesa de dada região. De acordo com o historiador, ser senhor de engenho “era um título que correspondia às pretensões desses proprietários, e nunca foi substituído pelo de ‘fazendeiro’, que dizia respeito apenas à propriedade (fazenda). Os senhores de engenho queriam algo mais” (1988, p. 230). Queriam *status*. Gilberto Freyre e Caio Prado também observaram o prestígio desfrutado pelos senhores de engenho na sociedade colonial.

Freyre tratou da artificialidade dos grandes proprietários de terra. Segundo ele, suas vidas eram marcadas pela miserabilidade. No entanto, os senhores não deixavam de ostentar. Os jantares, os banquetes, a fartura, a hospitalidade, os cavalos, as sedas e joias eram apenas aparência; na realidade, a péssima alimentação e os bichos que invadiam os quartos. “Quanto às grandes damas coloniais, ricas sedas e um luxo de tetéias e jóias na igreja, mas na intimidade, de cabeção, saia de baixo, chinelo sem meias” (FREYRE, 2003, p. 100-102).

Para Caio Prado, por sua vez, o grande proprietário de terras reunia os elementos que constituíam a base de toda aristocracia: riqueza, poder e autoridade. Tudo isso seria fortalecido pela tradição patriarcal, da autoridade absoluta do chefe. Não tratava-se apenas de uma questão de vaidade, mas de “um fato real e efetivo; os grandes proprietários rurais formarão uma classe à parte e privilegiada. Cercam-nos o respeito e prestígio, o reconhecimento universal da posição destacada que ocupam (1961, p. 287).

Dessa forma, visto que os senhores de engenho viviam de forma similar à aristocracia em Portugal, reunindo poder e prestígio, a comparação feita por Antonil entre o título de senhor de engenho no Brasil e o de fidalgo no Reino confirmaria a aura de nobreza que desfrutavam os primeiros (SCHWARTZ, 1988).

De fato, algumas passagens da obra de Antonil parecem corroborar com a imagem ressaltada pela historiografia, segundo a qual eram características do senhores de engenho o ideal aristocrático e o patriarcalismo. Como visto, para o jesuíta, ser senhor de engenho correspondia a “ser servido, obedecido e respeitado de muitos”.

Vainfas compartilha esse pensamento. De acordo com o historiador, viver no domínio do engenho significava submeter-se ao senhor e aqueles que dependiam dele não só lhe obedeciam, mas lhe pertenciam. Assim, “na definição de Antonil constrói-se uma imagem do senhor enquanto *autoridade patriarcal* em que a posse e o poder se confunde na figura do *dominus*, e se estendem tanto às coisas como às pessoas (1986, p. 135).

Em nosso entendimento, algumas orientações do jesuíta realmente indicam traços patriarcais. Exemplo disso é a orientação que trata da relação entre senhores e escravos. Dizia o jesuíta:

O certo é que se o senhor se houver com os escravos como pai, dando-lhes o necessário para o sustento e vestido, e algum descanso no trabalho, se poderá também depois haver como senhor, e não estranharão, sendo convencidos das culpas que cometeram, de receberem com misericórdia o justo e merecido castigo (ANTONIL, 2007, p. 102-103).

A seu ver, era um dever do senhor agir como pai, de modo que a garantia de sustento e vestimenta aos escravos lhes inculcaria propósitos pedagógicos, fazendo-lhes considerarem justo o castigo merecido.

Nota-se que Antonil construiu uma ideia de patriarcalismo não só porque salientou o poder e o respeito obtidos pelos senhores, mas também porque apontou seus deveres. Nesse caso, lhes atribuiu a responsabilidade quanto aos castigos a serem aplicados aos seus escravos, que deviam ter fins pedagógicos. Vimos ainda em outra ocasião que o jesuíta não lhes eximiu do dever da catequese.

Acreditamos, no entanto, que as orientações de Antonil não tinham como único objetivo construir a imagem de um senhor absoluto e patriarcal. Na verdade, essa construção passava também pela prosperidade econômica do engenho. O senhor só teria poder e prestígio se prosperasse em seu empreendimento. Ser piedoso e moderado não significava apenas cumprir os deveres cristãos e patriarcais, mas também não danificar a mão de obra. Castigar excessivamente um escravo poderia causar prejuízos financeiros. Antonil tratou os senhores de engenho como administradores, como empreendedores.

Estudos como o de Laurêncio de Jesus (1994) e de Claudinei Mendes (2010) procuraram salientar o interesse de Antonil pela produção em contraste ao ideal nobiliárquico. De acordo com Jesus, “Antonil procura incutir no senhor de engenho os hábitos de moderação, economia, dedicação à produção, tratamento igualitário em relação

aos vizinhos e outros homens livres a ele ligados, etc., que são os hábitos da burguesia laboriosa e não os da nobreza ociosa” (1994, p. 148).

O observado por Schwartz (1988), de que a ascensão social dos senhores de engenho dependia também das oportunidades econômicas, também foi notado por Laurêncio de Jesus (1994), no entanto, para defender uma tese diferente. Segundo este, o fato de o senhor de engenho vivificar suas forças por meio do trabalho e não da hereditariedade, como faziam os nobres em Portugal, e o fato de não haver barreiras jurídicas para a ascensão à condição de senhor engenho, de forma que os resultados mercantis permitiam ao plebeu ascender ou mesmo ao senhor perder sua posição, refletiam condições de uma sociedade de traços capitalistas.

Nota-se que outros historiadores também ressaltaram a diferença entre a nobreza colonial e a portuguesa. Silva, por exemplo, explica que apesar de os grandes proprietários de terra exercerem um papel de destaque na economia e na política, formando uma verdadeira aristocracia rural, “o título de *senhor de engenho* não conferia a nobreza” (2007, p. 79, nota 1).

Entretanto, Jesus (1994) analisa além dos aspectos jurídicos. Estudando teóricos liberais, como Adam Smith e John Locke, o autor procura demonstrar que muito do que estava presente em seus postulados já encontrava terreno no Brasil e Antonil era prova disso. Em outras palavras, o Brasil colonial teria carregado traços de uma mentalidade burguesa ou capitalista. Para Jesus, o *capitalismo* é a forma de produção que se ergueu contra a anterior - feudal - e que questiona a relação entre poder e improdutividade mantida pela nobreza. A riqueza e a posse de terras agora provinham do trabalho e não mais do direito divino. Além disso, uma vez que era possível acumular riqueza, a partir do trabalho, não mais produzindo para a subsistência, o indivíduo pôde iniciar relações de troca com seus iguais. Dessa forma, a valorização do trabalho, da riqueza e da troca, características da sociedade capitalista, já estariam presentes no Brasil colonial, como expressava Antonil.

Jesus (1994) reconhece que o capitalismo não surgiu de forma hegemônica por toda a parte e que encontrou dificuldades para desabrochar em Portugal, afinal, segundo ele, desde o século XVI a burguesia mercantil havia conciliado seus interesses com a aristocracia portuguesa. Todavia, o Brasil teria surgido como alternativa encontrada pela burguesia que queria se livrar das amarras impostas pela nobreza. A colônia teria sido o local onde ela pôde atender suas necessidades históricas de acumulação de riqueza por meio do trabalho. Disso decorre que os sujeitos históricos presentes aqui estavam

imbuídos desses ideais, como se vê, por exemplo, no trecho que temos discutido em Antonil, no qual a pré-condição para ser reconhecido como senhor do engenho na sociedade brasileira seria dispor de cabedal (capital).

Claudinei Mendes (2010), por sua vez, analisando o excerto de Antonil mencionado no início do tópico, traz resultados similares. Para entendê-lo, o historiador destaca os motivos pelos quais Antonil escreveu *Cultura e Opulência*. Primeiramente, dirigiu-se à Coroa e aos comerciantes para defender o preço do açúcar diante do impacto que causou a descoberta das minas de ouro no Brasil, assumindo o ponto de vista dos senhores de engenho. O segundo motivo foi alertar aos que pretendiam se tornar senhores de escravos as implicações dessa escolha.

A partir daí, Mendes explica que somente pelo fato de que Antonil tinha por alvo o público do Reino é que fez a comparação entre ser senhor de engenho no Brasil e fidalgo em Portugal, alertando que aqueles que viessem de lá para cá não seriam desclassificados socialmente por tornaram-se senhores de engenho. Todavia, as duas categorias sociais eram totalmente distintas, pois enquanto fidalgo era título, o senhor de engenho era proprietário de um empreendimento produtivo. Antonil aconselhava justamente que o segundo não se comportasse à maneira – dispendiosa - do primeiro, caso quisesse ter sucesso em sua empreitada. “Assim, em vez de identificar o senhor de engenho ao fidalgo, dando-lhe ares de nobreza, o jesuíta toscano procurava afastá-lo do ideal nobiliárquico. O fio condutor da vida do senhor de engenho era **ajuntar fazenda**” (2010, p. 12 - *grifos do autor*).

Mediante o exposto, pretendemos contribuir para a discussão abordada. Em nossa análise, tendemos a concordar com Jesus (1994) e Mendes (2010) no que se refere ao entendimento de que a preocupação com a produção de riqueza estava manifesta na sociedade ou pelo menos na figura de Antonil, o que o distanciava do ideal nobiliárquico.

Se o trecho mencionado no início deste tópico, no qual Antonil compara a estima entre ser senhor de engenho no Brasil e fidalgo em Portugal, nos deixa certa dúvida acerca da intenção do jesuíta, em vários outros momentos sua preocupação com a produção de fortuna salta aos olhos. Na verdade, no mesmo parágrafo, como tentativa de convencimento, ele ressalta não só o prestígio do qual iriam desfrutar os possíveis senhores, mas também a lucratividade dos engenhos:

[...] porque engenhos há na Bahia que dão ao senhor quatro mil pães de açúcar e outros pouco menos com açúcar obrigado à

moenda, de cujo rendimento logra o engenho ao menos a metade, como de qualquer outra que nele livremente se mói, e em algumas parte ainda mais que a metade (2007, p. 79).

A questão econômica reaparece frequentemente na obra *Cultura e Opulência*, que acaba tomando a forma de um manual de administração de engenhos, com informações detalhadas sobre os profissionais a serem empregados, suas atribuições, os salários que lhes eram devidos e os inúmeros gastos, que iam desde a escravaria - que requer “mantimentos e farda, medicamentos, enfermaria e enfermeiro” – até os barcos, cabos, cordas, fornalhas, lenha, bois, enxadas, foices, machados, aço, ferro, madeira, caldeiras, tachas, senzalas; para não falar dos prejuízos com as eventualidades, tais como: a morte e fuga dos escravos, a perda de cavalos e bois, a seca, enfim (ANTONIL, 2007, p. 80).

Se Antonil atenta à infinidade de despesas ordinárias, das quais não havia como fugir e, por isso, dever-se-ia ter ciência antes de tornar-se senhor de engenho, ele recusa os gastos extraordinários em que nada contribuiriam para a produção no engenho:

Pedindo a fábrica do engenho tantos e tão grandes gastos [...] bem se vê a parcimônia que é necessária nos particulares de casa. Cavalos de respeito mais do que bastam, chameleiros, trombeteiros, tangedores e lacaios mimosos não servem para ajuntar fazenda, [mas] para diminuí-la em pouco tempo com obrigações e empenhos. E muito menos servem as recreações amiadadas, os convites supérfluos, as galas, as serpentinas e o jogo (ANTONIL, 2007, p. 104-105).

Nesse trecho, Antonil ressalta a virtude da parcimônia, indispensável para quem planeja ajuntar fortuna, e nos deixa claro a recusa do ideal nobiliárquico, afinal, condenou gastos supérfluos, tais como galas e cavalos de respeito que, ao olha da gente nobre, seriam fontes de prestígio, mas que não seriam, do ponto de vista de um empreendedor, fontes de riqueza. Portanto, o fato de Antonil ter ressaltado o quanto era prezado ser senhor de engenho no Brasil não significa que o mesmo concordasse com o comportamento dos mesmos.

Além disso, a condenação de gastos supérfluos não foi a única vez que Antonil demonstrou o perigo, para não dizer o dano, que algumas atividades que trariam *status* ou que eram consideradas cortesias teriam para os senhores de engenho.

Em relação às atividades que traziam *status*, Júnia Furtado (2006) aponta que, naquele momento no Brasil, “o acesso aos cargos administrativos era forma segura de

rendimento financeiro, mas muito mais que isto, era maneira de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções” (2006, p. 54). Sabendo que muitos senhores de engenho costumavam ter uma vida na cidade concomitante a uma vida no campo e que muitos ocupavam cargos públicos, o jesuíta tratou de condená-los, pois tudo isso lhes desviaria a atenção de sua verdadeira atividade: a produção de açúcar. Aos senhores recomendou que “se há de retirar da cidade, fugindo das ocupações da república, que obrigam a divertir-se” (ANTONIL, 2007, p. 105). Dessa forma, se ocupar-se com a república era sinal de *status*, o desfrute de tal honra pareceu não ser preocupação do jesuíta, que estava preocupado com a administração da riqueza.

Em relação às atitudes cortesias, sabe-se que devido à falta de estalagens nas cidades, pareceu comum, no período colonial, oferecer hospedagem no próprio engenho a viajantes e missionários. Tal prática foi apreciada por Antonil, para quem: “a hospitalidade é uma ação cortês e também uma virtude cristã” (2007, p. 106). Schwartz (1988) notou ainda que a hospitalidade era uma forma dos senhores agirem como nobres na colônia. Todavia, também nesse caso, Antonil tratou de racionalizar a atitude dos senhores de engenho e pensar no financeiro. Sem recusar a hospitalidade, observou os prejuízos que ela causaria caso fosse desmedida. De acordo com ele:

O tratamento não há de exceder o estado das pessoas que se recebem, porque no decurso do ano são muitas. A criação miúda ou alguns peixes do mar ou rio vizinho, com algum marisco dos mangues e o que dá o mesmo engenho para doce, basta para que ninguém se possa queixar com razão. Avançar-se mais (salvo em um caso particular por justos respeitos) é passar os limites e impossibilitar-se a poder continuar igualmente pelo tempo futuro (ANTONIL, 2007, p. 107).

Também não convém que o mestre-do-açúcar, o caixeiro e os feitores tenham em suas casas por tempo notável pessoas da cidade ou de outras partes que vêm a passar tempo ociosamente, e muita mais se forem solteiros e moços, porque estes não servem senão para estorvar aos mesmos oficiais que hão de atender ao que lhes pertence, e para desinquietar as escravas do engenho que facilmente se deixam levar do seu pouco moderado apetite a obra mal (ANTONIL, 2007, p. 108).

No primeiro excerto, Antonil tratou de controlar até mesmo a alimentação dos hóspedes, inclusive para que se pudesse estender a prática da hospitalidade. Como se vê, se a hospitalidade era uma atitude cortês, o jesuíta achou necessário analisar financeiramente sua viabilidade. Além disso, no segundo excerto, acabou demonstrando

que nem toda visita seria tão bem recebida, pois, sobretudo os moços e solteiros da cidade poderiam causar alguma desordem no engenho. Para solucionar situações como estas, Antonil recomendou que “para os vadios tenha enxadas e foices, e se se quiserem deter no engenho, mande-lhes dizer pelo feitor que, trabalhando, lhes pagarão seu jornal. E desta sorte, ou seguirão seu caminho ou de vadios se farão jornaleiros” (2007, p. 107). Dessa forma, o italiano entendeu que aos hóspedes não se daria acesso ao luxo, nem espaço para libertinagens e que, ainda, eles deviam ajudar no trabalho ou não demorar-se no engenho.

Observamos, assim, que a preocupação do jesuíta com a economia permeou as mais diversas relações e situações no engenho, desde os gastos ordinários até os extraordinários e, como veremos a seguir, a relação familiar.

Em *Cultura e Opulência*, Antonil tratou até mesmo da educação que caberia aos filhos dos senhores. O italiano recomendou que eles não fossem criados no engenho, onde saberiam falar apenas sobre cão, cavalo e boi; e nem na cidade, onde podem adquirir vícios e doenças:

Para evitar pois um e outro extremo, o conselho será pô-los em casa de algum parente ou amigo grave e honrado, onde não haja ocasiões de tropeçar, o qual folgue de dar boa conta de si e com toda a fidelidade avise do bom ou mau procedimento e do proveito ou negligência no estudo. Nem consinta que a mãe lhes remeta dinheiro ou mande secretamente ordens para isso ao seu correspondente ou ao caixeiro. Nem creia que o que pedem para livros não possa ser também para jogos. E por isso, avise ao procurador e ao mercador de quem se vale que lhes não dê coisa alguma sem sua ordem. Porque para pedirem serão muito especulativos e saberão excogitar razões e pretextos verossímeis, principalmente se forem dos que já andam no curso e têm vontade de levar três anos de boa vida à custa do pai ou do tio, que não sabem o que se passa na cidade, estando nos seus canaviais (ANTONIL, 2007, p. 105).

Obviamente que a educação dos filhos não se restringia ao fator financeiro, mas mesmo nesse ponto Antonil preocupou-se em apontar limites, recomendando que as esposas não enviassem dinheiro a eles, pois poderiam gastar com jogos e ter vida boa à custa do pai. Mais uma vez Antonil defendeu a parcimônia ao demonstrar a desaprovação perante o possível comportamento insensato dos filhos.

Ainda referindo-se às relações familiares e cotidianas que, na verdade, poderiam afetar a economia do próprio engenho, Antonil recomendou que:

Nem deixe os papéis e as escrituras que tem na caixa da mulher, ou sobre uma mesa exposta ao pó, ao vento, à traça e ao cupim, para que depois não seja necessário mandar dizer muitas missas a santo Antônio para achar algum papel importante que desapareceu quando houver mister exibi-lo. Porque lhe acontecerá que a criada ou serva tire duas ou três folhas da caixa da senhora para embrulhar com elas o que mais lhe agradar, e o filho mais pequeno tirará também algumas da mesa para pintar caretas ou para fazer barquinhos de papel em que naveguem moscas e grilos; ou finalmente o vento fará que voem fora da casa sem penas (ANTONIL, 2007, p. 83-84).

O simples alerta para que não se descuidasse dos papéis e das escrituras nos permite estabelecer relações com as preocupações do jesuíta decorrentes das relações contratuais, da segurança da propriedade privada e dos negócios. Tudo isso exigia a atenção dos senhores quanto ao que acontecia dentro de casa, o que incluía o controle sobre o dinheiro mandado aos filhos pelas mães, a segurança dos papéis e escrituras e, ainda, o ensinamento aos filhos acerca do cuidado com suas posses: “mostre aos filhos e aos feitores os ditos marcos, para que saibam o que lhes pertence e possam evitar demandas e pleitos” (2007, p. 83).

Entendemos, assim, que se a comparação feita por Antonil entre ser senhor de engenho no Brasil e ser fidalgo no reino pode nos auxiliar a compreender a sociedade colonial, indicando até certo ponto o prestígio e o modo de vida dos senhores de engenho, as recusas aos ideais aristocratizantes e a preocupação com a produção de fortuna por parte de Antonil também podem. Não trata-se de negar a primeira ideia, afinal, se houve a necessidade de Antonil alertar que, para a boa administração dos engenhos, as atitudes comuns da gente nobre eram prejudiciais, de certo que elas eram praticadas por alguém. Não se trata, portanto, de afirmar o predomínio de uma ou outra ideia. Contudo, a condenação aos gastos supérfluos, às ocupações com a república e às hospedagens desregradas, aliadas às orientações quanto à parcimônia na educação dos filhos e a atenção quanto a administração do engenho mesmo dentro de casa, nos levam a constatar pelo menos o contraste que, naquele momento, se desenhava entre ambas as maneiras de encarar o mundo.



## **CAPÍTULO II: FRANCISCO PINHEIRO.**

### **2.1) NEGÓCIOS COLONIAIS.**

Em *Cultura e Opulência*, Antonil (2007) estimou que, em seu tempo, cerca de trinta mil pessoas encontravam-se na região das minas seja para procurar o ouro ou para mandar minerar. Mas, “quem percorria esses caminhos difíceis, quem enfrentava as dificuldades das corredeiras dos rios ou a eventual resistência indígena não eram somente os que buscavam o ouro, mas também [...] o comerciante” (PÉCORA, 1973, p. XV).

Com a descoberta do ouro no Brasil no final do século XVII, a Coroa procurou controlar, vigiar, organizar e impor ordem à região das minas com o objetivo de garantir a cobrança de impostos que, nesse caso, representava 20% do que fosse minerado. Além da cobrança do quinto, outra forma de a Coroa beneficiar-se foi por meio da cobrança de impostos sobre a atividade mercantil. Havia, contudo, um choque de interesses, pois, não raro os comerciantes buscavam burlar as taxações.

Entretanto, de acordo com Furtado (2006) a interdependência entre a Coroa e os comerciantes era o que permitia a realização do empreendimento colonial. O comércio transoceânico que ligava as metrópoles às suas colônias requeria altos capitais e uma estrutura organizacional que nem o Estado sozinho nem o pequeno comerciante eram capazes de responder. Daí que, por um lado, os grandes comerciantes entravam com o investimento necessário e, por outro, a Coroa utilizava-se de sua estrutura organizacional e da concessão de mercês para tê-los ao seu lado.

Segundo Ellis, mediante acordo estabelecido com a Fazenda Real, os mercadores arrematavam contratos para a exploração de matérias-primas ou para a cobrança de tributos e rendimentos reais. Em ambos os casos, o Estado recebia um pagamento adiantado, o que lhe permitia sanar suas necessidades mais imediatas. Muitos comerciantes, por sua vez, “enriqueceram, quer em função da importância dos produtos transacionados, como na ampla participação na vida econômico-social da Metrópole e seus domínios ultramarinos e chegaram a assumir relevante posição” (1982, p. 121).

Porém, entre o objetivo dos comerciantes e da Coroa e a sua concretização havia alguns obstáculos. Para superá-los, precisavam não somente um do outro, mas também da atuação de uma gama de agentes que cumprissem com as mais diversas funções: representantes da Coroa portuguesa, das câmaras coloniais, emissários, investidores e etc. Para o êxito dos empreendimentos coloniais era preciso que cada um cumprisse sua

função com certo compromisso e sincronia com os demais, o que nem sempre era possível, seja porque os interesses de cada um podiam ser divergentes, seja por não exercerem suas obrigações com perfeição.

No início do século XVIII, o comerciante luso Francisco Pinheiro resolveu expandir seus negócios até a América portuguesa, justamente “quando a exploração das minas de ouro propiciou oportunidades notáveis para o comércio colonial português” (LISANTI FILHO, 1975, v. 1, p. IX). De origem humilde, em 1695, encontrava-se estabelecido em Lisboa como comerciante de sal e, após lograr êxito econômico, expandiu seus negócios até a África, a Ásia e a América, alcançando alta posição social, tornando-se membro de Ordem de Cristo (1718) e mantendo relações próximas com funcionários régios e membros do Conselho Ultramarino (ELLIS, 1982).

Sem deixar de residir em Lisboa, Pinheiro enviou emissários, dentre os quais alguns familiares, para administrarem seus negócios por todo o mundo. Dentre aqueles que se encaminhavam para o Brasil, alguns saíam de Portugal rumo ao continente africano (Angola, Costa da Mina, Luanda, etc.) para comercializar tecidos a fim de adquirir escravos. De lá, partiam para o seu destino, onde vendiam mercadorias (vinhos, queijos, tecidos, pólvora e etc.) e os escravos em troca de ouro.

Além da aliança firmada com seus representantes, dispostos a mudarem de vida para estender os negócios ao além-mar, Pinheiro precisava também contar com a ajuda de sócios, que possuíssem recursos suficientes para investir em seus negócios. Devido a essa interdependência entre comerciante, emissários e investidores, quando alguém rompia as relações comerciais ou agia de forma “antiprofissional” toda a rede era comprometida. Comprometia-se diretamente os negócios e ainda o crédito no mercado. Honda (2004) observou alguns casos nos quais alguns emissários traíram a confiança de Pinheiro, como quando, por exemplo: não enviaram os resultados das vendas; acumularam dívidas que não eram capazes de pagar; fugiram para o sertão com as mercadorias consignadas; se envolveram em problemas com a justiça, chegando a cometer assassinatos e outros delitos; ou adotaram um estilo de vida oneroso, contrariando as instruções.

Nesta dissertação, analisaremos as relações estabelecidas entre vários comerciantes, mas concentraremos a atenção na casa comercial composta por João Luís Álvares Pretto e João Francisco Muzzi. Ambos resolveram estabelecer sociedade no Rio de Janeiro a serviço de Francisco Pinheiro. Durante o tempo em que permaneceram como

sócios, entre 1721 e 1726, envolveram-se em muitas confusões, enfrentaram problemas com a administração colonial, com os negócios e desentenderam-se frequentemente.

Luís Pretto era um jovem sobrinho de Francisco Pinheiro e tinha pouca prática com o mundo dos negócios. Contudo, foi escolhido para a sociedade por ser homem de confiança. Seu plano, assim como o de grande parte dos representantes, era o de enriquecer para poder voltar para Portugal, mas, devido a uma doença, teve que regressar antes do esperado, sem ter alcançado seu objetivo (LISANTI FILHO, 1973).

João Francisco Muzzi era um italiano que possuía negócios com comerciantes de Lisboa e também da Itália. Durante sua estadia na colônia, viajou para Santos, São Paulo e Minas Gerais e fez negócios em Cuiabá e Goiás. Por ser um comerciante experiente, frequentemente Pinheiro lhe pedia para que orientasse seu sobrinho. Todavia, sua qualificação era um motivo para desentendimentos, já que ele considerava seu sócio inapto para os negócios. Muzzi sofria certo preconceito por ser italiano, o que, aos olhos de Pinheiro, devia ser encarado com cautela. Chegou a ser preso por quase seis anos, o que prejudicou sua atividade comercial. Muzzi adoeceu, ficou cego e morreu pobre em 1745 no Rio de Janeiro (LISANTI FILHO, 1973).

A comunicação entre os emissários e Pinheiro se dava por meio da troca de correspondência, que se tornou, nesse trabalho, fonte de pesquisa. As cartas foram publicadas na obra *Negócios Coloniais*, em cinco volumes, organizada por Luís Lisanti Filho (1973). Ao todo a coleção compreende cartas ativas e passivas, trocadas por Francisco Pinheiro e seus representantes em diversos continentes como: Ásia (Macau), África (Angola e Costa da Mina), América portuguesa (Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Colônia do Sacramento) e Europa (Hamburgo, Sevilha, Amsterdam, Londres, Roma e etc.). As cartas recebidas por Pinheiro estão organizadas de acordo com a ordem geográfica e cronológica e as cartas expedidas por ele também seguem a cronologia.

A análise da correspondência trocada entre Francisco Pinheiro e seus emissários permite-nos compreender não somente a relação entre eles, mas também a relação entre comerciantes, consumidores, investidores, pessoas públicas e, enfim, o conjunto de relações exigidas pela atividade mercantil naquele contexto. Analisando essas relações, pretendemos compreender melhor os comportamentos e atitudes esperados dos homens de negócio.

Entre os trabalhos que tiveram por base essa correspondência, destacamos dois: o livro “Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas

setecentista”, de Júnia Furtado (2006); e a dissertação de mestrado de Laercio Honda (2004), intitulada “Francisco Pinheiro: as atividades de um Comerciante de Grosso Trato na América Portuguesa (1703-1749)”.

Júnia Furtado (2006) buscou compreender como, por meio do comércio, o poder metropolitano se reproduziu na sociedade colonial e, mais especificamente, na região de Minas Gerais. Segundo a autora, os comerciantes ao se encaminharem ao Brasil, levavam consigo sua cultura e sua civilização. Reproduziam ainda a hierarquia que se estendia dos agentes comerciais a Francisco Pinheiro e deste até o rei.

Por sua vez, Laercio Honda (2004) buscou entender as dificuldades encontradas pelos comerciantes ao se dedicarem a sua missão de exploração colonial. Observou os problemas enfrentados nas longas viagens, as doenças que acometiam os aventureiros, a dura adaptação dos comerciantes lusos em terras brasileiras, os problemas de estrutura, de burocracia, os conflitos entre os agentes envolvidos nas relações comerciais e etc.

Embora relevantes, tais estudos possuem premissas distintas do proposto em nosso trabalho. Observamos que o grupo com o qual Pinheiro estabelecia conversações – os agentes comerciais – dividia com ele angústias, dificuldades e impressões acerca do ambiente que os cercava. Para além das tendências do mercado, “o comportamento de fulano, a situação financeira e o crédito de sicrano, a quebra de beltrano são temas de conversa e de correspondência” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. CLII). Contudo, Pinheiro não era mais um comerciante entre os outros, era quem comandava os negócios, o homem mais interessado em produzir fortuna e quem impunha sua liderança por meio de sanções à conduta de seus representantes: “evitai como voz digo gastos suplefluos; sede moderado e fechado na bolça; q.to poderes fugir de molheres; mas comp.as e ruins converças; porq. qualquer destas bastara p.a vos aruinar tanto no cred.o; como na faz.da” (LISANTI FILHO, 1973, v. 5 p. 23).

Pinheiro buscava controlar a conduta de seu sobrinho Luiz Pretto que, por sua vez, denunciava os maus comportamentos de seu sócio Francisco Muzzi ao seu tio. Por meio da troca de correspondência entre Pinheiro e seus comissários, que incluía as orientações de Pinheiro, as denúncias feitas pelos comissários e os mais diversos relatos sobre as atividades mercantis, analisaremos os tipos de relação e de comportamento necessários para que os comerciantes obtivessem êxito em seus empreendimentos.

## 2.2) PROBLEMAS NA ALFÂNDEGA.

Por um largo período de tempo, estabeleceu-se na historiografia brasileira que as relações entre a colônia americana e Portugal eram dicotômicas. Para historiadores como Caio Prado Júnior (1961) e Fernando Novais (1979), a realidade econômica da colônia vinculava-se à sua dependência estrutural ao mercado externo, ou seja, aos interesses da metrópole portuguesa. Na percepção de Caio Prado (1961), as colônias constituíam-se em organismos meramente produtores dos gêneros reclamados pelo comércio internacional e, portanto, eram estabelecidas para benefício exclusivo da metrópole.

De acordo com Fernando Novais (1979), para enriquecer a metrópole subordinava a colônia a uma política exclusivista e autoritária de extração de riquezas, conhecida por *monopólio do comércio*. Essa prática inseria-se em uma doutrina política e econômica mais ampla, o *mercantilismo*, que direcionava a vida social e econômica das possessões portuguesas. Dentre as características do mercantilismo podemos destacar: o metalismo, a busca pela balança comercial favorável e a política protecionista (NOVAIS, 1979). Essa doutrina teria servido de base para o conjunto de relações que se estabeleceram entre a metrópole e as colônias.

Contudo, conforme Karla Silva, seria um erro supor que o sistema mercantilista foi algo concebido de forma premeditada que unilateralmente impunha regras da metrópole à colônia<sup>11</sup>. Tal noção “ofusca o fato de que a forma como os homens daquele período concebiam a economia e a sociedade era fruto da própria sociedade em que viviam e tanto os reinóis quanto os colonos pertenciam ao mesmo universo mental” (2011, p. 77).

Dito de outra forma, a historiografia tratou o mercantilismo como um conjunto de ideias e práticas características do Estado moderno que embasou a relação de exploração econômica estabelecida na colônia pela metrópole portuguesa. Todavia, entendemos que as práticas mercantilistas eram adotadas também pelos órgãos internos à colônia brasileira e não apenas pelo poder metropolitano.

A partir da renovação metodológica que vem sendo realizada, pelo menos desde a década de 1980, a historiografia referente a América portuguesa propôs romper com as

---

<sup>11</sup> Vale notar que para Novais, “a doutrina mercantilista tem o imediato objetivo de formular normas da política econômica, parte dessa problemática, e só para justificar o seu receituário é que se alça a formulação duma teoria explicativa da vida econômica como tal. Não parte de conceitos puros e de uma sistemática explicação da economia para deduzir normas de intervenção nesta realidade, senão que percorre quase o caminho inverso” (1979, p. 60).

análises que subordinaram o desenvolvimento da colônia às necessidades econômicas da metrópole portuguesa. O abandono do foco na rígida dualidade metrópole-colônia possibilitou entender que no Brasil havia a possibilidade de “negociar as políticas e práticas da coroa no sentido de torná-las menos opressivas e/ou mais de acordo com as prioridades, necessidades e práticas da sociedade colonial” (RUSSELL-WOOD, 2001, p. 12).

Nesse sentido, os órgãos de representação do poder local nas colônias, como os Senados da Câmara, passaram por uma reavaliação. A historiografia propõe que estes órgãos, que regulamentavam a atividade econômica, estavam voltados mais para as necessidades da sociedade colonial do que propriamente para as necessidades da Coroa. De acordo com Silva (2011), as Ordenações do Reino concediam às Câmaras Municipais desde funções simples, como a limpeza e conservação de ruas e logradouros públicos, até aquelas referentes ao abastecimento e à segurança.

É verdade que, por vezes, a Coroa repreendia o excesso de autoridade desses conselhos. Furtado (2006), estudando a capitania de Minas Gerais, notou que durante o século XVIII muitos foram os conflitos envolvendo as Câmaras e o poder metropolitano. Para a Coroa, as Câmaras oscilavam entre a defesa dos interesses reais e dos locais, de modo que as vontades dos colonos lesavam as suas. Observamos, nesse tópico, uma situação de conflito entre mercadores reinóis que, devido a um suposto contrato com a Fazenda Real, questionavam a cobrança de impostos realizada por contratadores da alfândega do Rio de Janeiro, em razão de decretos lançados na Câmara da cidade.

Ao longo da segunda metade do século XVII, diante da incapacidade da Coroa de custear a defesa de suas colônias, em razão do ônus decorrente da Restauração, transferiu-se, por vezes, esta tarefa aos colonos. Cabia às Câmaras administrarem os impostos lançados pela metrópole ou mesmo impor novas taxas (BICALHO, 1998, *online*). Segundo Fragoso, “no caso do Rio de Janeiro, a instituição também discutia o preço dos fretes para o reino e o preço do açúcar. Interferia, portanto, no pacto colonial, podendo ainda conceder o exclusivo de bens e serviços essenciais à vida comum da cidade” (2001, p. 47).

Com a descoberta do ouro no século XVIII, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se num destacado centro cosmopolita, pois seu porto passou a ser o principal receptor de escravos e mercadorias europeias e asiáticas, tornando-se ainda o maior escoador das riquezas coloniais. Tal fato despertou a cobiça de corsários e contrabandistas, o que fez com que a Coroa buscasse instituir medidas preventivas.

Instituiu-se, por exemplo, a Dízima da Alfândega (imposto de dez por cento sobre as mercadorias que passavam pelo porto) para pagar a infantaria da guarnição da praça. Se de início o novo imposto era cobrado pela Fazenda Real, no segundo decênio do setecentos, passou a ser recebido por contratadores particulares (SÁ, 2014).

Na situação observada por nós, os diversos agentes responsáveis pela administração da Alfândega (juiz da alfândega, contratadores, procuradores e provedores) entraram em desacordo com os comerciantes vindos do Reino, pois, em razão de decretos lançados pela Câmara da cidade, lhes resolveram tributar as fazendas e dificultar o envio das mesmas do Rio de Janeiro para outras localidades.

Luiz Pretto, em carta a Francisco Pinheiro, explicou que teve problemas na Alfândega do Rio de Janeiro, pois ao descarregar sua nau “vierão os contratadores pedindo vista p.a embargos; dizendo lhe pertensão a elles os direitos das fazendas” (LISANTI FILHO, 1973, v. 3, p. 42). Recusando-se a pagar o exigido pelos contratadores, o problema foi levado aos superiores. Nas palavras de Pretto, “a vista disto fizemos requerim.tos a este governador p.a que mandaçe ao provedor da faz.da real; e ao procurador della p.a q. tomaçe vista desta cauza pertenser os tais der.tos a faz.da real e não aos ditos contratores” (LISANTI FILHO, 1973, v. 3. p. 43).

Conforme se pode observar, Pretto questionava o direito dos contratadores em receber as taxas alfandegárias. Para o comerciante, tais taxas seriam devidas à Fazenda Real. Colocou-se então em oposição à Câmara da cidade. Em suma, enquanto os contratadores eram apoiados em suas pretensões pelo poder local, os comerciantes reinóis insistiam que estavam de acordo com o contrato da Fazenda Real. Ao pedir ajuda de Francisco Pinheiro, Pretto relata a tensão entre comerciantes e os representantes do poder local: “[Muzzi] teve rezois de descompustura, com os comtratores, e lhe fallarão desaburgunhadamente, em forma q. ficarão, e escandellizarão, a todos os serconstantez, que se achavão presentes” (LISANTI FILHO, 1973, v. 3. p. 43).

Estarrecido pelas cobranças, Pretto escreveu para que Francisco Pinheiro tomasse providências em Portugal:

[...] m.de logo satisfazer todo prejuizo que VM. tiver recebido na sua nao; e que este seja cobrado, dos comtratores; e juiz da alfandega; e do provedor, e procurador da croa, se queixara VM. que devendo estes opor çe a que não pagasse nesta os direitos, aos comtratores; mais so a real faz.da na Coll.a, estes fazem bem pouco cauzo da recadação da d.a faz.da real; e seja a queixa bem rellachada de todos em forma q S. Mag.de os fassa la hir dar

a causa porque empedirão as suas reais ordenz (LISANTI FILHO, 1973, v. 3, p. 44).

Observa-se que a Câmara do Rio de Janeiro poderia, administrando a Alfândega, taxar comerciantes lusos que estavam estabelecendo negócios na colônia. A Câmara, portanto, intervinha na relação entre metrópole e colônia. No entanto, os representantes comerciais se contrapuseram às determinações estabelecidas pelas autoridades locais. A saída encontrada seria recorrer a Francisco Pinheiro, homem influente na corte portuguesa, a fim de contestar uma taxa supostamente indevida da Câmara. De acordo com Pretto, Pinheiro devia cobrar os prejuízos não só dos contratadores, mas também do juiz da alfândega, do provedor e do procurador da Coroa, os quais estariam fazendo pouco caso da arrecadação real. Pareceu comum que a criação ou a resolução de impasses quanto aos negócios dependesse do estabelecimento de relações pessoais.

Alguns anos antes da confusão entre Pretto e os contratadores, ele e seu sócio Muzzi já haviam tido problemas com a Alfândega do Rio de Janeiro. Em 26 de junho de 1721, Pretto, queixava-se:

[...] achamos a novid.e do novo contrato dos d.tos da alfandega pois he bem prejudicial ao neg.o com as demoras q. ha nos despachos não som.te as demoras como, consederem aos soldados e ofiçiaes das naus de guerra serem os primeiros a despachos q. se gastou mais de 20 dias em despachos dos soldados oficiaes das naus (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 233).

Conforme pode ser observado, os procedimentos adotados pela alfândega desagradavam o mercador, que os considerava prejudiciais a seus negócios. Segundo Pretto, os mineiros costumavam ir até o Rio de Janeiro e rapidamente realizarem suas compras. Contudo, em razão da lentidão no despacho de suas mercadorias, lentidão esta agravada pela prioridade concedida às mercadorias pertencentes aos oficiais, ele não poderia comercializá-las rapidamente e perdia oportunidade de negócios. Nas palavras de Muzzi: “pasarão semanas sem se ver pessoa, que buscasse comprar alguma couza” (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 229).

Além dos atrasos no despacho das mercadorias, da cobrança de taxas consideradas indevidas e, enfim, dos problemas burocráticos, de acordo com Artur Vitorino (2009), os gastos com a Alfândega não eram baixos. Analisando um desembarque de escravos africanos no porto do Rio de Janeiro, em 14 de abril de 1715, adquiridos por João Deniz



de Azevedo na Costa da Mina, integrante da mesma rede mercantil que os comerciantes por nós analisados, Vitorino percebeu que as vendas dos escravos demoravam em torno de 15 a 20 dias. Durante esse período, dentre as despesas na manutenção dos escravos, que incluíam alimentação, vestuário, medicamentos e etc., os gastos com a alfândega representavam 50% do total. Se não bastasse, o autor verificou que para que o desembarque fosse apressado era necessário gastar com suborno a funcionários. Como lembra Boxer, “apesar de os conselhos coloniais em geral se constituírem de indivíduos conscienciosos, que levavam a sério seus deveres [...] eles eram, inevitavelmente, instâncias de nepotismo, corrupção e desvio de fundos da municipalidade” (2002, p. 297).

Segundo Holanda (1995), só excepcionalmente na história do Brasil houve um sistema administrativo dedicado a interesses objetivos que assegurassem garantias jurídicas aos cidadãos. Para ele, ocorria uma indistinção entre o público e o privado, em razão do predomínio dos laços de sangue e afetividade em nossa composição social. Assim, as relações sociais, políticas e econômicas teriam sido permeadas antes por considerações subjetivas do que racionais.

De fato, podemos notar que, para os comerciantes, a melhor forma de se lidar com os negócios coloniais seria tendo um bom relacionamento com pessoas influentes e poderosas. Para solucionar o problema da burocracia na alfândega, visto acima, Muzzi escreveu a Pinheiro: “bom será que VM., o d.os ss.res procurem alguma carta de favor pello ditto s.or governador que vier, e recomendar me a elle a favorecer me nisto”. Ainda pedia Muzzi: “pessa a esse Joseph Ramos da Silva que quiera pedir ao procurador Agost.o Pinheiro, e administrador Pedro Vitale, a que nos quierão fazer algum favor em despachar nossas fazemdas antecipando nos a outres” (LISANTI FILHO, 1973, v.2, p. 230).

Devido à alta posição social alcançada por Pinheiro, sua intermediação era fundamental, pois ele poderia recorrer a pessoas poderosas, como governadores e ministros, para favorecerem seus representantes na colônia. Na resolução do problema da alfândega, Muzzi considerou que Pinheiro era a pessoa certa: “espero bom suceso por saber as muitas valias q. VM. them” (LISANTI FILHO, 1973, v.2, p. 230).

Observamos, assim, que uma simples troca de correspondência, direcionada à pessoa certa, podia auxiliar na resolução de um problema burocrático na colônia. O bom andamento dos negócios tornava-se, até certo ponto, dependente de favores. Para alcançar esses favores o prestígio de Pinheiro era fundamental e estendia-se a seus emissários. Nesse sentido, o emissário Francisco da Cruz, pedindo carta de favor a Pinheiro, a fim de conquistar simpatia de certo ministro, aponta que sua honra provinha de sua associação

com Francisco Pinheiro: “al de menos q. soubece as m.tas onras q. de VM. recebo pois he notorio a todos desta vila dizerem VM. ser meu parente que o meu empenho he so receber do dito e de todos os mais respeito e cortezia”<sup>12</sup> (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 277).

Vê-se, portanto, que o espaço público confundia-se com o espaço dos interesses privados. A política interferia na economia, favorecendo ora um, ora outro. Dessa forma, os representantes comerciais logo aprenderam a importância que estabelecer boas relações com pessoas públicas tinha para o êxito dos negócios: “VM. esteja na intellig.a de mandar-nos sempre cartas de recomendação, para todos os ministros e governadores destas partes, q. sempre são necessárias” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. CLV, nota 4). Como se deu a construção dessa ligação entre público e privado e como isso permeava as redes mercantis, acompanharemos a seguir.

### **2.3) AS REDES CLIENTELARES.**

O reino português constituía-se de uma sociedade bastante hierarquizada, na qual o rei compunha o centro do poder. Para administrá-lo, de início, o rei distribuía cargos somente entre a alta nobreza. Mas, à medida que o Estado crescia, incorporando novas terras e expandindo seu corpo de funcionários, passou a generalizar a concessão de mercês, estendendo-a a setores que não possuíam uma origem aristocrática (FURTADO, 2006).

Nota-se que aqueles que arrendavam algum cargo não precisavam servi-lo e podiam redistribuí-los. Dessa forma, aquele que arrematava e depois redistribuía os cargos, ao mesmo tempo em que beneficiava os indivíduos mais próximos a ele, engrandecia a si mesmo, compondo uma rede clientelar composta por um número cada vez maior de indivíduos que lhe deviam algo (FURTADO, 2006).

Para compreendermos ainda melhor essa lógica podemos recorrer à sua base teórica. A noção de *economia do dom*, utilizada por Furtado (2006) e por outros historiadores, foi baseada da historiografia lusa que, por sua vez, analisou Marcel Mauss. Em seus estudos, Mauss (2003) observou que, em muitas sociedades de tipo arcaico, a sociabilidade era marcada pela troca, na qual os indivíduos que forneciam, uns aos outros, determinados *dons* (dependendo da tradução, *dádivas*) esperavam sempre por retribuições

---

<sup>12</sup> No mesmo sentido, disse Cruz que: “ver me eu nesta tera com algum aum.to de respeito este o devo a pecoa de VM” (LISANTI FILHO, 1973, v.1, p. 277).

que, apesar de voluntárias, acabavam tornando-se obrigatórias devido ao alto valor social do *dom* que recebiam. Na concepção de Mauss, as trocas, que não se restringiam ao material, criavam um vínculo entre doador e receptor, pois, a seu ver, doar é entregar parte de si mesmo, é uma troca antes de tudo espiritual, na qual o primeiro espera a retribuição do segundo.

Em sentido similar, o *dom* integrar-se-ia nas relações sociais do Antigo Regime português através da tríade entre dar, receber e restituir. Usualmente um sujeito de posição social superior podia conceder um benefício que relegava o polo inferior à obrigatoriedade de retribuir algo. Por não se tratar de uma benesse puramente econômica, mas também simbólica, tornava-se impossível de mensurar o valor a ser retribuído. Uma vez que todo patrono possuía um superior até chegar à figura do rei, de quem a concessão dependia, a cadeia diádica derivava sempre numa relação triádica (XAVIER; HESPANHA, 1993).

Futado (2006) notou que comerciantes que se dirigiam às minas frequentemente recorriam a Pinheiro, devido a sua influência na corte de Portugal, para que lhes fossem arrematados alguns ofícios para o exercício de cargos públicos. Os comerciantes buscavam para além da facilitação das transações comerciais, a honra e o prestígio inerente à ocupação de tais cargos. Buscavam ingressar na elite colonial.

De fato, observando também as relações entre Pinheiro e aqueles que se estabeleceram no Rio de Janeiro, podemos constatar a busca pela arrematação de contratos, seja para a exploração de certos produtos, seja para a ocupação de determinado cargo público. Muzzi, em 1722, dizia a Pinheiro: “estimaremos tenha VM. arrematado o contrato do sal, pois a VM. som.te he que pode ter maior conveniencia que a ninguem mais” (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 251). No caso de Preto, em 1722, pediu para que Pinheiro lhe alcançasse o ofício de escrivão de ouvidoria para a Vila de Sabará ou, o que seria ainda melhor, de Ouro Preto (mas esta parece que o Rei já dera a outro). Para isso, a influência de Pinheiro seria ímpar,

[...] seria m.to façel VM. alquançar a d.a provizão porq. sabem m.to bem nestas partes o préstimo q. VM. them nessa corte e como eu o reconheço he a cauza porq. emfado VM. neste particular q.do VM. me qr.a fazer esta m.ce ou p. melhor dizer esta esmola o saberei m.to estimar e agradecer. (LISANTI FILHO, 1973, v.2, p. 336)<sup>13</sup>.

---

13 Pinheiro Netto era outro representante que pedia para Pinheiro se utilizar de seu prestígio para lhe obter um ofício com que “pudesse alcançar honra e algum cabedal com que pudesse ir para esse reino” (LISANTI

Vê-se que na mesma carta em que se pede pelo ofício é prometido a estimação e o agradecimento por tal. Pretto chegou a associar a concessão da mercê à concessão de uma esmola. Algo importante para Pretto não seria nada perto da grandiosidade de Pinheiro.

No mesmo sentido, o representante comercial Netto também expressou sua gratidão a Pinheiro, colocando-se em posição de submissão:

rendo lhe a Vm. as graças da honrra e favor que sempre me fez, e faz sem qm em mim haja algum merecim.to [...]. Nosso Sr. lhe da de pagar estas obras de miziricordia que fes a minha m.ce [...], por estas e e mais m.ces [...] confessaria sempre ser vardadr.o escravo de VM (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 237).

Os agradecimentos eram recorrentes e enfatizados em grande parte das cartas, que encerravam-se com afirmações sobre a posição de subordinação por parte dos emissários, que se diziam “escravos” ou “servos” de Pinheiro.

Apesar de contarem com financiamento para que pudessem viajar e começar as suas atividades no Brasil, os comerciantes precisavam de algo mais para alcançar posição de relevo. Os meios políticos poderiam ser fundamentais para o sucesso. Dessa forma, ao oferecer financiamento, mas também arrematar ofícios e contratos, Pinheiro ao mesmo tempo em que os beneficiava, inseria seus emissários em uma rede clientelar na qual os tornava subordinados e desmesuradamente gratos. O emissário Francisco da Cruz chegou a dizer: “confeço q. abaixo de D.s não tenho maior enparo como he a de VM.” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 278).

Segundo Fragoso, Almeida e Sampaio (2007), as atividades comerciais cresceram significativamente no decorrer no século XVIII no Rio de Janeiro. Desta forma, os comerciantes de grosso trato, que passaram a dominar a arrematação de contratos régios, de crédito e o controle do tráfico negreiro, passaram a almejar o poder político. Como ressaltado por Furtado (2006), a arrematação de cargos públicos propiciava a aquisição de *status* social<sup>14</sup>, além de facilitar as transações comerciais. Por não tratar-se de

---

FILHO, 1973, v. 1, p. CXXXIX). O que indica que o estabelecimento de negócios na colônia se pretendia provisório, para que se pudesse retornar, algum dia, ao Reino.

14 De acordo com Furtado, “o acesso aos cargos administrativos era forma segura de rendimento financeiro, mas muito mais que isto, era maneira de participar do poder, de partilhar da honra inerente a tais funções, de fazer parte da pequena elite colonial. A única forma possível de alcançar esses ofícios era por meio de grande influência na Corte; ter acesso a um deles era uma maneira indireta de o indivíduo comunicar à

benefícios puramente econômicos, tornava-se incalculável a dívida dos emissários para com Pinheiro. Dessa forma, concordamos com a afirmação segundo a qual enquanto Pinheiro “promovia a ascensão social dos indivíduos, por meio da compra de cargos ou patentes, ia consolidando seu poder e influência, estendendo-os à proporção que seus protegidos espalhavam-se pelo Reino e pela Colônia” (2006, p. 52).

Entendemos, dessa forma, que a maneira como se dava a cooptação de funcionários, bem como a distribuição e redistribuição de privilégios e vantagens, tornava entrelaçada a esfera pública e a privada, uma vez que o doador procurava beneficiar seus amigos e pessoas próximas. Criava-se uma rede que, estendendo-se do rei aos arrematadores e destes a terceiros, relegava os indivíduos a uma posição de subordinação e respeito devido à dívida não só financeira, mas simbólica. A esfera pública era, assim, composta por laços de parentesco e amizade. Não sendo o mercado, naquele momento, uma esfera isolada da política, ele seguia a mesma lógica.

#### **2.4) INTERDEPENDÊNCIA E AFETIVIDADE.**

Nesse tópico, demonstraremos as relações de afeto, amizade e cumplicidade que permeavam as relações mercantis. Seja aquelas entre patrocinadores e emissários, entre os próprios emissários e entre comerciantes e fregueses.

Vimos anteriormente que a vida pública e a privada não se distinguiam. Estabelecer relações de proximidade com pessoas influentes poderia, inclusive, contribuir com os negócios em razão dos benefícios políticos. Na verdade, as relações comerciais estabelecidas por Pinheiro estavam permeadas por laços de amizade e parentesco desde a sua gênese. Sobretudo, por ter negócios em terras tão distantes, Pinheiro precisava incumbir pessoas de confiança para representá-lo. Além de trabalhar em conjunto com sua esposa - Joana Batista estava envolvida na comercialização de tecidos e escravas -, só para a capitania do Rio de Janeiro foram enviados como representantes Antônio Pinheiro Netto, João Pinheiro Netto, Francisco Pinheiro Netto, Manoel Pinheiro Netto e o já conhecido Luiz Pretto.

Se a associação entre tais sujeitos obedecia critérios de amizade e parentesco, baseados numa lógica clientelar, ela acabava aproximando-os ainda mais, pois os

---

sociedade a sua importância, que fazia parte de uma dessas cadeias de influência e poder, que não estava sozinho e portanto devia ser respeitado” (2006, p. 54).

negócios exigiam constante troca de correspondência e, portanto, de informações e experiências. De Minas Gerais, o representante comercial Francisco da Cruz, iniciou sua carta a Pinheiro da seguinte maneira:

Não serve esta senão de lhe dar a VM. e a s.ra minha comadre os pezomos do fallecim.to da s.ra Izabel Alvez, pois o sentim.to pella que tenho de menor criado desa caza, como omilde e obediente que sou, devo participar de todos os sentimem.tos que os amos tiverem bem sei que nos ilustres intidimentos de VM. sabem m.to bem que esta estrada todos avemos seguir, hus mais tarde e outros mais sedo, conheceo D.s ser a ora verdadeira de a recolher a sua gloria a alma de tan boa ovelha, que assim permita o mesmo s.r que na prezenca da sua devina vista esteja urando, pella boa saude de VM. e aum.estes por largos anos que as pecoas de VM. mercem, p.a neste seculos se alembrarem de sua alma e na encomendarem ao mesmo Senhor (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 273).

Podemos constatar que a relação entre os comerciantes, que se concretizava por meio das cartas, não resumia-se em troca de informações matemáticas ou puramente comerciais. Estavam presentes nas cartas a gratidão e a preocupação de uns com os outros. Cruz não escondeu que, justamente por ser Pinheiro seu amo, considerou necessário demonstrar seus sentimentos e pêsames pelo falecimento da senhora Izabel Alvez.

A forma como os comerciantes assinavam as cartas também confirma a intenção que eles possuíam de mostrarem-se próximos. Em uma delas assim se assina:

Meu tio e Snor.  
Sobrinho o mais am.te e affectuozo.  
Fran.co X.er da Cruz (v.1, p. 430).

Como já apresentado, os comerciantes precisavam se mostrar desmesuradamente gratos a Pinheiro pelo investimento econômico e simbólico que este lhes proporcionava. Essa demonstração se expressava na própria linguagem, como se vê na assinatura de Francisco da Cruz, que se identificou como o sobrinho mais afetuoso de Pinheiro. As demonstrações de afeto, preocupação e consideração eram recorrentes nas cartas. As discussões referentes ao mundo dos negócios se intercalavam e misturavam com assuntos cotidianos e familiares, tais quais a morte de conhecidos, a saúde dos mesmos e, enfim, as notícias de amigos e parentes.

Inclusive, a linguagem utilizada por Pinheiro era similar à linguagem de seus emissários. Ele demonstrava-se igualmente grato, afinal, sua lucratividade dependia da eficiência de tais emissários.

Se, por um lado, a colônia fornecia produtos dos quais a metrópole necessitava, por outro, a colônia também necessitava de produtos vindos de Portugal. Estando do outro lado do Oceano, eram os emissários que forneciam a Pinheiro informações acerca do mercado local. Após a colônia sofrer ataques de franceses, Lourenço de Antunes Vianna pôde acompanhar de perto quais eram os produtos mais valorizados e que deviam ser mandados do Reino. Dessa forma, escreveu a Pinheiro em 1712:

A VM. sera notorio o miseravel estado em q. esta terra porque depois da invazão dos inimigos não tivemos dessa cidade nenhuma embarcação que nos trouxesse algum refresco, e assim de az.te ja ninguem o come a esse respeito farinhas e vinhos e todos os mais generos de comer a esse respeito, e na mesma forma as fazendas sequas que tudo se vai pondo em grande vallor que a VM. sirva de avizo sendo por ora o que se me freçe a pessoa de VM. g.de D.s m.s annos (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 13)

Em carta de resposta a Vianna, dizendo que se encontrava triste pela invasão dos franceses, termina afirmando “não faltarei em servir a VM. no que tiver prestimo nestas partes Deos g.de a VM.” Nota-se ainda sua assinatura utilizando-se do termo “servo de VM.” (LISANTI FILHO, 1973, v. 4, p. 689). Pinheiro precisava que seus agentes se sentissem bem amparados para andarem com os negócios em dia, pagarem suas dívidas e cumprirem com as diversas atividades que lhes eram incumbidas. Para tanto, informava-lhes que estava sempre pronto a servi-los. Caso os agentes não achassem vantajoso manter a sociedade poderiam muito bem abrir mão dos negócios, como o fez o emissário capitão Antônio de Cubellos<sup>15</sup>.

Além da boa correspondência que os emissários tinham com Pinheiro – devido ao seu patrocínio – e da boa correspondência que Pinheiro também possuía com seus emissários, a fim de que se sentissem amparados, a relação entre uns e outros correspondentes comerciais também devia ser de cumplicidade.

---

<sup>15</sup> Dentre os representantes que ficaram em dívida com Pinheiro, talvez o que mais tenha causado problemas foi o capitão Antônio de Cubellos. O mesmo, após chegar ao Brasil com uma porção de escravos adquiridos na África, aproveitou-se do tumulto causado pela invasão francesa ao Rio de Janeiro para fugir, sem prestar conta do que havia feito com as mercadorias. Pinheiro, através de uma procuração, delegou a Netto a cobrança das contas de Cubellos. Entretanto, depois de conversar com Vianna, Netto informou que: “falando sobre o capitão Cubellos me respondeu fugira para as minas um dia depois de lhe chegar a procuração” (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 11).

Muitos dos emissários de Francisco Pinheiro eram inexperientes nos negócios, mas possivelmente eram escolhidos devido à proximidade e confiança que tinham dele. Para solucionar tal problema, a associação entre um emissário de confiança e inexperiente e outro emissário não tão próximo, porém mais eficiente, pareceu ideal. Um caso foi a já mencionada associação entre Luiz Pretto e Francisco Muzzi.

A união e o companheirismo entre os emissários eram muito incentivadas por Pinheiro, afinal, muitos eram os problemas a serem enfrentados na aventura comercial. Em 1712, Antônio Pinheiro Netto, irmão de Francisco Pinheiro, e Manoel Nogueira da Silva resolveram mudar-se para o Rio de Janeiro e estabelecerem uma casa de negócios com Lourenço Antunes Vianna, representante que já se encontrava na cidade. Em carta, Netto informa a Pinheiro que foi muito bem recebido:

S.r ca tenho fallado com Lourenco Antunes e me tem feito mais onra do que eu mereço por via de VM. que eu a elle o não conhecia e me veio esperar a alfandiga o dia que eu desembarquei que ja lhe tinhão dito eu vinha no navio e me buscou logo cazas p.a eu morar porq. elle está cazado (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 10-11).

A hospitalidade era valorizada pelos comerciantes, pois ao se lançarem em um território estranho, os recém-chegados precisavam contar com o auxílio de pessoas mais habituadas à vida na região. Sozinhos os comerciantes não poderiam lidar com os negócios, não poderiam prosperar. A atividade comercial exigia profissionalismo, eficiência e cumplicidade.

Assim, sem desconsiderar que muitos eram os conflitos entre os representantes comerciais, inclusive, por vezes, uns difamando os outros, eles também sabiam apreciar e elogiar quando alguém lhes oferecia a mão. Também nesse sentido, o representante Francisco da Cruz, que estabeleceu-se em Minas, bem-disse o ouvidor geral Joseph de Souza Valdes:

S.r a esta villa cheguei a 28 de abril aonde ao segundo dia desconfie da minha vida por cauza de huma collica q. me deu a qual me durou 24 orras nesta ocasião acabei de reconhecer o jenorozo coração de meu companheiro o d.or ouvidor geral Joseph de Souza Valdes, que lhe confeçoa VM. as muitas obrigacois que lhe devo, não sei de q. forma me ei de dezenpenhar com o d.o s.r, mas fiado na pecoa de VM. gardo este meu dezenpenho, que estimarei m.to p.a a frota de VM. se conprimenta ce com ele por huma casta pollitica, pois estou vendo e conhecendo que todas as onras q. me faz não he a meu



respeito pois confeco a minha peçoa não ser merecedor de nada, q. tudo he a peçoa de VM. pois elle enformado de Fran.co Alves de Araujo e do reverendo p.e João Luis Bravo, em lhe dizerem que eu tenho parentesco com VM., e saber dos ditos pecoa os respetos e o m.to que VM. valle e as onras q. llogra nesta corte he a cauza de todo o meu bem (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 273).

Francisco da Cruz informou a Pinheiro sobre o generoso coração de Joseph Valdes, quem, contudo e a seu ver, lhe teria auxiliado não devido a seu próprio merecimento, mas por ser próximo a Francisco Pinheiro, pessoa estimada na corte. A importância da noção de grupo para esses sujeitos evidenciava-se tanto nas colaborações mútuas exigidas por seus empreendimentos quanto na reputação e estimação que um membro da rede, seja Pinheiro ou algum representante, pudesse estender a seus membros.

Todavia, nenhuma das relações mercantis mencionadas até agora, seja entre mercador/pessoa pública, mercador/representantes e representantes/representantes teriam sentido se não fosse o objetivo último de todo mercador: comercializar. Era preciso mais do que tudo ter mercado consumidor, vender produtos, lucrar e, para isso, cativar os clientes. A seguir vejamos duas situações nas quais essa relação exigia em certa medida o estabelecimento de laços de afetividade.

Em 1722, Pinheiro pedia para que Luiz Pretto tratasse com veneração o conde da Ribeira, interessado em comercializar com o grupo:

O exm.o s.r conde da Ribr.a tãobem consigna a vos; e a vossa companhr.o alguns eff.os das fabricas de seu morgado da ilha de São Mig.el; tratctai de lhe beneficiareis com todo o cuid.o os d.os effeitos escrevendo lhe com toda veneração por ex.a que he cavalhr.o de suposição porq. a sua comrespondencia delle vos pod servir e a vosso companhr.o de m.to proveito pellas m.tas fazendas q. embarca das suas fabricas p.a essa p.tes (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 07).

Vê-se que era saudável para os negócios certa dose de cortesia, pois ao tratar o conde com veneração, por meio da correspondência, poder-se-ia cativá-lo como cliente. A situação descrita a seguir também confirma essa necessidade.

Fofocas chegaram até Francisco Pinheiro relatando que Francisco Muzzi havia estabelecido negócios com um tal Patriarca da China sem prestar contas com o seu sócio Luiz Pretto, que supostamente teria viajado para Minas na ocasião. Após ser repreendido, Muzzi respondeu a Pinheiro:

No particular em q. VM. me fala das fazendas q. eu comprei dos criados do s.r Patriarca, antes q. o s.r Luis fosse as minas (q. D.s sabe o ganho que em tal hida temos) estava ja o s.r Patriarca de m.tos dias, ja estou de acordo desde a sua volta de lhe dar a metade dos lucros que ouver, ainda q. sem nenhuma obrigação porq. a galantaria, que o s.r Patriarca, e seus criados me quizerão fazer, não quererão faze la ao s.r Luis, pois bem se sabe o que me tem custado o eu preparar o palacio por d.o s.r Patriarca, e m.tos gastos que tenho por elle feito que não hera m.to me quizeze pagar com alguas contas destas (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 371).

Muzzi respondeu que comercializou com o dito Patriarca enquanto Pretto ainda estava presente. Além disso, justificou que iria repartir metade dos lucros. Entretanto, explicou também que por ter sido hospitaleiro com seus clientes, estes lhe retribuíram com galanteria, lhe presenteando e efetuando, assim, as transações comerciais. Por Pretto não ter disposto de tal cortesia, o Patriarca supostamente não lhe quis fazer mimos.

As duas situações mencionadas, o bom trato com o Conde da Ribeira e com o Patriarca da China, nos indicam que para se estabelecer negócios não bastava oferecer os produtos demandados, mas também estabelecer relações amistosas, que envolviam hospitalidade, veneração e mesmo troca de presentes. O exposto parece confirmar a observação de Holanda (1995), de que as formas de convívio ditadas por uma ética de fundo emotivo não teriam desaparecido mesmo em atividades que deveriam alimentar-se da concorrência: o freguês tornava-se amigo.

No decorrer deste capítulo procuramos apontar algumas das relações exigidas pelo mundo dos negócios. As redes mercantis eram permeadas por complexas relações interpessoais, que envolviam troca de favores, gratidão e amizade. Dentre os laços de interdependência podemos ressaltar: a) comerciantes/pessoas públicas, em que os comerciantes buscavam relacionar-se com pessoas influentes na política que pudessem lhes favorecer nos negócios; b) representantes/comerciantes, pois estes últimos poderiam arrematar ofícios e contratos régios que favorecessem os primeiros na colônia, além de oferecerem os recursos necessários para iniciarem suas atividades; c) patrocinadores/representantes, pois estes expandiam seus negócios para o além mar e adquiriam um conhecimento do mercado local que escapava aos líderes residentes em Portugal; d) representantes/representantes, lembrando que os comerciantes se lançavam em um ambiente desconhecido, cheio de riscos, em que a hospitalidade e a cumplicidade

poderiam auxiliá-los de uma ou outra forma; e) comerciantes/clientes, os quais eram conquistados pela oferta de produtos, mas também pela confiança, amizade e bajulação.

## 2.5) QUANDO O ASSUNTO É DINHEIRO.

Apesar de termos ressaltado a importância das relações pessoais para as relações mercantis, observando mais atentamente a troca de correspondência entre Pinheiro e seus representantes, pudemos constatar que havia limites aos laços afetivos quando o assunto era negócios.

Antônio Pinheiro Netto, irmão e representante de Francisco Pinheiro, tinha pouca prática com os negócios e frequentemente era criticado, recebendo severas ameaças por não conseguir sanar suas dívidas. Em carta enviada em maio de 1722, Pinheiro dizia:

Por se oferecer a ocasião da frota; em qual esp.o me m.de VM. not.as da sua boa saude e ocazioes de seu serviço como tão bem o ajuste de todas as nossa contas na forma q. a Vm. lhe tenho pedido repetidas vezes o q. fio de VM. me não ha de faltar porque o contrario sentirei m.to e sera motivo de eu fazer o q. não dez.o (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 16).

Mesmo sendo irmãos, Pinheiro escreveu em tom de ameaça a seu representante, afirmando que caso não sanasse suas dívidas faria o que não desejava, o que significava se utilizar de qualquer meio para cobrar as dívidas. Uma possibilidade era o meio judicial. Apesar de não podermos confirmar a informação, Pinheiro indicou que Netto possuía cabedal suficiente para sanar as dívidas:

[...] ja lhe não he necessr.o valer çe de meu cabedal; porq.to com elle grangiou VM. o m.to q. tem; e de rasão parece q. devia embolcar me de q. ha tanto annos estou em desembolço; metendo a mão na consciência p.a me me inteirar tudo o q. for meu (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 19).

Para Pinheiro, o acerto de contas era uma questão de consciência, pois, para iniciar um negócio na colônia era preciso do patrocínio de um comerciante bem sucedido e este investimento precisava ser recompensado, o que só era possível com o bom andamento dos negócios e com o cumprimento das exigências para tal. Mesmo tratando-se de um

familiar, Pinheiro não lhe eximiu de seus deveres, de seu real objetivo, que era fazer negócios, produzir fortuna e enviar certa quantia a Portugal.

Também as dívidas deixadas pelo emissário Antônio de Cubellos preocuparam Pinheiro. Sem saber notícias do mesmo por um bom tempo, Pinheiro ouviu boatos de que Cubellos havia morrido. Dessa forma, escreveu a seu irmão da seguinte maneira: “tãobem vos informai de algus minr.os q. venhão p.a baixo se he vivo, ou morto, e se morreo com cabedal, ou pobrem.te na forma em q. se dis” (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 07). Sua preocupação não se voltava simplesmente para a possibilidade de vida ou morte de seu representante, mas para se o mesmo havia morrido rico ou pobre em condições para sanar a sua dívida.

Observamos, assim, que quando os negócios não iam bem, as relações amistosas entre comerciantes e emissários pareciam se comprometer, indicando que a afetividade e o parentesco não explicava por si só a associação entre esses indivíduos. Ela se dava por causa do comércio. Em carta, Francisco da Cruz informou a Pinheiro que: “por falta de comércio oz homens hus com oz outro se fas inulti a correspondendẽcia q. cada hu deve ter da sua pessoa” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 430).

Confirma a ideia a observação de Myriam Ellis, de que Pinheiro “depois do recebimento da sumária notícia da morte do irmão, na cidade do Rio de Janeiro, lembrou ao filho do falecido, seu sobrinho, que o pai lhe devia importantes quantias, de que esperava ser reembolsado” (1982, p. 121). Acompanhamos um pouco mais de perto tal situação e constatamos que Pinheiro, inclusive, delegou oficialmente alguns de seus emissários de confiança a cobrar de seus sobrinhos as dívidas deixadas por Antônio Pinheiro Netto, seu irmão. A seguir, observemos um trecho da procuração escrita pelo tabelião Hierônimo Castellão, que autorizava tal cobrança:

Saibão quantos este instrumento de procuração virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil setecentos e vinte e oito em treze dias do mes de fevereiro na cidade de Lisboa Occidental de frente da parrochial igreja de Santa Justa e caza de morada de Francisco Pinheiro cavalleiro profeço na Ordem de Christo e homem de negocio da praça desta corte, estando elle ahi prez.te disse a mim tabellião perante as testemunhas ao diante nomeadas que **por este instrumento fas e constetue seus procuradores** bastantes a saber na cidade do Rio de Janeiro a João Francisco Musi, auzente a Faustino de Lima, e na de ambos ao capitão Francisco Rodrigues Frade, e nas Minas a Francisco da Crus, auzente a Antonio Alveres de Castro, e na de ambos a Antonio Mendes da Costa, **e lhes da poder quanto em direito se requer para que em nome delle outorgante**

**possão os ditos seus procuradores na forma em q. vão nomeados e aonde convier ajustarem contas judicial ou amigavelmente com João e Francisco Pinheiro Netto herdeiros e testamenteiros do defunto seu pai Antonio Pinheiro Netto irmão delle outorgante e morador que foi no dito Rio de Janeiro do procedido de varias comissões e carregações q. lhe havia remetido, e com quem mais lhas deva dar, fenece lias e liquida las, tomando as também das fazendas q. estiverem em ser e receber o liquido, dando do q. cobrarem quitações como se lhe pedirem, asignando as em nome delle outorgante, e em termos de auttos, e onde mais for necessário, e no sobredito e suas dependências **procurarem e requererem todo seu direito e justiça, estando em juizo e fora delle fazendo citasões justificasões habilitações protestos, requerimentos pedimentos embargos dezembargos sequestros execusões prisões solturas, penhoras lanços posses entregas e remates de bens**, recebendo o principal e custas, apresentando a prova necessária e adversa contrariar, e jurar na alma delle outorgante qualquer licito juramento que lhe com direito for dado e de calumnia, fazendo o dar e deixar em quem lhe pareser, pondo contraditas e suspeições e de novo se louvar appellarem e agravarem, e tudo seguirem the maior alsada, substabellecendo os procuradores que quizerem, revoga lios, e desta uzarem, e so para sua pessoa rezerva nova citação, mas em tudo o mais farão e dirão os ditos seus procuradores o mesmo que elle outorgante fizera se prezente fosce em pessoa com livre e geral admenistração (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 370-371 – *grifos nossos*).**

Constatamos aqui a delegação, dentre outros, de Muzzi e Francisco da Cruz para cobrarem amigável ou judicialmente de João e Francisco Pinheiro Netto as dívidas deixadas por seu pai Antônio Pinheiro Netto. Tal procuração permitia-lhes entrar com citações, inclusive, para sequestro de bens e mandatos de prisão.

Além disso, averiguamos que os conflitos ocorridos em razão das dívidas deixadas por Antônio Pinheiro Netto também se deram entre os filhos do mesmo. Tais conflitos ocorreram em razão da distribuição da herança. Em carta, Manuel Pinheiro afirmou que ele e seu irmão Francisco Netto não herdaram nada de seu pai, por causa das artimanhas de seu outro irmão João Pinheiro. Mas, nem por isso Manuel deixou de demonstrar interesse em quitar a dívida com Francisco Pinheiro.

S.or suposto não termos herdado nada até o prez.tte do defunto nosso pai, não por culpa dele, mas pelas ladroisses de João Pinh.o comtudo, queremos q. VM. se embolsse dos seos quatro mil cruzados, q. o defunto nosso pai lhe ficou a VM. devendo (LISANTI, 1973, v.1, p. 425).

Manuel Pinheiro evidencia a dívida de quatro mil cruzados deixada pelo seu pai. Segundo ele, certa quantia de diamantes seria enviada a Pinheiro, que deveria vendê-los e embolsar o valor referido. Ao que tudo indica, João Pinheiro foi quem ficou responsável por quitar a dívida, enviando tais diamantes em nome dos irmãos.

Posteriormente, em razão do não recebimento de cartas enviadas por Francisco Pinheiro que confirmassem o recebimento dos diamantes, Manuel se dizia preocupado pela possibilidade do não envio. Entretanto, em carta de João Pinheiro Netto a Francisco Pinheiro, de 1743, ele se defendeu das acusações, dizendo:

me fui desenganar com elles e me diserão q. estavam esperando por carta de VM. para verem se em seu poder estavam os diamantes [...] me mandarão citar para eu lhe entregar os diamantes q. entreguei a VM e outra çitasão para se fazerem partilhas em Portugal, e outra pello juízo dos auz.tes que tomou q.tas dos bens do defunto meo pai. Veja VM. que enredo, e q. irmand.e esta, e me parece q. por pecados tudo o que ouver se gastara com just.a [...] não há duvida lhe entreguei a VM. os diam.tes pertens.tes aos d.os q. he o em que me querem por o pe no rabo dizendo q. eu os tenho comido e pello amor de Deos não permita q. o meu credito pereça os ditos meus irmaons hão de escrever a VM. e sup.o lhe dirão taes couzas que talvez sera o motivo de VM. me não escrever e suposto lho eu não mereso com tudo sempre VM. deve acudir e defender as sem rezoins e asim espero q. pella pr.a ocazião que ouver me escreva dos diamantes para eu me defender destes lobos que me querem comer alem da fazenda a vida, meu irmão o p.e encontrando me no Morro me desconpos fora de palavras, dando me bastantes enpurroins, e pescosoins, e como hé saçerdote me calei o d.o tãobem abre as cartas que me vem de minha caza, e finalm.te tem uzado comigo mais do q. pudera fazer hum mouro (LISANTI FILHO, 1973, v.1, p. 427).

João Pinheiro Netto, em conversa com Francisco Pinheiro, demonstrou que realmente havia enviado os diamantes, afinal, pediu a confirmação em carta. Por motivo de desconfiança, João Netto explicou que seus irmãos estavam se utilizando de meios judiciais para fazê-lo quitar as dívidas já pagas, inclusive, acusando-o de ter tomado indevidamente os bens da herança de seu pai<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Em carta a Pinheiro, Manuel confirma a ação judicial contra seu irmão: “[...] o d.or ouvidor geral o mandou notificar p.a lhe dar contas da testamentaria do defunto meu pai, q. D.s haja, pella quais me parece, q. brevem.te ira a cadeia, porq. estão claros os furtos, q. não pode haver capa, con q. elle cubra os seos grandes latrocinios” (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 428).

O excerto mostra também as queixas de João Netto sobre o fato de Manuel lhe ter tratado mal, com empurrões e pescoções. Apesar disso, Netto teria se calado, afinal seu irmão merecia respeito por tratar-se de um sacerdote. Foram ainda evidenciadas no excerto as preocupações do comerciante com os gastos, a justiça e o crédito, que poderia ser danificado devido a tantas desavenças.

Observamos, assim, que após a morte de Antônio Pinheiro, a maior preocupação dos comerciantes era referente às finanças, à distribuição da herança entre seus filhos e ao compromisso em se quitar as dívidas deixadas pelo defunto. Portanto, mesmo tratando-se de sócios e, mais que isso, de parentes, com íntima relação, a questão financeira, mesmo em pouco tempo após a morte de um parente, não foi deixada de lado pelos comerciantes. Pelo contrário, ela foi a prioridade entre seus compromissos. O bom relacionamento entre os comerciantes estava ameaçado por causa das dívidas.

Antes de julgarmos Pinheiro pela suposta insensibilidade perante o falecimento de seu irmão, ao cobrar prontamente de seus filhos as dívidas deixadas, precisamos entender que a morte não era encarada da mesma maneira que a encaramos hoje. Muitos eram os riscos enfrentados por aqueles que se aventuravam no além-mar, seja por causa de doenças, fenômenos naturais ou ataques sofridos, alguns faleciam ainda nos navios e outros assim que desembarcavam. Como observado por Honda, “o risco de vida era encarado com total naturalidade e resignação – é a fatalidade”. Essa resignação se dava “num mundo em que a vida pesava pouco no cálculo da aventura comercial” (2004, p. 35).

Do que temos exposto, entendemos que mesmo inseridos na lógica da *economia do dom*, na qual a associação entre os comerciantes baseava-se em laços de afeto e de amizade, criada em meio a jogos políticos, a continuidade dessa associação e a boa relação entre eles dependia muito dos resultados financeiros.

Constatada a relevância da preocupação material entre os comerciantes, observaremos que muito da relação entre Pinheiro e seus emissários era pautada nessa preocupação. Pinheiro procurava orientar-lhes quanto a melhor forma de agir para que prosperassem nos negócios. Não raro repreendendo suas ações. A seguir analisaremos algumas orientações a fim de elencar quais os valores, normas e ações deviam ser observados para que os membros da rede mercantil obtivessem sucesso em seus empreendimentos.

Quando Muzzi e Pretto entravam em conflito, Pinheiro intervinha com suas instruções. O comerciante tendia a apoiar seu sobrinho, criticando Muzzi por ser

individualista e não agir em sociedade. Daí que muitas das exigências feitas iam no sentido de pedir que toda ação de um tivesse o consentimento de outro. Em carta enviada de Pinheiro a Pretto, em 1722, encontramos as seguintes recomendações:

[...] e na conta q. haveis de dar aos vossos comrespondentes vos recomendo mais q. couza nenhua; cuidando som.te em estar em casa p.a vender e lançar nos l.os tudo com m.ta clareza; e som.te o sair fora q.do for precizo p.a os despachos; ou houver mica q. estimarei assim o facais porq. vosso proveito sera e tãobem vos conçervai com boa pax e união com vosso companhr.o, não fazendo nada sem lhe dar p.te, como elle tãobem a vos; conforme deve ser e cuidai m.to em poupar o mais q. puderes p.a assim ajuntares remédio; livrando vos sempre de ruims converças; comp.as; e de estravagancias q. isto heo pr.al p.a haveres de procederes bem (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 08).

Podemos extrair algumas informações desse excerto. O primeiro fator a analisarmos refere-se ao fato de que os comerciantes faziam parte de uma rede transatlântica, formada pela união de diversas casas comerciais, compostas por no mínimo dois comerciantes associados, que tinham por objetivo trabalhar (comercializar) em determinada região, daí que qualquer atitude individualista era condenada. Inclusive, o crédito de um comerciante no mercado estendia-se aos demais integrantes da rede comercial. O ideal seria se conservar em paz, união e valorizar a cumplicidade e a hospitalidade.

Pinheiro referiu-se ainda à necessidade de manter o controle das vendas no livro de contas e de não sair de casa a não ser na hora dos despachos (de cartas, de ouro, etc.) para Portugal ou para ouvir missa. Por tratarem-se de indivíduos pertencentes a uma sociedade essencialmente católica, não é de se esperar alguma censura ao fato de irem à missa. De fato, a religião esteve sempre muito presente na vida desses comerciantes. Nos atentemos um pouco a essa questão.

Entre as diversas preocupações com que lidavam os comerciantes, Francisco da Cruz não esqueceu-se daquelas ligadas à fé, como podemos acompanhar abaixo, em carta escrita para Pinheiro:

Meu comp.e e s.r ao fichar desta me entrou pella porta dentro hum servo de D.s e fundador do rocolhimento de Noza Senhora das Macauvas com sertos senhores desta terra a enpinhar me p.a com a peça de VM. p.a q. queira fazer a esmolla a estas servas de D.s para que peça e ore por ellas a El Rei que D.s garde para que lhe confirme por çua real grandeza a sismarias de humas



terras q. o governador destas minas lhe concedeo q. lhe afirmo a VM. ser esta esmola mui util p.a a concervaçao e sustento destas servas de D. s que senpre pella vida e saude de El Rei q. D.s garde e a de VM. se occuparão este enpenho ja a dias q. o tive de tal sorte que p.a qua não a couza como a peçoa de VM. p.a qualquer enpenho q. se ofrecer p. a esa corte, p.a o q. vai do dito recolhimento hum irmão nesta frota por se aos pes de VM. a pertender o q. VM. for sortido e juntam.e lleva procuracois das ditas recolhidas p.a tudo o que se ofrecer pella carta q. remeter pello irmão a entregar a VM. serem mais dillatado com distincção q. por ora o não poço fazer, e o saberei aplaudir esta fineza com as mais obrigacois q. devo a peçoa de VM. a q.m D. s g. de m. tos annos (LISANTI FILHO, 1973, v. 1, p. 276).

O emissário Francisco da Cruz considerou que a prática cristã da esmola merecia a atenção de seu patrocinador, Francisco Pinheiro, que devia fazê-la, por meio de uma intervenção junto à Corte, em benefício de algumas servas do recolhimento de Nossa Senhora das Macaúbas, que precisavam da confirmação da concessão de umas sesmarias.

Nota-se ainda que a própria linguagem utilizada pelos comerciantes expressava o universo da religião. Grande parte das cartas trocadas se iniciava com considerações do tipo “graças a Deus fico ao presente logrando boa saúde” e terminavam desejando “Deus grande a VM. muitos anos”. Além disso, os navios eram frequentemente identificados por nomes como “Nossa Senhora do Bom Sucesso”, “Nossa Senhora do Rosário” ou “Nossa Senhora da Oliveira”. Na verdade, era comum informar que o sucesso das transações comerciais e da chegada dos navios com os mercadores ou mesmo com as mercadorias se dava “com a graça de Deus”.

A vida dos homens dessa época era regida pelo amor/temor a Deus. Para estes homens, o bom andamento dos negócios dependia muito dos desígnios divinos. Um grande exemplo disso é Antonil. Como vimos, o jesuíta considerava que, por meio das bênçãos do capelão, a produção da lavoura de açúcar seria fomentada. No entanto, caso o senhor de engenho não agisse como bom cristão, desgraças poderiam recair sobre seu empreendimento. Do mesmo modo, entre os comerciantes, os fracassos e sucessos das viagens marítimas eram atribuídas a Deus. Havia, assim, uma inter-relação entre a mentalidade mercantil, que valorizava o lucro e o trabalho e a ética cristã.

A própria documentação reunida por Lisanti Filho (1973) foi depositada no arquivo do Hospital de São José, antigo Hospital Real de Todos os Santos, que foi destinatário de parte da herança deixada por Francisco Pinheiro. Essa prática também parece ter sido recorrente na América portuguesa. Muitos dos que se enriqueceram

procuraram fazer de seus testamentos um instrumento de salvação de suas almas, segundo os preceitos cristãos da caridade. De acordo com Fragoso, no Rio de Janeiro de fins do século XVII, “o equivalente a 40% do valor dos negócios registrados em cartórios ia para missas, igrejas e irmandades pias. Assim, parte significativa da riqueza social era destinada para o além-túmulo na forma de missas ou de vínculos” (2013, p. 21).

Contudo, apesar da forte presença da religião na vida dos comerciantes, a troca de correspondência não se dava em razão dela, mas por causa da atividade comercial. Na carta enviada de Pinheiro a Preto, a qual ele orientou que se perdesse tempo apenas com despachos ou com a missa, a sua preocupação central não era algo como a salvação da alma. Na mesma carta, o comerciante enfatizou sua preocupação com as questões financeiras ao recomendar a seu representante que evitasse conversas e extravagâncias, que poupasse seu dinheiro e que organizasse seus negócios por meio de um livro de contas. Portanto, Pinheiro propunha um comportamento que assegurasse uma boa administração. Era preciso aprender a lidar com o mundo dos negócios. Dizia ainda:

[...] vos peço q. vos recolhais logo as ave m.as p.a casa evitando o vir tarde; como me dizem q. vindes porq. esse tempo he melhor gasta lo no escriptorio em fazer o q. nelle vos toca” (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 25).

Nos chama a atenção o fato de Pinheiro ter recomendado que Preto recolhesse “logo” as Ave Marias. Para o comerciante, o tempo destinado para o exercício da fé não podia atrapalhar os negócios. Assim, ele recomendou que as orações fossem feitas rapidamente, pois o tempo seria melhor aproveitado no escritório. Pinheiro tentava evitar que seus emissários utilizassem seu tempo com questões externas ao mundo dos negócios. Afinal, como afirma o ditado, “tempo é dinheiro”.

Vale ressaltar que, para efetivar seus negócios, Pinheiro precisava contar com os representantes, mas também com sócios capazes de investir. Por isso mesmo, em suas orientações, havia bastante preocupação quanto às atitudes e às iniciativas que podiam desagradá-los. Os principais sócios de Pinheiro eram Egneas Beroardi e Paulus Hieronimo Medici<sup>17</sup>:

Como se sabe, o papel dos representantes era o de trazer produtos e escravos da Europa e da África e vendê-los pelo melhor preço possível. Para isso, eles precisavam

---

<sup>17</sup> Segundo Lisanti Filho (1973), a casa comercial que Beroardi e Medici tinham em Lisboa formou profissionalmente alguns dos comerciantes que lideraram com Pinheiro.

analisar a conjuntura econômica e informar quais os produtos mais demandados. No entanto, algumas demandas acabaram desagradando Francisco Pinheiro, como podemos observar no seguinte trecho da carta enviada para Preto:

[...] extranhei m. to o mandarem ca buscar barricas de sorveja p. a refresco a vinte patacas cada hua em sima de tão grd. es frettes; e isto não o fas nenhum homem de negocio dos q. residem nessas p. tes ; e me não o deve fazer q. m principia seu mundo; e q. procura acariar, credito e reputação p. a com todos; alem de q. devem procurar evittar todos os gastos superfluos gastanto som. te aquillo q. for precizo p. a o seu sustento e nada mais; **p. a poderem ajuntar algum cabedal q. he o p. a q. la forão**; recomendo vos desvieis vosso companhr.o destes e de outros semelhantes gastos; e q. cuidem som.te no q. lhe for necessr.; e em tractar de agradar m. to aos comrespondentes q. lhe mandão as comiçois dando lhe as contas com toda a verdade e brevidade p. a assim os agradar q. seu proveito sera (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 12 – *grifos nossos*).

Não era esperado de um representante somente a eficiência quanto os negócios, mas também a retidão quanto a forma de se comportar na colônia. Na verdade, uma coisa estava relacionada com a outra. Pinheiro questionava o pedido de uma remessa de barris de cerveja porque além de ser um gasto supérfluo que prejudicava o acúmulo de cabedal, lhes manchava a reputação e o crédito, afastando, por exemplo, os investidores de sua casa comercial. A crítica estava voltada à má utilização dos recursos. Claro está que a crítica era dirigida ao consumo da bebida por seus representantes e não ao comércio. O indivíduo era persuadido a ter uma vida regrada, na qual algumas atitudes mal vistas pelos investidores precisavam ser evitadas. Nesse trecho, podemos ainda verificar qual era o real objetivo desses comerciantes ao se deslocarem para o Brasil: o ajuntar algum cabedal “q. he o p. a q. la forão”.

Quanto às extravagâncias, Pinheiro condenava todas as atitudes que prejudicavam a poupança. Ele considerava uma extravagância, por exemplo, a aquisição de bens de luxo. Convém lembrar que na sociedade ibérica os bens de luxo eram utilizados para diferenciar-se socialmente e buscar prestígio. Em carta escrita em junho de 1723, Pinheiro demonstra insatisfação com as atitudes de Francisco Muzzi:

[...] q. nesta terra ha not.as de q. VM. cuida nessas p.tes em bandarriar som.te; e em q. cuida pouco no negócio. [...] porq. VM. lhe não he dado fazer despesas superfluas; e desnecessr.as; mas q. som.te as q. forem precisas p.a poderem paçar emq.to estiverem dessas p.tes. [...] deve VM. poupar q.to lhe for possível

e livrar se de demasias; e fanfurras q. servem de deciper o cred.o e o cabedal (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 36-37).

Pinheiro criticou o comportamento de Muzzi, afirmando que ele estava negligenciando a administração dos negócios e realizando despesas supérfluas. Curiosamente, Pinheiro utilizou-se do termo “bandarriar” para se referir ao comportamento indevido do representante. Em resposta, Muzzi afirma que seu “bandarriar” tratava-se somente de um vestido preto, que comprou para o tempo que passasse no Brasil, e “dous trapos de cortinados” que, na verdade, ganhou de presente. Justificou-se dizendo que tais vestimentas “foi som.te por ter hua caza capaz p.a receber hua pessoa de proposito”, mas usá-las “não he cousa q. esteja nos mal pois q. em outra casas os tenho visto milhores” (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p.387). Esse trecho nos mostra que a preocupação com o “vestir-se bem” não era alheia aos comerciantes, até mesmo para receberem “pessoas de propósito” em casa.

Todavia, em contrapartida a essa necessidade de o comerciante comunicar-se socialmente por meio das vestes, Pinheiro não o apoiou, mas condenou o gasto com vestimentas por considerá-lo supérfluo. Pinheiro orientava-os a gastarem apenas com o que fosse necessário para o comércio, pois a passagem pelo Brasil seria temporária e os comerciantes deviam poupar para voltarem ao Reino com alguma fortuna. Era a atenção com a poupança e com o crédito no mercado que devia reger as ações dos comerciantes, segundo Pinheiro.

No trecho a seguir, uma queixa de Luiz Pretto a Pinheiro, acerca do comportamento de seu sócio Muzzi, nos permite observar mais uma vez como as preocupações com o mercado interferiam nas formas de se comportar:

[...] comprou o d.o meu comp.ro hua molata q. dizem foi por 500\$ e tantos mil reis tera gasto outro tanto com a d.a molata e me parece anda na pretensão de a trazer p.a caza o q. eu não q.ro consentir nem consentirei; e juntam.te vejo ser m.to afeiçoado a coizas q. não esta bem a homem de bom procedim.to nem tão pouco a q.m tem fazendas alheas em seu poder; Como também as amizades deles ou os amigos com q.m ele trata conçente lhe tais maganiças q. por nenhuma forma ma podem estar bem a homem honrrado como he andarem medindo os passos q. eu dou p.a antão meterem em caza molatas e negras p. fazerem delas o q. lhe pareçem (LISANTI FILHO, 1973, v. 2, p. 446-447).

Após receber a denúncia, Francisco Pinheiro ficou furioso com a conduta de Francisco Muzzi e, em carta de agosto de 1725, o repreendeu:

Tambem não faltou q.m me afrimasse q. VM. havia comprado hua molata p.a seu dezemfado e q. a intentava meter em caza eu o sinto porq. alem do mau exemplo q. VM. daria ao seu companhr.o q. he mais mosso seria bom cred.o da caza e este seria p. acabar de arruinar o cred.o de VM. e de meu sob.o Pello que tenho visto o pouco q. VM. cuida na boa forma e credito q. deve haver nas cazas dos homes de negocio e semelhantes couas the qui ouvi dizer fizesse nenhum commissario desse Rio (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 90).

Percebe-se que a “mulata” seria adquirida para o “desenfado” de Francisco Muzzi. Isto é, para a satisfação dos desejos sexuais de Muzzi. Envolver-se com mulheres mulatas ia à contramão dos preceitos católicos, pois os comerciantes não se casavam com elas e mantinham um relacionamento sexual não abençoado pela Igreja. No entanto, o que mais incomodou Pinheiro foi a ruína do crédito no mercado. Na verdade, como temos demonstrado, qualquer atitude e qualquer apego às coisas mundanas que pudessem representar gastos eram condenadas. O ato de envolver-se com mulheres representava um tempo e um cabedal gastos com outras coisas que não com o próprio comércio, de modo que tal atitude só poderia ser mal vista pelos comerciantes e, sobretudo, pelos investidores envolvidos na rede mercantil<sup>18</sup>.

Assim como a denúncia feita por Luiz Pretto acerca das ações de Muzzi, muitas das informações que chegavam até Pinheiro sobre as ruins atitudes de seus emissários eram provenientes de mexericos e, por vezes, de intrigas entre os próprios emissários. Algumas atitudes como a remessa de cerveja, vista anteriormente, não passariam despercebidas por Pinheiro, pois a demanda do produto dependia diretamente dele; outras atitudes também lhe chamariam a atenção porque prejudicariam diretamente o empreendimento, pelo prejuízo financeiro que poderiam causar. Mas, outras ações talvez escapassem à vigilância de Pinheiro, exceto quando alguém, por algum interesse, denunciasse. Obviamente que os emissários não informariam seus próprios equívocos para seu patrocinador. Informariam na verdade as ações que reforçassem uma imagem de comprometimento. Nesse sentido, o representante Francisco da Cruz comunicou:

---

<sup>18</sup> Ressalta-se que, embora estejamos enfatizando as questões econômicas, isso não exclui a possibilidade de existência também de uma crítica moral.

S.r do lhe a VM. os agradecim.tos da lenbranca que tem deste seu criado e lhe mandar adevertir a boa pas e aquietação da minha peçoa, p.a com todos desta terra athe a ora presente de dou bem com os ditos pois faço m.to em me desviar das ocazios de confiança p.a com eles, adonde tenho tido assacado por vezes p.a banquetes em suas vazas, mas como este banquetes concidero me virão a pregudicar em alguma ocazião esa he a cauza porq. os não aseito (LISANTI FILHO, 1973, v.1, p. 275).

Quando atitudes condenáveis chegavam aos ouvidos de Pinheiro e esse as repreendia, só restava aos emissários justificarem-se. No caso da remessa de cerveja, informou-se que havia sido uma demanda de amigos; quanto ao gasto com roupas, justificou-se que não eram frequentes, mas só para ocasiões especiais. Já no excerto acima, Cruz sem esperar um motivo para justificar-se, procurou construir a imagem de retidão, demonstrando a boa relação que estava estabelecendo “para com todos desta terra” e ainda a sua recusa em participar de banquetes, que lhe eram prejudiciais.

Caso observássemos apenas as informações fornecidas por cada comerciante, encontraríamos homens que sempre andariam em consonância com os conselhos de Pinheiro. Logicamente, os comerciantes procuravam representar uma imagem daqueles que cumpriam suas obrigações, buscando, quando preciso, se justificar perante alguma atitude condenável. Todavia, a fofoca entre os agentes envolvidos nas redes mercantis nos ajudaram a desconstruir a imagem criada e informada por eles, evidenciando a sua não adequação às regras de conduta. Por outro lado, o ato de justificar-se, e não o de questionar tais regras, nos leva a verificar o consentimento para com elas. As ações recomendadas por Pinheiro e informadas/justificadas pelos emissários apresentam, a nosso ver, o perfil do homem de negócios idealizado. Do negociante compromissado e parcimonioso.

Entendemos ainda que, compondo o fluxo entre o Reino e a colônia junto às mercadorias, as fofocas aproximavam as duas realidades. Por meio delas, as atitudes dos representantes chegavam até Pinheiro, que tratava de enviar cartas condenando-as e ditando regras de comportamento. Ou seja, as fofocas contribuíam para coagir os comerciantes a se comportarem de uma determinada maneira, uma vez que denegriam a imagem desses sujeitos e prejudicavam seu crédito, algo tão prezado por eles. Por estarem inseridos em uma rede que se estendia do Reino até o Brasil - na verdade, por várias partes do mundo - toda atitude isolada estava submetida ao julgamento alheio, pois podia prejudicar os agentes envolvidos nessa rede. Acerca da remessa de cerveja, disse Pinheiro: “pois não faltou cá quem o estranhasse”. Além do mais, por se tratar de uma

atividade pautada na competição, era preciso ter cuidado quanto até quem chegaria certas informações: “nessa terra tem alguns invejosos e que folgarão muito saberem destas coisas” (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 14).

Demonstrando que, ao se associarem, os comerciantes estabeleciam uma rede de relações interpessoais marcada pela troca de favores, pela amizade e confiança, nesse tópico, contudo, procuramos enfatizar a busca pelo enriquecimento. Ao se dedicar ao seu ofício, eles precisavam observar certas normas de comportamento, dentre as quais: não perder tempo na ociosidade, não gastar dinheiro demasiadamente, não envolver-se com mulheres e bebidas alcoólicas. Tais regras de conduta, cujo cumprimento era uma exigência de Francisco Pinheiro, foram ditadas com vistas ao bom andamento dos negócios. Dessa forma, nossa ideia é a de que, apesar de viverem em um ambiente com inúmeras outras preocupações, o esperado de um comerciante era a estimação de crédito no mercado para que pudesse ajuntar fortuna.

### CAPÍTULO III: A MORALIDADE BURGUESA.

Partindo de diferentes perspectivas, estudiosos do Brasil colonial têm afirmado que, durante esse período, não houve o predomínio da busca por enriquecimento por meio do trabalho, ou seja, de uma *mentalidade de cunho capitalista*. Afirma-se, frequentemente, que a falta dessa mentalidade é fruto do predomínio de um ideal aristocrático.

Segundo Holanda, as formas de convívio, as instituições e as ideias brasileiras têm raízes na cultura europeia, mais especificamente ibérica, de forma que “todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem” (1995, p. 31). A palavra preguiça não foi utilizada de forma despreziosa pelo historiador, mas para fazer referência à falta de disposição para o trabalho que, segundo ele, marcou a colonização do Brasil.

Para entendermos melhor essa afirmação é preciso recorrer à fragilidade da hierarquia existente em Portugal. De acordo com Holanda (1995), nunca houve lá uma nítida separação entre as classes, a nobreza lusitana nunca chegou a ser impermeável, sendo que os indivíduos dos estratos mais baixos – exceto os que exerciam atividade mecânica – ascendiam facilmente e os indivíduos enobrecidos decaíam com a mesma facilidade. Devido a isso - à facilidade de poder aspirar à condição de fidalgos - os mercadores não sentiram a necessidade de combater a nobreza com novos valores. Mesmo após a Revolução de Avis, com a maior ascensão social por parte dos mercadores, eles optaram por guiar-se mais pela tradição aristocrática (da busca de títulos e honrarias) do que pela razão fria e calculista, característica mais esperada da burguesia.

Em razão dessa tradição aristocrática, os portugueses entendiam que, no rol das atividades dignificantes, não havia espaço para o trabalho. Segundo Holanda: “uma digna ociosidade sempre pareceu mais excelente, e até mais nobilitante [...] do que a luta insana pelo pão de cada dia. O [...] ideal é uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, de qualquer preocupação” (HOLANDA, 1995, p. 38).

A partir dessas afirmações, Holanda se utiliza de dois *tipos ideais* para analisar os colonizadores do Brasil: o de *homem trabalhador* e o de *homem aventureiro*. O primeiro, guiado pela *ética do trabalho*, condena qualidades como a da audácia, da irresponsabilidade e da vagabundagem. Ele enxerga primeiro os obstáculos, depois o triunfo. Teoricamente não esteve presente no Brasil. Já o segundo sim, aquele que busca vantagens de imediato, que dispensa os meios para alcançar os fins e que, portanto, tem



pouca disposição para o trabalho (ao menos para o trabalho sem compensação próxima)<sup>19</sup>. Dessa forma, Holanda caracteriza os indivíduos que se dirigiram para o Brasil como portadores de uma “ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posição e riquezas fáceis” (1995, p. 46).

Em suma, para Holanda, valores burgueses como a *moral do trabalho* não foram predominantes na colonização do Brasil. Nesse capítulo, observamos que a sociologia tem se utilizado de diferentes conceituações para agrupar os valores e as práticas que considera próprios da burguesia. Analisamos algumas dessas conceituações para refletirmos sobre as ideias de Antonil e dos comerciantes portugueses.

Para tal objetivo, não poderíamos deixar de lado um estudo clássico que tratou dessa questão: “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, de Max Weber (2004). Nessa obra, o sociólogo procurou entender como alguns elementos da doutrina calvinista contribuíram para a formação do *espírito do capitalismo*. Não é nossa intenção refletir sobre essa relação. No entanto, segundo Weber, em alguns pontos a ascese protestante assemelha-se à ascese católica e, mais especificamente, jesuítica. Daí que se torna interessante analisarmos se esses pontos também se encontravam presentes nas orientações de Antonil.

De acordo com Weber (2004), a ascese católica era entendida como um método sistematicamente arquitetado de condução racional da vida com o fim de suplantar o estado de natureza, de subtrair o homem ao poder dos impulsos irracionais e à dependência de relação ao mundo, de submeter permanentemente suas ações à autoinspeção de sua envergadura ética, como um operário a serviço de Deus, a fim de assegurar a salvação da alma. Teria sido comum entre o monasticismo católico e os princípios calvinistas a meta de eliminar o gozo impulsivo da vida e de sujeitar os seus seguidores a uma ordem. No entanto, enquanto no catolicismo a ascese, quanto maior,

---

<sup>19</sup> Para Holanda (1995), esses dois tipos não existem em forma pura, todos os sujeitos participam de múltiplas combinações.

mais se apartava da vida cotidiana<sup>20</sup>, no calvinismo ela situava-se nem além e nem acima do mundo, mas *no mundo*<sup>21</sup>.

Não é um propósito do nosso trabalho estabelecer uma comparação aprofundada entre a teologia católica e a teologia calvinista. Todavia, nota-se que algumas orientações de Antonil coincidem com a ascese cristã observada por Weber (2004), sobretudo no que tange ao autocontrole e à subtração dos impulsos irracionais. De certa forma, porém, Antonil parece aproximar-se mais do calvinismo do que do monasticismo católico. Afinal, *Cultura e Opulência* pode ser lido como uma espécie de manual para agir *no mundo*. Apesar de não fundamentar-se puramente na religião, como Weber indica na ética calvinista, mas também em interesses materiais, a conduta ética fornecida por Antonil não é direcionada a uma vida isolada, mas sim para a adoção do senhor de engenho em seu cotidiano. Ao mesmo tempo que o jesuíta condenava certas ações adotadas pelo senhor de engenho, acusando-os de agirem como maus cristãos, Antonil condenava a ira, a arrogância, o esbanjamento e atitudes desmedidas por serem prejudiciais ao crédito e ao acúmulo de fazenda. Aconselhando o senhor a ser um bom cristão, o aconselhou também a ser um bom empreendedor.

Exposto isso, procuraremos identificar nas ideias de Antonil alguns elementos do *espírito capitalista*, caracterizado por Weber, não em seu caráter teológico, mas no que tange à sua relação com a riqueza<sup>22</sup>. Analisemos o que dizia Franklin enquanto *tipo ideal de capitalista*:

---

<sup>20</sup> Weber adverte que, nem em teoria nem na prática, o catolicismo teria restringido a vida metódica à cela monástica. A ordem terceira de São Francisco, por exemplo, seguiu na direção de uma maior penetração da vida ascética no dia a dia. No entanto, esse modo de vida acabou sendo sentido como algo mais elevado do que a vida cotidiana. Além disso, certas instituições eclesiais da Igreja, como as indulgências, tolheram as tendências à ascese intramundana sistemática. Daí que, segundo Weber, “o indivíduo que *par excellence* levava uma vida metódica no sentido religioso era e continuou sendo, *única e exclusivamente, o monge* (WEBER, 2004, p. 110).

<sup>21</sup> De acordo com Weber, os calvinistas compartilhavam ainda com os jesuítas “o diário íntimo religioso, no qual eram registrado por extenso ou mesmo em forma de tabelas os pecados, as tentações e os progressos feitos na graça” (2004, p. 113). Mas enquanto no catolicismo o livro tinha a intenção de complementar a confissão por meio de uma direção autoritária ao cristão; para os calvinistas, o diário procurava levar o cristão reformado a tomar o pulso de si mesmo.

<sup>22</sup> Na verdade, apesar de estar interessado em analisar em que medida algumas forças religiosas protestantes tomaram parte na formação do capitalismo, Weber não defendeu a tese de que o *espírito do capitalismo* surgiu apenas como resultado de certos efeitos da Reforma. Ele considera que inúmeros outros fatores podem ter sido responsáveis pela consolidação do mesmo. O próprio sociólogo ofereceu, a partir de escritos de Benjamin Franklin, um delineamento do que entende por esse *espírito*, o qual considera isento de toda relação direta com a religião ou com outros pressupostos (WEBER, 2004). Ora, se o capitalismo fosse pura e simplesmente resultado da Reforma ele nunca teria desabrochado em países não protestantes.

Lembra-te que – como diz o ditador – um *bom pagador* é senhor da bolsa alheia. Quem é conhecido por pagar pontualmente na data combinada pode a qualquer momento pedir emprestado todo o dinheiro que seus amigos não gastam.

Isso pode ser de grande utilidade. A par de presteza e frugalidade, nada contribui mais para um jovem *subir* na vida do que pontualidade e retidão em todos os seus negócios. Por isso, jamais retenhas dinheiro emprestado uma hora a mais do que prometeste, para que tal dissabor não te feche para sempre a bolsa de teu amigo.

As mais insignificantes ações que afetam o *crédito* de um homem devem ser por ele ponderadas. As pancadas de teu martelo que teu credor escuta às cinco da manhã ou às oito da noite o deixam seis meses sossegado; mas se te vê à mesa de bilhar ou escuta tua voz numa taberna quando devias estar a trabalhar, no dia seguinte vai reclamar-te o reembolso e exigir seu dinheiro antes que o tenhas à disposição, duma vez só. (FRANKLIN *apud* WEBER, 2004, p. 43-44 – *grifos do autor*).

Observamos aqui a preocupação em se ter bom crédito a partir de virtudes como a pontualidade, a frugalidade, o compromisso com os negócios e o comedimento perante algumas descontrações e prazeres mundanos. Como observa Weber (2004), a filosofia da avaréza parece ser o ideal dos homens honestos e de crédito reconhecido. Vale notar que “as advertências morais de Franklin são de cunho utilitário: a honestidade é *útil* porque traz crédito, e o mesmo se diga da pontualidade, da presteza, da frugalidade também, e *é por isso que são virtudes*” (2004, p. 45). Dito de outra forma, as virtudes somente são virtudes na medida em que são úteis ao indivíduo. Para Franklin, a aparência e a dissimulação bastam se forem suficientes para angariar crédito.

Weber entendeu que o *tipo ideal* de empresário capitalista “não tem nenhum parentesco com esses ricos de aparência mais óbvia ou refinada [...]. Ele se esquia à ostentação e à despesa inútil, bem como ao gozo consciente do seu poder, e sente-se antes incomodado com os sinais externos da deferência social de que desfruta” (2004, p. 63). Não podemos desconsiderar que um burguês também possa se interessar em fazer algum gasto supérfluo a fim de angariar algum tipo de prestígio, contudo, esse comportamento não pode pautar sua vida. Uma vida moderada é lhe traz prestígio, respeitabilidade e acesso ao crédito.

Holanda (1995) notou que enquanto os negócios requerem qualidades morais como a necessidade de crédito, a diligência, pertinácia, parcimônia, responsabilidade, pontualidade, honorabilidade profissional e, enfim, de virtudes lucrativas, os ideais da

nobreza respondem à necessidade de glória e fama, provenientes da honra cavalheiresca e palaciana.

Em suma, mesmo considerando que cada sociólogo analisou a burguesia partindo de diferentes contextos e debruçando-se sobre diferentes problemáticas, podemos elencar algumas das características que são similares entre o *homem trabalhador* (HOLANDA, 1995) e o *espírito capitalista* (WEBER, 2004) Para fins metodológicos, consideramos como características do que denominaremos por *moral burguesa*: parcimônia, frugalidade, diligência, pertinácia, exatidão, pontualidade, honorabilidade, responsabilidade, paciência, esforço e preocupação com o crédito. Tudo isso deve ter por fim a produção de riqueza.

Primeiramente, gostaríamos de ressaltar a importância do crédito para Antonil e para os comerciantes. O emissário de Francisco Pinheiro, Manuel Pinheiro, chegou a colocá-lo acima do próprio acúmulo material: “e bem sabe VM. q. o credito vale mais, que quanta fazenda há, pois com elle se acha tudo, o que com a fazenda as mais das vezes se não alcança” (LISANTI FILHO, 1973, v.1, p. CV). Se a *fazenda* podia ser facilmente gasta, era o crédito que lhe permitia alcançar, assegurar e até multiplicar a riqueza. Dispor de riqueza, mas não dispor de crédito, poderia levar ao afastamento de pessoas úteis na busca da manutenção e multiplicação dessa riqueza. Nesse sentido, o ato de poupar era útil não só para o acúmulo de capital, mas para a preservação do crédito. Vejamos o que Pinheiro escreveu a Pretto, em 1722:

[...] tãobem lhe extranho em mandar de ca ir couzas supérfluas; e extravagantes; o q. não esta bem a q.m tracta neg.cios alheos; e não falta quem sensure; e q.m avize q. deseja aruina los a voses; e tirar lhe as comiços; e voz lhe podeis dizer q. cuide em se conçervar; e evitar motivos p. a q. tenham q. lhe dizer; q. os cred.os dos comissários he mui vidrento (LISANTI FILHO, 1973, v. 5, p. 23).

Nesse excerto, a preocupação de Pinheiro não parece unicamente voltada para o prejuízo financeiro causado pelos gastos supérfluos, mas sobretudo, pelo prejuízo que estava causando ao crédito dos mercadores. Pinheiro lembrou seu emissário que ele trabalhava em negócios alheios, ou seja, que dependia das comissões de investidores para continuar seu empreendimento. Esses investidores poderiam cessar seu patrocínio caso considerassem os emissários irresponsáveis. Por causa dessa dependência é que coisas supérfluas e extravagantes não deviam ser demandadas.

A partir dos escritos de Antonil (2007), podemos observar ainda que, no mercado, não somente os subordinados e financeiramente mais fracos eram dependentes de crédito em seus empreendimentos. Na verdade, as orientações do jesuíta encaminhavam-se justamente para aqueles que pretendiam tornar-se os grandes empreendedores da indústria açucareira: os senhores de engenho. Segundo Antonil: “o crédito de um senhor de engenho funda-se na sua verdade, isto é, na pontualidade e fidelidade em guardar as promessas” (2007, p. 108). A seu ver, os senhores deviam zelar pelo crédito entre os lavradores e mercadores, os quais lhe trariam lucro com o fornecimento de cana e a comercialização do açúcar. Deviam ainda tratar bem os profissionais envolvidos no engenho, tais quais os feitores, banqueiros e purgadores<sup>23</sup>. É para manter o crédito que determinadas virtudes precisavam ser adotadas.

Mas, se da mesma forma que em Franklin (*apud* WEBER, 2004), para Antonil e para Pinheiro o crédito era uma preocupação central, falta-nos entender se, diferentemente dele, virtudes como a pontualidade e a frugalidade tinham um valor em si ou apenas eram virtudes por serem úteis ao indivíduo no mercado.

Do observado em Pinheiro acerca de suas condenações ao consumo de coisas supérfluas, como bebidas alcoólicas, mulheres e roupas, entendemos que nelas não predominavam um cunho moral em sentido religioso. Em nenhum momento o comerciante condenou tais atitudes por serem pecaminosas, por exemplo. A repreensão se dava pelo tempo e cabedal gastos com essas atividades e em razão do crédito que poderia ser prejudicado. Podemos dizer que tratava-se de uma moralidade decorrente do mundo dos negócios. De uma ética mercantil. É claro que os comerciantes, inseridos em um sociedade católica, não estavam alheios à ética cristã. Em certo momento, Pinheiro buscou convencer seus sobrinhos a pagarem as dívidas deixadas pelo seu pai, irmão e emissário de Pinheiro, para que este pudesse alcançar o perdão de sua alma. Mas, mesmo aqui, tal acerto de contas beneficiaria financeiramente Pinheiro.

Em Antonil, por sua vez, fica mais difícil de distinguir a condenação moral das orientações práticas. Em certo ponto, afirmando que a relação entre o senhor de engenho e o lavrador devia ser de respeito, o jesuíta alerta que “este respeito nunca há de ser tal que incline a obrar contra justiça, principalmente quando fosse induzidos a fazer coisa contrária à lei de Deus” (2007, p. 86). Ou seja, mesmo aconselhando a cumplicidade entre

---

<sup>23</sup> Uma reflexão mais aprofundada acerca das orientações de Antonil sobre relação entre o senhor de engenho e os demais agentes envolvidos na produção e comercialização do açúcar encontra-se no capítulo IV da presente dissertação.

um e outro, devido à dependência mútua na produção de açúcar, ela não devia ser tão relevante a ponto de se agir contra a justiça e a lei de Deus. Por outro lado, houve orientações diretamente direcionadas à preocupação material, sem uma associação direta com a religião. Na verdade, as virtudes para Antonil atendiam tanto a critérios religiosos quanto práticos (úteis aos andamentos dos negócios).

Não pretendemos nos aprofundar na análise da forma com que a doutrina católica contribuiu ou obstruiu a formação de uma *ética capitalista*. Mas, pelo que temos exposto, podemos afirmar que Antonil e os comerciantes eram sujeitos católicos, preocupados com a salvação das almas, mas também preocupados com a produção e o acúmulo de riqueza. Inclusive, para eles, a religião poderia auxiliá-los nesse propósito.

Todavia, para o presente capítulo no interessa observar quais características especificamente burguesas estariam presentes em Antonil e Pinheiro. Do exposto, entendemos que tanto Antonil quanto Pinheiro prezavam pela aquisição de crédito mercantil, necessária para o êxito em seus empreendimentos. Para isso recomendavam a adoção de determinadas virtudes como a parcimônia, a pontualidade, a fidelidade e a prudência.

No que tange à parcimônia e à frugalidade é bastante claro o quanto Antonil prezava por elas. Se ele permitia gastos com o religioso, tais como o pagamento do capelão e com ornamentos para o altar, afinal, como dito, em seu entendimento, o prezar pelas leis divinas só poderia trazer benefícios ao engenho, outros gastos que não contribuíssem de alguma forma para a produção de riqueza foram condenados com mais veemência. Assim, o jesuíta esboçou sua preocupação em adequar as despesas domésticas às receitas, o que fica claro no próprio subtítulo: “Como se há de haver o senhor de engenho no governo da sua família e nos gastos ordinários da casa”. A seu ver, muitos eram os gastos exigidos pelo engenho, de forma que muitos gastos particulares da casa deviam ser contidos ou evitados. Estavam entre esses gastos os cavalos de respeito, os lacaios e ainda os jogos e as festas.

Evidencia-se, assim, que Antonil tratou de condenar os gastos que teriam como único objetivo a busca por *status* social. Nota-se ainda que o consumo desregrado não era condenado apenas em momentos de crise, mas mesmo quando se dispunha de ouro em abundância:

Convidou-os o ouro a jogar largamente e a gastar em superfluidades quantias extraordinárias sem reparo, comprando

(por exemplo) um negro trombeteiro por mil cruzados, e uma mulata de mau trato por dobrado preço, para multiplicar com ela contínuos e escandalosos pecados (ANTONIL, 2007, p. 283).

Além disso, para Antonil, a parcimônia devia andar de mãos dadas com a prudência e a responsabilidade. Após elencar os inúmeros gastos exigidos pela produção de açúcar, dizia:

O que tudo bem considerado, assim como obriga a uns homens de bastante cabedal e de bom juízo a quererem antes ser lavradores possantes de açúcar, com um ou dois partidos de mil pães de açúcar, com trinta ou quarenta escravos de enxada e foice, do que ser senhores de engenho por poucos anos, com a lida e atenção que pede o governo de toda essa fábrica, assim é para pasmar como hoje se atreveram tantos a levantar engenhocas tanto que chegaram a ter algum número de escravos e acharam quem lhes emprestasse alguma quantidade de dinheiro, para começar a tratar de uma obra de que não são capazes por falta de governo e de agência, e muito mais por ficarem logo na primeira safra tão empenhados por dívidas que na segunda ou terceira já de declaram perdidos, sendo juntamente causa que os que fiaram deles dando-lhes fazenda e dinheiro também quebrem, e que outros zombem da sua mal fundada presunção, que tão depressa converteu em palha seca aquela primeira verdura de uma aparente mas enganosa esperança (ANTONIL, 2007, p. 81).

Para Antonil, seria melhor ser um lavrador com riquezas seguras do que arriscar-se em algo lucrativo como o engenho, sem a garantia de que os negócios pudessem perdurar. Também em Pinheiro podemos observar a virtude da prudência.

Como se sabe, a descoberta das minas de ouro provocou muito alvoroço entre exploradores que, por vezes, de forma arriscada, poderiam pôr tudo a perder para se lançar na busca pelo minério. Também os comerciantes compartilharam desse alvoroço e passaram a investir nas minas, como o fez Francisco Pinheiro. Todavia, engana-se quem pensa que a busca imprudente pelo enriquecimento tentou todos esses homens.

A descoberta do ouro demandou uma considerável leva de escravos para trabalharem na exploração das minas, de forma que os comerciantes passaram a investir na comercialização dos mesmos. Apesar do incentivo a esse comércio, Pinheiro considerou melhor ser prudente. Como observou Guimarães, apesar da alta probabilidade em obter lucro, Francisco optou por dar prioridade a outros ramos, pois o negócio de carne humana apresentava muitos riscos “que envolvia desde a organização da tripulação,

a confiança no capitão e a compra ou arrendamento do navio, mais a concorrência com outros negociantes da praça da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como de outras nações, como a Inglaterra e Holanda” (2005, p. 01-02). Observamos que Pinheiro não se recusou em participar do comércio de escravos. No entanto, em razão da especificidade, do conhecimento e do capital necessários e dos riscos desta atividade, de início ele posterga seu investimento.

Resumidamente, podemos afirmar que o negócio de carne humana foi relegado a um segundo plano porque o risco que envolvia diminuía as possibilidades de lucro. Apesar insistência de seu sócio Muzzi em investir no comércio de escravos, Pinheiro interessava-se mais por riquezas seguras, calculadas, do que em arriscar-se a qualquer custo pelo enriquecimento fácil.

Como se pode ver, assim como Antonil não considerou interessante o investimento arriscado e irresponsável em engenhos, Pinheiro também considerou melhor ter prudência quanto ao negócio de carne humana.

Vale notar que a discussão apresentada nessa dissertação não pretende identificar modelos econômicos, mas ideias e formas de comportamento que podem ser predominantes, mas também podem existir em um ambiente hostil a elas. Muitas das ideias presentes em Antonil e Pinheiro são similares ao que alguns sociólogos identificaram enquanto *valores burgueses*. Nosso objetivo foi apontá-las, demonstrar sua existência, sem caracterizar o modelo econômico vigente no contexto estudado.

Em contraposição a Karl Marx (1998), para quem o mundo das ideias é fruto das relações materiais, Weber (2004) demonstra que nem sempre o mundo das ideias acompanhou as transformações na base material. Para ele, essa relação pode se inverter, pois, a seu ver, o *espírito do capitalismo* já existia antes da ordem capitalista e inclusive fomentou seu desenvolvimento. Na verdade, esse *espírito* teve que enfrentar um mundo inteiro de forças hostis, pois não expressava os valores de uma classe dominante, como sugerido por Marx<sup>24</sup>.

---

24 Segundo Weber, as ideias presentes no pensamento de Benjamin Franklin, expoente da ética capitalista, foram apenas toleradas, ou simplesmente injustificadas, justamente onde o capitalismo melhor se desenvolveu, na Florença dos séculos XIV e XV. Acrescenta-se que na Pensilvânia do século XVIII, onde raramente havia sinais de grandes empresas e onde a falta de dinheiro ameaçava o retrocesso para uma economia de escambo, as mesmas ideias de Franklin eram consideradas a essência da conduta moral. Segundo Weber, “querer falar aqui de um ‘reflexo’ das condições ‘materiais’ na ‘superestrutura ideal’ seria rematado absurdo” (WEBER, 2004, p. 66).



Além disso, para Weber (2004), o tipo de empreendimento, se capitalista ou não, não determina necessariamente o *espírito* condutor desse empreendimento. Negócios tipicamente capitalistas podem carregar traços tradicionalistas e vice-versa. Assim, levar em conta que muitas características da indústria açucareira e do comércio no período em questão não constituem negócios tipicamente capitalistas, não significa dizer que a forma com que Antonil e Pinheiro os entendiam já não poderia estar imbuída, em certos aspectos, de uma *moral burguesa*. Como vimos, a responsabilidade, a prudência, a poupança, a pontualidade e inúmeras outras virtudes lucrativas foram ressaltadas por Antonil e Pinheiro.

Exposto isso, podemos dialogar com Holanda (1995) e questionar sua afirmação acerca da falta de uma *moral fundamentada no culto ao trabalho*, pelo menos para o entendimento de alguns sujeitos históricos do Império português no início do século XVIII. Se, como dito pelo historiador, o ideal do colonizador, imbuído de preguiça, era a busca por riquezas fáceis, a aventura comercial exigia muito sacrifício. Tanto em Francisco Pinheiro quanto em Antonil podemos verificar que a disciplina, o trabalho e a responsabilidade faziam parte do rol de atividades dignificantes, na medida em que eram úteis ao crédito e, portanto, ao êxito no mercado.

Vale ressaltar que nossas afirmações baseiam-se na análise de alguns poucos indivíduos localizados em determinado tempo e espaço. Em momento algum pretendemos generalizar suas ideias. Além disso, mesmo apontando que aquilo que é considerado pertencente a uma *moral burguesa* pela sociologia esteve presente, em alguns pontos, nos escritos de Antonil e dos comerciantes, entendemos que a realidade não pode ser encaixada neste conceito. Na verdade, segundo Elias (1999), a análise conceitual não pode ignorar as relações humanas estabelecidas pelos indivíduos. A sociedade observada prezava pela hierarquia e, nesse sentido, os comerciantes e senhores de engenho buscavam alcançar prestígio. A sociedade era fortemente católica e tanto em Pinheiro quanto Antonil importavam-se com a caridade, com a salvação das almas e julgavam que Deus poderia abençoar ou amaldiçoar os negócios. Enfim, eram inúmeras as preocupações que faziam parte do cotidiano do homem de negócios, harmonizando-se ou conflitando-se com a busca por lucro.

#### **CAPÍTULO IV: O MERCADO ENTRE A CIVILIDADE E A CORDIALIDADE.**

Immanuel Kant notou que o *espírito comercial* foi um elemento de suma importância para a pacificação das relações humanas. De acordo com ele, se em um primeiro momento na história, os homens que viviam da caça e da pesca dispunham de uma liberdade sem leis, posteriormente, compelidos para a agricultura, deram marcha à comercialização de elementos demandados, o que lhes exigiu o estabelecimento de relações pacíficas, de igualdade e comunidade com os povos mais afastados. Em suas palavras: “é o *espírito comercial* que não pode coexistir com a guerra e que, mais cedo ou mais tarde, se apodera de todos os povos” (KANT, 2008, p. 31).

Como veremos, também no contexto estudado as relações comerciais exigiam o estabelecimento de relações pacíficas entre os indivíduos nelas envolvidos. Em nosso entendimento, por causa do comércio, as pessoas tornam-se mais dependentes umas das outras, uma vez que ele possibilita que algumas forneçam às outras aquilo que precisam e, além disso, exige a cooperação entre os indivíduos em diversos outros níveis, desde a produção até a comercialização das mercadorias. O comércio adensa o que denominaremos de *rede de interdependências*, conceito de Norbert Elias.

Elias propõe que ao investigarmos uma sociedade não consideremos sua divisão em esferas (política, econômica, cultural e etc.). No lugar dessa compartimentação, o sociólogo propõe pensar em funções diferenciais e de integração crescentes e decrescentes. Melhor dizendo, cada sociedade é composta por indivíduos que desempenham certas funções sociais – há sempre número limite delas – que os tornam interdependentes em maior ou menor grau. A um agrupamento de indivíduos interdependentes Elias denomina *configuração*. Para exemplificar, podemos classificar como uma *configuração* uma escola, uma família, uma tribo e por que não uma rede mercantil? Cada uma delas é caracterizada pelo conjunto de relações estabelecidas entre seus membros. Do mesmo modo, seus membros só existem na medida em que se inter-relacionam (ELIAS, 1999).

Segundo Elias, as funções sociais não podem ser entendidas como constituintes de uma totalidade harmoniosa, pois há sempre a presença de forças que constroem as ações individuais interdependentes. Essas forças podem ser expressas pelos conceitos de *poder* e de *equilíbrio de poder*. O conceito de *poder* refere-se à margem individual de ação, ligada a certas posições sociais, capaz de influenciar a autorregulação e o destino de outras pessoas. No entanto, por mais que a distribuição seja desigual, o mais fraco

sempre possui certo grau de *poder* sobre o mais forte, pelo menos na medida em que tenha algum valor para ele. Sabe-se, por exemplo, que um filho tem *poder* sobre o pai e um escravo tem *poder* sobre seu senhor. Portanto, o *equilíbrio de poder* constitui um elemento integral de todas as relações humanas (ELIAS, 1994).

Ainda de acordo com Elias (1993), quanto mais densa se torna a cadeia de interdependências, ou seja, quanto mais as pessoas ligam-se umas às outras e tornam-se mais interdependentes, mais aumenta a pressão exercida sobre elas e, portanto, mais as pessoas passam a regular suas condutas de acordo com o julgamento alheio. Analisando a sociedade de corte francesa da época moderna, Elias notou que devido a esse adensamento da *rede de interdependências*, que passou a ocorrer quando a nobreza deslocou-se para a corte, os comportamentos e condutas seguiram no sentido de tornarem-se mais *civilizados*, ou seja, maiores foram os controles exercidos sobre a vida instintiva dos cortesãos. Como ressalta Roger Chartier (2001), o conceito eliasiano de *civilização* expressa tanto a pacificação das relações humanas quanto o controle afetivo.

Neste tópico, observaremos a dinâmica da *rede de interdependências* estabelecida a partir do mercado, seja através do engenho de açúcar ou do comércio, no Império português do início do século XVIII. Procuraremos ainda apontar para qual rumo essa *rede* pressionava as condutas dos sujeitos envolvidos no mercado. Seguiriam sentido à *civilização*?

As observações feitas por Antonil sobre o engenho Sergipe do Conde nos permitem analisar esse espaço enquanto uma *configuração*, ou seja, enquanto um espaço no qual os indivíduos orientam suas ações uns em relação aos outros. O jesuíta tratou de elencar as funções sociais e as relações humanas presentes nesse espaço, orientando os senhores de engenho quanto a forma com que deviam agir perante os agentes envolvidos na produção e mercantilização do açúcar.

Segundo Schwartz, “muito embora a mão-de-obra escrava caracterizasse a economia açucareira no Brasil [...] o caráter da produção açucareira e suas exigências específicas criaram a necessidade de um grupo de assalariados no cerne do processo”, composto por indivíduos livres, libertos e cativos, brancos, pardos ou negros, que exerciam atividades administrativas, técnicas e artesanais (1988, p. 261).

No excerto a seguir, podemos verificar que Antonil preocupou-se em informar ao senhor de engenho acerca da divisão do trabalho exigida pelo seu empreendimento:

Servem ao senhor do engenho em vários ofícios, além dos escravos de enxada e foice que tem nas fazendas e na moenda e fora os mulatos e mulatas, negros e negras de casa ou ocupados em outras partes, barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Tem mais cada senhor destes necessariamente um mestre de açúcar, um banqueiro e um contrabanqueiro, um purgador, um caixeiro no engenho e outro na cidade, feitores nos partidos e roças, um feitor-mor do engenho, e para o espiritual um sacerdote seu capelão, e cada qual destes oficiais tem soldada (ANTONIL, 2007, p. 79-80)<sup>25</sup>.

Entendemos, assim, que o engenho de açúcar funcionava por meio do trabalho de uma grande massa de escravos, que era arrematada pela força, mas também por meio da contratação de trabalhadores livres. Se o senhor de engenho exercia a autoridade sobre seus subordinados, não quer dizer que não fosse dependente deles. Essa é uma das razões que levou Antonil a ressaltar a existência de todas essas ocupações. Em suma, para que as engrenagens dessa organização girassem era preciso que cada parte cumprisse com suas obrigações. Daí que para o jesuíta, cabia ao senhor contratar pessoas capacitadas: “se em alguma coisa mais que em outra há de mostrar o senhor de engenho a sua capacidade e prudência, esta sem dúvida é a boa eleição das pessoas e oficiais que há de admitir ao seu serviço para o bom governo do engenho” (ANTONIL, 2007, p. 87).

Desse modo, se boa parcela da mão de obra dos engenhos era constituída de escravos, que não possuíam defesas legais perante as vontades de seus senhores, outra parcela era constituída de trabalhadores livres que, por pior que fossem as suas possibilidades, poderiam buscar outro espaço para trabalhar ou poderiam não cumprir com êxito e boa vontade as suas funções, caso as atitudes do senhor de engenho não os agradassem. Entendemos que devido a essa relativa liberdade e dependência mútua, a dinâmica do engenho não poderia ser pautada exclusivamente na violência física, daí a necessidade da existência de outras formas de compulsão para o funcionamento dessa organização econômica.

Segundo Bosí, “a falta de um critério explícito de deveres e direitos levaria os fortes ao arbítrio, os fracos ao abuso. Daí, a necessidade de um *espírito de contrato* que,

---

<sup>25</sup> Segundo Silva, “alguns dos vocábulos aqui empregados pertencem especificamente à manufatura do açúcar no Brasil. Por exemplo, *carapina* designa um carpinteiro; *banqueiro* e *contrabanqueiro*, os dois empregados abaixo do mestre-de-açúcar; *purgador*, aquele que purga os pães de açúcar; *caixeiro*, o empregado encarregado de todas as operações que se seguem à purga do açúcar no engenho, e aquele que, na cidade, tem as funções de fiel do armazém, contabilista e fiscal; *feitor* e *feitor-mor*, aqueles que mandam diretamente nos escravos, distribuindo e controlando as tarefas” (2007, p. 80, nota 5, *grifos do autor*).

de certo modo, parece mais moderno e [...] mais civilizado que o domínio cego dos regimes de puro favor e servidão” (1992, p. 161). Nesse caso, esse *espírito de contrato* se expressava nas obrigações que os trabalhadores livres tinham para com o seu senhor, mas também nas obrigações que o senhor tinha para com eles. Além disso, havia obrigações que diziam respeito a agentes externos ao engenho, como os mercadores. Foi a obra de Antonil que tratou de sistematizá-las.

Não negamos que o uso da violência, mesmo entre homens livres, era recorrente na sociedade colonial. Segundo Schwartz, apesar do litígio ser uma forma de se resolver conflitos, “o uso ou a ameaça da força permaneciam sempre sob a superfície, especialmente nas relações entre os senhores de engenho e seus dependentes ou subalternos, mas também nas relações entre os próprios senhores” (1988, p. 237). Essa situação é oposta à *civilização* (leia-se pacificação) das condutas posta em questão por nós.

De fato, a historiografia considerou que o poder dos senhores de engenho era tão grande que o classificou como feudal<sup>26</sup> ou semifeudal, capaz de desafiar até mesmo o poder central. Segundo Gilberto Freyre, eram eles “donos de terras e de escravos que dos senados de Câmara falaram sempre grosso aos representantes del-Rei” (2003, p. 66). Nesse sentido, temos duas ressalvas que possibilitam o repensar do uso da violência por parte dos senhores de engenho.

Bosi (1992) aponta que, apesar de a administração local ser exercida pelos *homens bons do povo* (como os senhores de engenho), cabia ao governador, nomeado pelo rei, a competência militar e administrativa, uma vez que ele presidia os corpos armados e as Juntas da Fazenda e da Justiça, ao lado de funcionários reais, como: provedores, ouvidores, procuradores, intendentess e juizes de fora. Haveria, assim, alguma limitação ao poder dos senhores de engenho. Também Schwartz (1988) entendeu que o governo e a justiça metropolitanos intervinham nas decisões dos senhores de engenho, contendo sua tirania, pelo menos quando os interesses desses senhores conflitavam com os seus.

Todavia, chamamos atenção para uma outra ressalva, explicitada no excerto a seguir, que refere-se às instruções de Antonil acerca das exigências do próprio engenho,

---

<sup>26</sup> Para Elias, o senhor feudal encontra-se em um patamar anterior aos cortesãos no processo civilizador. Afinal, mantinha seus subordinados dependentes pela força. Em suas palavras, quando a classe nobre “é principalmente uma classe guerreira, quando mantém as outras classes dependentes sobretudo pela espada e o monopólio das armas, algum grau de dependência dessas outras classes não está de todo ausente. Mas é incomparavelmente menor, e menor também é [...] a pressão vinda de baixo. Em consequência, o senso de domínio da classe alta, seu desprezo pelas demais, é muito mais franco, e muito menos forte a pressão sobre ela para praticar moderação e controlar seus impulsos” (1993, p. 206).

sobre a necessidade que o senhor tinha dos outros agentes e, portanto, sobre o *espírito de contrato*. Segundo Antonil:

[...] se não tiver a capacidade, modo e agência que se requer na boa disposição e governo de tudo, na eleição dos feitores e oficiais, na **boa correspondência com os lavradores, no trato da gente sujeita**, na conservação e lavoura das terras que possui, e na **verdade e pontualidade com os mercadores e outros seus correspondentes na praça**, achará confusão e ignomínia no título de senhor de engenho, donde esperava acrescentamento de estimação e de crédito (ANTONIL, 2007, p. 82 – *grifos nossos*).

Antonil não estava lidando com algum tipo de renda feudal, sua preocupação referia-se à administração de engenhos e às relações comerciais ali presentes. Vê-se que, nessa situação, a relação entre o senhor e os demais não devia ser arbitrária. Pelo contrário, o jesuíta recomendava a adoção de condutas respeitadas quanto a multiplicidade de agentes envolvidos no engenho. Somente se agisse em boa correspondência, pontualidade e verdade com os lavradores, mercadores, correspondentes e com a gente sujeita é que o senhor evitaria ignomínia e confusão e lograria crédito e estimação.

Portanto, ao ver do jesuíta, para o êxito da produção mercantil do açúcar era necessário uma certa divisão do trabalho e de um bom relacionamento entre o senhor, seus empregados e agentes externos. Em relação a esses últimos, eles só procurariam o senhor caso ele dispusesse de boas condutas: “quanto os senhores são mais possantes e bem aparelhados de todo o necessário, **afáveis e verdadeiros**, tanto mais são procurados” (ANTONIL, 2007, p. 79 – *grifos nossos*).

Schwartz (1988) nos traz um excerto de Luís Veloso, administrador jesuíta do Engenho Sergipe, no qual podemos observar que Antonil não era o único a portar essa visão de mundo na colônia. Sobre o que considerava próprio de um senhor de engenho, dizia o jesuíta:

ele [...] cuida da boa divisão com os lavradores que dão sua cana ao dito engenho e os ajuda a cortar e transportar a cana, e presta contas do açúcar com grande cuidado e bom proceder; paga aos empregados e trata com eles com pontualidade, assim como faz com todos os outros que fornecem ao engenho (VELOSO, *apud* SCHWARTZ, 1988, p. 238).

Constatamos, assim, a presença de pressões que, vindas de baixo, atingiam o senhor de engenho e pressionavam rumo a uma maior moderação das suas condutas. Essas pressões diziam respeito a certa *ética mercantil*, a certas condutas que deviam ser adotadas por ele para que obtivesse êxito no mercado. Dentre as condutas encontram-se a pontualidade, o compromisso e a afabilidade.

De acordo com Schwartz, as pressões sobre as formas de se comportar dos senhores de engenho vinham ainda de espaços como a vizinhança. Afinal, “a distribuição dos engenhos mostra que os senhores e suas famílias viviam relativamente próximos a seus vizinhos. Isso [...] significava a presença de uma grande pressão sobre o comportamento desses indivíduos, exercida por seus iguais” (1988, p. 238)<sup>27</sup>. Enquanto o historiador entende que essa pressão se refletia na afirmação pública de *status* perante outros senhores de engenho, exibidos em rituais cívicos e cerimônias religiosas, nós entendemos que ela podia também seguir outros caminhos, concernentes às exigências do mercado.

Realmente, Antonil aponta que a vizinhança entre senhores de engenho, muitas vezes ligados por sangue, era comum. O jesuíta tratou de criticar a atitude daqueles que eram pouco unidos na caridade e abriam mão dos laços de afeto por causa de interesses materiais:

E se a inveja entre o primeiros irmãos que houve no mundo foi tão arrojada que chegou a ensangüentar as mãos de Caim com o sangue de Abel, porque Abel levava a bênção do Céu e Caim não, por sua culpa, quem duvida que poderia chegar a renovar semelhantes tragédias ainda hoje entre os parentes, pois há no Brasil muitas paragens em que os senhores de engenho são entre si muito chegados por sangue e pouco unidos por caridade, sendo o interesse a causa de toda a discórdia, e bastando talvez um pau que se tire ou um boi que entre em um canavial por descuido para declarar o ódio escondido e para armar demandas e pendências mortais? (ANTONIL, 2007, p. 86).

Vê-se que o interesse, por vezes, se sobrepunha ao parentesco, despertando a inveja e a discórdia. Apesar de não se opor à lucratividade, o jesuíta não concordava com

---

<sup>27</sup> Segundo Silva, a multiplicação dos engenhos, e conseqüente aglomeração, foi tanta que o Senado da Câmara da Bahia tentou refreá-la: “com efeito, sendo muito elevado o consumo de lenha para o fabrico do açúcar, as matas já não chegavam para as necessidades dos engenhos, e com a falta de lenha, perdiam-se as colheitas. No decorrer do século XVII, a situação piorou de tal maneira que, em 1680, o Senado da Câmara da Bahia pediu providências ao Conselho Ultramarino. No intuito de refrear a proliferação dos engenhos, o Príncipe D. Pedro mandou então proibir a criação de novos engenhos a menos de meia légua de distância dos engenhos já existentes” (2007, p. 81, nota 11).

tal atitude. Não podemos ignorar o fato que Antonil era um homem cristão, o que se refletia na forma como entendia as relações sociais. No entanto, mesmo utilizando-se de uma metáfora religiosa para se expressar - a história de Caim e Abel - podemos considerar que uma atitude hostil entre os senhores de engenho não seria proveitosa para os negócios.

Se por um lado Antonil recomendava que o senhor fizesse boa vizinhança a seus iguais, ainda que fossem melhores administradores do que ele, por outro recomendava também que o fizesse aos lavradores, mesmo àqueles que moíam canas em outros engenhos: “seria sinal de ter ruim coração fazer má vizinhança aos que moem a cana livre em outros engenhos, [...] nem ter boa correspondência com os senhores de outros engenhos [...] porque a algum deles lhe vai melhor, com menos gasto e sem perda (ANTONIL, 2007, p. 85-86). Em relação aos lavradores, Antonil recomendava as seguintes condutas:

Nada pois tenha o senhor de engenho de altivo, nada de arrogante e soberbo: antes seja muito afável com todos, e olhe para os seus lavradores como para verdadeiros amigos, pois tais são na verdade, quando se desentranham para trazerem os seus partidos bem plantados e limpos com grande emolumento de engenho, e dê-lhes todo o adjutório que puder em seus apertos, assim com a autoridade como com a fazenda (ANTONIL, 2007, p. 85).

Ao ver de Antonil (2007) seria de melhor proveito para o engenho que o senhor tratasse os lavradores com amizade e justiça. Devia, por exemplo, respeitar o dia que cada um tinha para moer a cana em seu engenho, reservando a todos a mesma quantidade de tempo e não misturando o açúcar de um e outro<sup>28</sup>. Antonil esperava que a boa disposição do senhor não fosse em vão, mas tivesse sua contrapartida por meio do respeito e da cortesia dos lavradores, “porque a ingratidão e o faltar ao respeito e cortesia devida é nota digna de ser muito estranhada, e um agradecimento obsequioso cativa aos ânimos de todos com correntes de ouro” (2007, p. 86).

---

<sup>28</sup> Silva explica como se dava os contratos entre senhor e lavrador: “o senhor de engenho arrendava uma porção de terra chamada partido a um lavrador, que tinha por obrigação plantar e cultivar a cana até ao momento de ser cortado; quando cortada, o lavrador trazia-a ao engenho, para ser moída e manufaturada. Nesta altura é que se fazia a seguinte repartição: depois de tirado o dízimo devido a Deus, o senhor ficava com metade dos pães de açúcar e de todas as caldas, que lhe pertenciam de direito, e ainda com a terça ou quarta parte da outra metade dos pães de açúcar, conforme as condições de contrato. [...] Antonil menciona outro tipo de contrato pelo qual o senhor de engenho dava ao lavrador certa quantia de dinheiro, em troca da obrigação de o lavrador levar as canas a moer no seu engenho, e de lhe dar metade da colheita” (2007, p. 84, nota 19).



Entendemos, assim, que ao considerar que os senhores de engenho deviam fazer boa vizinhança tanto aos seus iguais quanto aos demais sujeitos envolvidos no engenho, como os lavradores, Antonil estava preocupado menos com a afirmação pública de *status*, do que com a necessidade de interdependência imposta pelo meio mercantil. Inclusive, por causa da cooperação, os lavradores também deviam saber ser gratos ao senhor.

Entendendo o engenho enquanto uma *configuração*, podemos conferir as orientações de Antonil aos senhores de engenho sempre com vistas às relações sociais presentes nesse espaço (senhor/lavrador, senhor/mercador, senhor/gente sujeita). Mesmo o senhor de engenho dispendo de maior *poder*, encontramos também a presença de um *equilíbrio de poder*, expresso na necessidade que o senhor possuía dos demais agentes na mercantilização do açúcar. Em suma, a atividade mercantil exige, como expressa Antonil, a cooperação e a pacificação das condutas justamente por causa da relação de interdependência na qual coloca os indivíduos.

Exposto isso, nos perguntamos: até que ponto podemos considerar que as orientações de Antonil seguem no sentido de *civilizar* as relações humanas?

Quanto a pacificação das condutas esperamos ter deixado claro o seu incentivo. Se Schwartz nota que “a generosidade para com seus iguais e dependentes, a autoridade sobre a família e os servidores, a hospitalidade e o senso de honra pessoal e familiar permitiam aos senhores de engenho agirem como nobres e, portanto, sê-lo” (1988, p. 230), nós acreditamos que o estabelecimento de boas relações, pacíficas e cooperativas, com alguns sujeitos poderia se dar, em certa medida, em razão de interesses econômicos.

Schwartz notou que a boa relação entre senhores e lavradores poderia se dar por causa da interdependência no mercado: “na época da escassez de cana, [...] lavradores eram muito adulados pelos senhores de engenho, que no intuito de garantir a oferta de cana se dispunham a lhes emprestar escravos ou bois ou a lhes fornecer lenha” (*apud* MENDES, 2011, p. 18).

Mas, se por um lado, o mercado exige cooperação e pacificação entre os agentes envolvidos nele; por outro, no que se refere a entender a *civilização* das condutas enquanto um controle afetivo, surgem alguns questionamentos. Segundo Elias, com o *processo civilizador* a maneira de ver as coisas e as pessoas torna-se mais neutra na esfera afetiva. Ou seja, “a “imagem do mundo” vai se tornando menos diretamente determinada pelos desejos e receios humanos, e se orientando para o que chamamos de “experiência” ou para “o empírico”, para sequências dotadas de regularidade imanentes” (ELIAS, 1993, p. 228). Portanto, quando nos deparamos com uma situação na qual os *indivíduos* estão

fortemente ligados uns aos outros, maior torna-se a moderação das emoções espontâneas. É instilado neles o hábito de previsão, de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito, considerando como cada ação afeta os indivíduos em sociedade e é julgada por eles. O indivíduo torna-se mais *racional*, menos impulsivo.

Acreditamos que, de fato, as relações mercantis obrigam os indivíduos a atentarem-se aos julgamentos alheios, pois eles tornam-se dependentes desses julgamentos. No caso das orientações de Antonil para o senhores de engenho, ele busca alertá-lo quanto à necessidade de observar os efeitos de suas ações sobre os vários profissionais envolvidos no engenho. Afinal, depende deles para o bom funcionamento do mesmo. O senhor devia assim conter sua instintividade quanto à arrogância e à ira, por exemplo.

Se observarmos a relação estabelecida entre os comerciantes lusos, também podemos notar a pressão que a *rede de interdependências* oriunda do mercado exercia sobre as suas ações. Dizia Francisco da Cruz a Pinheiro: “respondo a hum dos capitulos da de VM. em q. me dis me concerve com todos asim como general e ministro e cabos de guera e a todas as mais pecoas, VM. saiba q. athe o presente asim me tenho concervado pois me conheço q.m fui e q.m sou” (LISANTI FILHO, v. 1, p. 277). Pinheiro recomendou a Cruz que se conservasse com o general, ministro e cabos de guerra, afinal, alguns deles poderiam não ser dignos de confiança e lhe prejudicar. Na verdade, eram inúmeros os agentes com os quais os comerciantes deviam se relacionar e, por isso, deviam agir atentando-se a todos eles.

Além disso, por causa de sua superioridade econômica e social, os patrocinadores dispunham de certo *poder* sob os emissários. Ou seja, interferiam em seu destino, proporcionando-lhes possibilidades de enriquecimento e constringendo-os a se comportarem de determinadas maneiras, indispensáveis para os negócios, como condição da manutenção de seu patrocínio. Dessa relação desigual de força, dessa dependência dos mercadores em relação aos investidores, resultava uma contenção das condutas, que era expressa na condenação de gastos com mulheres, álcool, festas e farras.

Todavia, outras atitudes expressas pelos comerciantes e por Antonil vão à contramão da neutralidade afetiva. Antonil recomendou que o senhor de engenho fosse afável e amigo dos lavradores. Pinheiro recomendou que seus emissários enviassem cartas de veneração aos seus clientes. Estes emissários, por sua vez, sabiam que precisavam bajular e criar laços de amizade com os mesmos. Tudo isso parece-nos

contrário à *civilidade* e leva-nos a dialogar com Holanda, que traz o seu oposto: a *cordialidade*.

De acordo com Holanda, a lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade são características do caráter brasileiro e correspondem a expressões de fundo emotivo, informados no meio rural e patriarcal. No Brasil, as relações sociais seriam marcadas antes pelos laços de afeto, tratam-se de relações espontâneas, opostas às boas maneiras e à civilidade. Segundo Avelino Filho, na civilidade “a contenção dos impulsos pessoais leva à criação de formas artificiais de sociabilidade, reconhecidas por todos, e à capacitação do indivíduo em lidar com seu exterior de forma mais neutra do ponto de vista afetivo” (1989, *online*). Segundo Holanda, “na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e em sentenças. [...] Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez” (1995, p. 146-147). Portanto, como dizer que o comércio *civiliza* se as ações a serem adotadas exige o estabelecimento de relações amistosas entre os indivíduos nele envolvidos?

As reflexões de Elias (1993; 1999) também podem nos auxiliar nesse impasse. De acordo com o sociólogo, devemos recusar a fixação dos atos humanos em modelos estáticos e considerá-los a partir da *configuração*, da historicidade e transitoriedade nas quais se inserem. É nesse sentido que devemos compreender as relações de mercado na sociedade luso-brasileira.

No engenho, encontramos a herança patriarcal, da relação entre senhor de engenho e agregados. O senhor de engenho agia como pai em relação não só à sua família, mas a todos a sua volta, estendendo o caráter doméstico e familiar, inclusive, à política (HOLANDA, 1995). No comércio, a tradição ibérica, por meio da concessão de mercês, unia os comerciantes por laços familiares e afetivos (FURTADO, 2006). Em ambos, encontramos a presença constitutiva da cordialidade, do predomínio afetivo. Todavia, acreditamos que o mercado age em sentido oposto. O mercado torna indivíduos que não possuem relação de intimidade interdependentes. Além disso, os resultados práticos exigem que a organização baseada em laços de afeto atente-se a eles, ou seja, ao lucro. A sociabilidade decorrente das relações mercantis respondem à necessidade prática que um indivíduo possui do outro.

No caso do engenho, além de agrupar a família e a mão de obra escrava, incluídos no princípio de soberania doméstica, exige a contratação de trabalhadores livres e assalariados e, ainda, o estabelecimento de relações comerciais com agentes externos a esse ambiente. Esses tipos de relação exigem novas formas de convívio e de

comportamento, baseadas agora nas necessidades do meio mercantil. Sendo interdependente a inúmeros sujeitos sob os quais não tem autoridade direta, o senhor de engenho é instilado ao controle de suas emoções e de suas condutas com vistas à necessidade que possui destes sujeitos no mercado. É uma nova forma de autocontrole que se exige. Esses agentes associam-se em busca de um interesse em comum: lucrar com a produção e a mercantilização do açúcar. Essa relação não é a de competição. Não há, ou pelo menos não deve haver, uma disputa entre senhor de engenho, lavradores e mercadores. O senhor de engenho precisa angariar crédito no mercado para atrair esses profissionais e, por isso, precisa regrar suas condutas, não ser arrogante e agir, como expõe Antonil, com profissionalismo, companheirismo e de acordo com certa ética mercantil.

As redes comerciais, por sua vez, são marcadas em sua gênese pelos laços afetivos. Uma vez que em Portugal podia se redistribuir contratos e ofícios arrematados junto à corte, os comerciantes buscavam fazê-lo aos mais próximos (FURTADO, 2006). Entretanto, exigia-se do beneficiado o retorno financeiro, a quitação de suas dívidas, a honorabilidade profissional. Caso essas obrigações não fosse cumpridas, a afetividade era comprometida. No caso da relação com os clientes, é preciso cativá-los, mas não com vistas ao estabelecimento de uma relação afetiva. Ainda que elas possam ocorrer, o interesse é o de adotar um comportamento que agrade a clientela com vistas à efetivação da relação comercial.

Apoiando-nos nos estudos de Júnia Furtado (2006), entendemos que, mesmo levando em conta a importância das relações clientelares para as relações comerciais no Império português, o contato pessoal e a relação de proximidade com determinadas pessoas não se estabeleciam com base no desinteresse e na espontaneidade. Na verdade, eram fundamentais porque poderiam trazer algum benefício político ou econômico. Os comerciantes utilizavam-se de um jogo de previsão da conquista de posições, estabeleciam contato com aqueles que poderiam lhes ser favoráveis. E, mesmo quando uma vantagem era alcançada para os mais amigos, o objetivo era inseri-los em cadeias de dependência, ou seja, era beneficiar-se de alguma forma com aquele favor prestado.

Em sentido similar, entendemos que, entre os sujeitos analisados, a cooperação e a afetividade era a melhor maneira encontrada para se obter êxito do comércio. Isso difere da afirmação de Holanda (1995) acerca do predomínio da falta de cooperação por interesses objetivos na colonização. Se, de fato, as relações afetivas eram importantes

para a construção das redes mercantis, as necessidades desse mercado exigiam que elas se atentassem a interesses objetivos como o lucro.

Dessa forma, podemos dizer que as relações de interdependência decorrentes do mercado civilizam se entendermos que: a) elas contribuem para a pacificação das relações humanas; b) elas exigem um comportamento *racionalizado*, ou seja, regulado com vistas aos julgamentos dos indivíduos inter-relacionados nesse mercado para se angariar crédito. Por outro lado, podemos dizer que elas pressupõem também um comportamento *cordial*, de amizade e proximidade. Seja pelo caráter específico da identidade brasileira (influenciado meio rural e patriarcal e pela pessoalidade da *economia do dom*), seja porque criando laços afetivos as chances de efetivar a comercialização aumentam. Essa afetividade, no entanto, embora possa ser autêntica e espontânea, não é estabelecida pela simples vontade de se fazer amigos, mas de acordo com a necessidade que um indivíduo possui do outro no mercado. O senhor de engenho depende dos lavradores, mercadores e demais funcionários; os comerciantes dependem dos investidores, clientes e etc. Há algo de coercitivo na relação entre os indivíduos, algo que lhes pressiona a agir de acordo com as necessidades do mercado, a adotar certos tipos de conduta em relação aos demais. Podemos considerar que há uma *racionalização* dos afetos a fim de se angariar crédito e fomentar a lucratividade.

## CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos evidenciar a ideia de que Antonil e Francisco Pinheiro tinham em comum um compromisso com a produção de riqueza. Com base nesse compromisso, tais sujeitos buscaram orientar seus destinatários, a saber, os produtores de açúcar e os comerciantes, quanto a melhor forma de agir para se obter êxito em seus empreendimentos. Portanto, analisaram certas relações que se estabeleceram no Brasil partindo de uma lógica mercantil.

As posições firmadas nessa dissertação diferem, em alguns pontos, do que a historiografia tem ressaltado acerca de Antonil e Francisco Pinheiro.

Em relação a Antonil, Marquese (2004), por exemplo, entende que o jesuíta escreveu *Cultura e Opulência* com a intenção de adequar o governo dos senhores de engenho aos preceitos do catolicismo. Suas motivações seriam de ordem religiosa. Vainfas (1986), por sua vez, salientou a motivação dos jesuítas – inclusive de Antonil – em buscarem fazer perdurar e prosperar a ordem escravista, vista como essencial para a economia colonial, por meio de um projeto cristão.

Acreditamos que, de fato, Antonil preocupou-se com os preceitos cristãos em suas orientações. Podemos estender essa afirmação também a Francisco Pinheiro. Afinal, naquele contexto, a religião moldava a forma com que a sociedade enxergava o mundo. Não sendo esses homens alheios à sua historicidade, eles acreditavam, inclusive, que a adoção da ética cristã era uma das condições para a boa administração dos negócios.

Tanto para Antonil quanto para os comerciantes, Deus seria capaz de intervir no mundo dos negócios. Para o jesuíta, Deus poderia abençoar o engenho e auxiliar em sua produtividade. E, em caminho inverso, caso o senhor não agisse como cristão, Deus poderia castigar o empreendimento. Da mesma forma, os comerciantes atribuíam o sucesso das longas viagens e das transações aos desígnios divinos.

Ou seja, para Antonil e Pinheiro, a religiosidade e a prosperidade econômica andavam de mãos dadas. Não que a religião tenha se resumido à utilidade que possuía para os negócios. Práticas que não teriam um fim prático, mas que eram ligadas a questões propriamente religiosas, foram salientadas por ambos.

Em relação aos comerciantes, verificamos, em um ato de caridade, a intervenção de Francisco Cruz em auxílio das servas da casa de recolhimento Nossa Senhora das Macaúbas e, ainda, a doação de parte da herança de Francisco Pinheiro ao Hospital Real

de Todos os Santos. Em relação a Antonil, observamos a preocupação com a catequização dos escravos. O jesuíta também afirmou que o lavrador não devia ignorar a lei de Deus em prol da boa relação com o senhor de engenho. Além disso, em Antonil, a religião se fez fortemente presente na linguagem, oferecendo imagens e metáforas utilizadas para sistematizar as relações sociais.

Todavia, a nosso ver, as intenções de Pinheiro e de Antonil ao produzirem seus escritos não foram principalmente religiosas. No caso de Antonil, ele deixou claro no prólogo de sua obra as motivações ao escrevê-la: defender o preço do açúcar e ensinar a obrar o engenho com acerto. No caso de Pinheiro, as cartas enviadas tiveram por objetivo informar sobre as oportunidades de negócio e vigiar e orientar seus emissários, como observou Honda (2004).

Notamos ainda que, em algumas passagens, a religião perdeu espaço para a economia. Para Antonil, a prática da esmola devia ser realizada *conforme* os rendimentos financeiros. Para Francisco Pinheiro, o tempo gasto com a religião devia ser feito *logo* para que seu representante pudesse passar mais tempo no escritório.

Além da relação entre religião e economia em Antonil e Pinheiro debatemos outras questões.

De modo geral, a historiografia, ao analisar as relações sociais na sociedade colonial, inclusive no engenho de açúcar e no comércio, tem enfatizado temas como o patriarcalismo, a cordialidade e o ideal aristocrático. Retomemos algumas interpretações.

Freyre (2003) ressaltou que os senhores de engenho ostentavam uma imagem de riqueza que não correspondia à sua real situação. Holanda (1995) considerou que os senhores possuíam uma autoridade incontestável sobre sua família, escravos e agregados que estendia-se à vida pública. Prado Júnior (1961) notou que os senhores cercavam-se de riqueza, poder e autoridade.

Outros historiadores analisaram mais especificamente a figura de Antonil. Para Fragoso (1998), seus escritos confirmariam a sede por prestígio na sociedade colonial. Para Schwartz (1988), as opiniões do jesuíta coincidiam com o modo de vida adotado pelos senhores de engenho. De acordo com Vainfas (1986), apesar de Antonil ter se preocupado com a produção de riqueza, ele procurou construir a imagem de um senhor absoluto, que correspondesse aos ideais aristocrático e patriarcal.

Retomemos também análises sobre o comércio e a figura de Francisco Pinheiro.

De acordo com Holanda (1995), os colonizadores tinham pouca disposição ao trabalho, não distinguiram os interesses públicos dos privados e possuíam dificuldade em

instituir uma organização racional pautada na solidariedade de interesses. Pelo contrário, lhes seria característico a irresponsabilidade, a busca por riquezas fáceis e a cordialidade, isto é, o predomínio da emoção e dos laços familiares e pessoais nas relações sociais. Tudo isso teria se refletido nas relações comerciais.

Júnia Furtado (2006), por sua vez, analisou Pinheiro e seus emissários e pouco salientou uma ética mercantil voltada para o lucro e o trabalho. Ao invés disso, ressaltou a busca dos mesmos por prestígio e a relevância do clientelismo para a construção das redes mercantis.

Apesar de nossos estudos seguirem um caminho diverso das interpretações acima mencionadas, buscamos não ignorar os pontos em que se aproximam.

Em relação a Antonil, é preciso distinguir seu posicionamento das práticas sociais vigentes. Ou seja, apesar de, em nosso entendimento, ele colocar-se contra o ideal nobiliárquico, não quer dizer que os senhores de engenho não o adotavam. Na verdade, é justamente uma crítica que o jesuíta constrói.

É fato ainda que o jesuíta ressaltou o poder e o prestígio que desfrutavam os senhores de engenho na colônia. Reafirmou a autoridade dos senhores sobre seus escravos e normatizou essa relação baseando-se em preceitos cristãos e patriarcais.

Em relação a Pinheiro, demonstramos que as redes mercantis eram permeadas por laços familiares em sua gênese, afinal, muitos dos emissários eram parentes de Pinheiro. A construção das redes dependia ainda da arrematação de contratos, que estava sujeita ao prestígio de Pinheiro junto à corte portuguesa. Ao arrematá-los o comerciante redistribuía os cargos e ofícios a seus emissários, que passavam a colocar-se em posição de submissão, a tornar-se imensuravelmente gratos e a engrandecer a figura de Pinheiro.

Observamos ainda a importância do estabelecimento de relações amistosas entre comerciantes e fregueses, na qual os primeiros buscavam bajular os segundos, e entre comerciantes e pessoas públicas, afinal, estas últimas podiam beneficiar as transações mercantis, de uma ou outra forma, por meio de favores políticos.

Apesar de termos ressaltado a aproximação entre nossa análise e a historiografia, nosso trabalho não se deteve nesses pontos. Ao orientar seus destinatários, Antonil e Pinheiro possibilitaram-nos enxergar a importância das relações mercantis para a configuração de determinadas relações sociais. Em nosso entendimento, Antonil e Pinheiro preocuparam-se com a produção de riqueza e, assim, demonstraram qual caminho devia ser percorrido pelos produtores de açúcar e pelos comerciantes para alcançarem êxito.



Quando Antonil construiu uma imagem de senhor cristão e patriarcal entendeu que, assim, o engenho seria melhor administrado e que, portanto, estava defendendo uma proposta útil à prosperidade da colônia.

Quanto aos comerciantes, eles entendiam que a relação amistosa com determinadas pessoas, fossem familiares ou pessoas públicas, era útil aos negócios. Em nosso entendimento, a associação entre os comerciantes não pode ser explicada simplesmente pela relação de clientelismo. Além disso, a rede mercantil precisava apresentar resultados, produzir lucro. Uma vez que esse objetivo não era alcançado, as relações eram prejudicadas.

De acordo com Antonil e Pinheiro, a indústria açucareira e o comércio exigiam a adoção de condutas alinhadas a certa ética mercantil.

Segundo Antonil, um ponto fundamental para o acúmulo de fazenda seria a parcimônia. Para ele, o senhor de engenho devia afastar-se do ideal nobiliárquico, não se comportando como os fidalgos, que utilizavam suas fortunas em prol da busca por distinção social. Gastos com galas, cavalos de respeito e trombeteiros em nada contribuiriam para a produção de riqueza, por isso, Antonil tratou de condená-los. Ao envolver-se na indústria do açúcar, ainda que também almejasse status, o senhor de engenho precisava agir como empreendedor. Para ser um senhor absoluto, o senhor de engenho precisava prosperar em seu empreendimento, produzir riqueza.

Também Pinheiro foi bastante enfático em rejeitar os gastos supérfluos. Inclusive não concordou com um de seus emissários quando este estava comprando roupas com o objetivo de se destacar socialmente. Tal crítica não é suficiente para afirmarmos uma suposta recusa dos comerciantes à busca por distinção social. O que procuramos defender é que, uma vez que sua principal atividade era o comércio, eles precisavam adotar atitudes necessárias à sobrevivência nesse meio. Nesse sentido é que seguiam as orientações de Pinheiro a seus emissários. Dentre as exigências encontravam-se a atenção com o crédito necessário para a manutenção dos investimentos. Os comerciantes precisavam convencer os investidores a patrociná-los. Para isso, precisavam ser parcimoniosos e responsáveis.

Para Antonil, por sua vez, lucratividade do engenho somente seria fomentada caso o senhor dispusesse de boa relação com os agentes envolvidos na produção e mercantilização do açúcar, tais quais: os lavradores, mercadores, purgadores, feitores e etc. Apenas se fossem afáveis e agissem com pontualidade e verdade é que os produtores de açúcar obteriam crédito e logriam êxito em seus empreendimentos.

De acordo com Vainfas, Antonil nos deixou uma imagem de senhor absoluto, de quem dependia “uma vasta *entourage* de administradores, serviçais e familiares, governados e imiscuídos no seu patrimônio” (1986, p. 137). No entanto, acreditamos que Antonil preocupou-se em ressaltar o enorme número de agentes que trabalhavam no engenho não porque quis engrandecer o senhor e demonstrar sua superioridade, mas para demonstrar que o senhor dependia dos mesmos no mercado. Assim, orientou como administrar os recursos humanos, apontou as atribuições e os salários devidos a cada um e, além disso, recomendou a adoção de atitudes éticas perante tais agentes. Apenas se fosse verdadeiro, afável e pontual é que o senhor lograria crédito e êxito em sua administração.

Encontramos, assim, muitas semelhanças entre as orientações de Antonil e Pinheiro. Ambos condenaram os gastos inúteis e, portanto, defenderam a parcimônia. Além disso, orientaram quanto à atenção que seus destinatários deviam ter em relação à multiplicidade de sujeitos envolvidos, direta ou indiretamente, no mercado. Ressaltaram ações que seus destinatários deviam adotar com vistas ao crédito no mercado.

É claro que por se tratarem de atividades diferentes, a produção de açúcar e o comércio exigiam o estabelecimento de relações diferentes.

Entendemos que ao terem por objetivo encontrar a melhor forma de produzir fortuna, Antonil e Francisco Pinheiro julgaram necessário adotar algumas posturas semelhantes e outras destoantes. É, portanto, indispensável entender que foi em razão das necessidades impostas pelo meio mercantil que determinadas ações deviam ser tomadas.

Nos dois últimos capítulos buscamos realizar discussões mais conceituais.

Em “A Moralidade Burguesa”, buscamos combater a noção de que a colonização do Brasil foi realizada com certo desleixo, como afirma Holanda (1995). Diferentemente do sociólogo que partiu da análise de sujeitos abstratos, nós analisamos sujeitos reais e procuramos identificar as *redes de interdependência* que os envolviam.

Analisando as cartas trocadas entre Pinheiro e seus emissários, observamos que os comerciantes que vieram para o Brasil precisavam contar com o investimento de grandes comerciantes de Portugal. Para manter tais investimentos, eles não podiam agir com desleixo e irresponsabilidade. Não deviam deixar-se levar por descontrações e nem realizar gastos supérfluos. Era necessário dedicar o maior tempo possível no escritório e registrar os negócios em livros de conta.

Analisando a obra de Antonil, notamos seu alto senso de administração de engenhos. O jesuíta tratou de orientar os senhores de engenho quanto aos custos, as

exigências e os obstáculos exigidos pela produção de açúcar. Orientou-lhes a administrar suas despesas e a lidar com os profissionais contratados, com os escravos e com sua família.

Assim, notamos que tanto Pinheiro quanto Antonil tentaram inculcar em seus destinatários hábitos como a prudência, responsabilidade, organização e parcimônia. Somente assim obteriam crédito e prosperariam no mercado.

As características ressaltadas têm sido consideradas pela sociologia como pertencentes à *moral burguesa*. Entendemos os riscos de adotarmos tal conceito e que nos falta realizar discussões mais aprofundadas sobre o mesmo. Contudo, o utilizamos para contrapor a tese de Holanda (1995), segundo a qual uma *mentalidade capitalista*, entendida enquanto o conjunto das características mencionadas, não esteve presente na colonização.

Por fim, no último capítulo, procuramos identificar, por meio de Antonil e Francisco Pinheiro se o mundo dos negócios na América portuguesa exigia dos sujeitos nele envolvidos a adoção de condutas *civilizadas* ou *cordiais*.

Enquanto a *cordialidade* (HOLANDA, 1995) reflete a espontaneidade das emoções, a *civilidade* (ELIAS, 1993,1994) reflete seu controle, a artificialidade, a polidez e neutralidade afetiva.

De acordo com Holanda (1995), pelo caráter patriarcal, a colonização do Brasil teria sido marcada pela *cordialidade*.

Em se tratando *especificamente* do mercado, analisado por meio dos escritos de Antonil e Pinheiro, acreditamos que, naquele contexto, ele exigia a adoção de comportamentos que perpassavam as duas características, com predomínio da *civilidade*.

De fato, entre os comerciantes, a própria formação das redes mercantis era permeada pelos laços de parentesco e amizade. Além disso, buscavam conquistar a amizade de pessoas públicas e de seus fregueses. Antonil, por sua vez, orientava os senhores a serem amigos e afáveis em relação aos indivíduos com que se relacionava no mercado.

No entanto, entendemos que os indivíduos não agiam simplesmente com base na emoção. Segundo Elias (1993), quanto mais as pessoas são interdependentes umas das outras, mais a civilidade é nelas instalada. Os indivíduos paulatinamente deixam de agir de acordo com suas emoções e passam a adequar suas condutas com vistas aos demais.

Acreditamos que o mercado tende a tornar as pessoas mais interdependentes. Os comerciantes precisavam deixar de dar vazão às suas emoções e se atentarem às pessoas

de quem dependiam no mercado. Não podiam gastar demasiadamente e perder tempo com festas, pois dependiam de crédito para manter investimentos. A boa relação com pessoas influentes e com os fregueses se dava pelas vantagens que podiam ser conquistadas com essa relação.

Os senhores de engenho, para fazerem seu empreendimento prosperar, precisavam contar com pessoal qualificado e, ainda, com lavradores e mercadores, que lhes forneciam cana e realizavam a comercialização do açúcar. Precisavam de crédito no mercado. Precisavam ser afáveis, pontuais e honestos, como orientou Antonil, não pela criação de laços de afeto, mas devido à necessidade que possuía desses agentes no mercado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ALEXANDRE, Luís F. P. *A Importância da Obra Missionário Jesuítica em Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2009.

AMBIRES, Juarez Donizete. Antônio Vieira e Antonil: práticas e representações na América portuguesa. *Projeto História*, São Paulo, n. 37, p. 95-114, 2008.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007.

AVELINO FILHO, George. Cordialidade e Civilidade em Raízes do Brasil. In: XII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro: Anais..., São Paulo, 1989.

Disponível em:

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_12/rbcs12\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_12/rbcs12_01.htm)>. Acesso em: 19 setembro 2016.

BICALHO, Maria Fernanda. As câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de História*. [online]. vol.18, n.36, 1998.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011)>. Acesso em: 15 maio 2015.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOXER, Charles. *O império marítimo português 1415-1825*. Tradução Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realizada e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 07-25.

COSTA, Célio J.; MENEZES, Sezinando L. A Racionalidade Mercantil na Educação/Evangelização Jesuítica no Brasil. *Diálogos*. Maringá, v. 16, p. 163-184, 2012.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realizada e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Michael Schörotere (org.). tradução, Vera Ribeiro. Revisão técnica e notas, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1999.

\_\_\_\_\_. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. v. 2; tradução, Ruy Jungman; revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELLIS, Myriam. Comerciantes e Contratadores do Passado Colonial: Uma Hipótese de Trabalho. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 24, p. 97-122, 1982.

FRAGOSO, João. Luís R. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria F. S. (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R.; ALMEIDA Carla M. C.; SAMPAIO, Antonio C. J. (org.). *Conquistadores e negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luís R.; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria F. S. (orgs). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís R.; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Tiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e antigo regime*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentista*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o “negócio da carne humana”, 1707-1715. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedade*. Lisboa, CSH/Universidade Nova de Lisboa, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONDA, Laercio Massaru. *Francisco Pinheiro: as atividades de um comerciante de grosso trato na América portuguesa (1703-1749)*. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Programa de Pós-Graduação em História Econômica, 2004.

JESUS, Laurêncio de. *Duas concepções do desenvolvimento do Brasil*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 1994.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua: um projeto filosófico*. Covilha: Universidade da Beira Interior, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. São Paulo: Visão Editorial, 1973. 5 volumes.

MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos das Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MENDES, Claudinei M.M. \_\_\_\_\_. A Produção do Açúcar e a Colonização do Nordeste. In: MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupercio A.; MENDES, Claudinei M. M. (org.). *A Expansão e Consolidação da Colonização Portuguesa na América*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 06-24.

\_\_\_\_\_. Religião e Economia em Antonil. *Revista Brasileira de História da Religiões*. Brasil, n. 7, p. 03-19, 2010.

MENEZES, Sezinando L. A Interiorização da Colonização no Século XVIII. In: MENEZES, Sezinando L.; PEREIRA, Lupercio A.; MENDES, Claudinei M. M. (org.). *A Expansão e Consolidação da Colonização Portuguesa na América*. Maringá: EDUEM, 2011, p. 25-43.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1979.

PÉCORA, José Flávio. Prefácio. In: LISANTI FILHO, Luís. *Negócios coloniais: uma correspondência comercial do século XVIII*. São Paulo: Visão Editorial, 1973. 5 volumes.



PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RUSSELL-WOOD, A. J. Prefácio. In: FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria F.; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 11-19.

SÁ, Helena C. T. A Alfândega do Rio de Janeiro: uma análise sobre as instituições coloniais da América Lusitana (1699-1725). In: XVI Encontro Regional de História – Saberes e práticas científicas, 16, 2014, Rio de Janeiro: *Anais...*, Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Introdução. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Introdução e notas por André Mansuy Diniz Silva. São Paulo: Edusp, 2007, p. 25-64.

SILVA, Karla Maria. *O poder municipal e as práticas mercantilistas no mundo colonial: um estudo sobre a câmara Municipal de São Paulo – 1780-1822*. 2011. 155 f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Os letrados e a sociedade escravista o brasil colonial. Vozes: Rio de Janeiro, 1986.

VITORINO, Artur José Renda. A organização mercantil no Império Português: as atividades de Francisco Pinheiro nos circuitos intra-ultramarinos do comércio mineiro e carioca com a costa africana no século XVIII. In: XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética, 25, 2009, Fortaleza: *Anais...*, Fortaleza: ANPUH, 2009.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA. As redes clientelares. In: MATTOSO, José. *História de Portugal. O Antigo Regime, 1620-1807*. Lisboa: Estampa, 1993, t. IV, p. 121-144.